



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA PASSOS

BORDEJOS, TENSÃO E RESISTÊNCIAS: A Patrimonialização do
Saveiro Sombra da Lua

Salvador

2014

ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA PASSOS

**BORDEJOS, TENSÃO E RESISTÊNCIAS: A Patrimonialização do
Saveiro Sombra da Lua**

Dissertação apresentada como requisito à obtenção
do grau de Mestre em Antropologia, no
Curso de Pós-Graduação em Antropologia da
Universidade Federal da Bahia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Caroso

Salvador

2014

P289 Passos, Antônio Marcos de Oliveira.

Bordejós, tensão e resistências: a patrimonialização do Saveiro Sombra da Lua em Salvador / Antônio Marcos de Oliveira Passos. – Salvador, 2014.

137f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) em Antropologia – Universidade Federal da Bahia.

Orientador: Carlos Alberto Caroso Soares.

1. Patrimonialização. 2. Embarcações tradicionais. 3. Patrimônio naval. I. Título. II. Salvador - Ba. III. Soares, Carlos Alberto Caroso, Orient. IV. Universidade Federal da Bahia – Salvador.

CDU 719

Ficha catalográfica elaborada por Sílvia Vieira do Sacramento
CRB-5 / BA-001488/O

TERMO DE APROVAÇÃO

ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA PASSOS

Bordejos, Tensão e Resistências: A Patrimonialização do Saveiro Sombra da Lua

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Carlos Caroso
Orientador – Departamento de Antropologia, UFBA

Prof. Dr. Cláudio Luiz Pereira
Museu de Arqueologia e Etnologia, UFBA

Prof. Dra. Cornélia Eckert
Departamento de Antropologia, UFRGS

Salvador, 13 de maio de 2014.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os homens e mulheres afrodescendentes que por séculos vivenciam o abandono das “Políticas Públicas Brasileiras”, que construídas de cima para baixo lhes excluem dos processos socioeconômicos prejudicando seu *saber*, *fazer* e *saber fazer*. Implicações que geram êxodos e consequentes desestruturações das memórias, identidades e dos patrimônios culturais. À todos estes invisíveis cidadãos que trabalham pela equidade num país com graves problemas sociais, o meu respeito e minha admiração. Que se faça a Justiça! Kawó Kabiesilé!!

AGRADECIMENTOS

Aos Inquices, Caboclos e Guias que desde o início contribuíram dotando o caminhar de sabedoria, paciência e energia.

Ao orientador Prof. Dr. Carlos Caroso, antropólogo com vasta experiência, que muito contribuiu para enriquecimento deste trabalho. Neste sentido estendo também ao Programa Observabaía pelo suporte dado a esta pesquisa.

Aos Prof. Dr. Gustavo Wagner, Profa. Dra. Cornélia Eckert, Prof. Dr. Fernando Firmo, Dr. Cláudio Pereira, Dra. Cintia Muller pelas contribuições valiosas para refletir as questões que envolvem a constituição do Recôncavo baiano e o patrimônio cultural.

Ao meu avô Germano Souza Passos, nascido em Caboto, município de Candeias, Saveirista de profissão, proprietário do Saveiro Deixa Viver e inúmeros outros, que durante grande parte de sua vida transportou pessoas e alimentos entre o Recôncavo e a capital Salvador, introduzindo seus filhos Nozinho, Rege e meu pai Neinho na arte de *mestrar* saveiros. Entretanto, em virtude das dificuldades financeiras abandonou este ofício no final da década de 70, assim como outros homens de sua época, para viver em Salvador com toda a família, construindo uma nova vida longe do mar, rios e os costumes do Recôncavo Baiano.

Com muito carinho aos meus pais, Manoel Nascimento Souza Passos (Neinho) e minha querida mãe (em memória) Marinalva de Oliveira Passos, ambos sempre compreenderam que o melhor caminho para seus filhos seria a Educação.

Aos irmãos Márcia Raquel de Oliveira Passos, Cintia Cristina de Oliveira Passos, Paulo Germano de Oliveira Passos, assim como aos amigos-irmãos Simone Maria de Jesus, Claudia Passos da Silva, Oswaldina Cezar, Sueli Santos, Marcos Rodrigues e Jurandir Oliveira da Silveira que de várias formas participaram desta caminhada.

Aos companheiros de pesquisa de campo Museóloga Joana Angelica Flores Silva e o Museólogo Tarso Ferreira Cruz, que participaram do trabalho em Coqueiros-Maragogipe, ajuda imprescindível para que fossem registradas as imagens e vídeos sobre os saveiros e os mestres saveiristas.

As tias de todas as horas Zorilda Caldas e Marinilda Oliveira, esta última, a professora das minhas primeiras letras. Estendo estes agradecimentos aos demais tios, primos, amigos, pois acredito que somos frutos de diversificadas relações sociais.

Com imensa saudade e admiração agradeço a mãe Neyde de Aquino Rocha, minha adotiva mãe, pelos valiosos ensinamentos na minha adolescência e fase adulta, sua crença na minha potencialidade, seu carinho e sabedoria me ajudaram a compreender a importância da

vida e sua plenitude. A partir desta notável mulher estendo os agradecimentos aos meus irmãos do Grupo Exaltação à Bahia, que muito me ensinaram, especialmente no mergulho às tradições culturais desta Terra.

Ao meu filho Arthur Gabriel, essência deste caminhar e motivo para este sucesso. A Ilma Vilasboas por importantes achados bibliográficos, que ajudaram muito no mergulho ao mundo dos saveiros da Bahia Antiga.

No âmbito do Museu de Arqueologia e Etnologia - UFBA as companheiras Anne Alencar, Maiara Pereira, Mauricéia Souza, Alice Meira, Mara Vasconcelos, Celina Rosa, Cristiane Oliveira, Regina Lemos, Izania Alencar, Luana Nascimento e Renata Cardoso.

Destaco também nesse Museu a ajuda indispensável da estudante de Museologia da UFBA Hidelita Marques, que compreendendo a importância da pesquisa sobre o processo de patrimonialização do Saveiro Sombra da Lua e suas implicações se disponibilizou a fazer a ponte entre o pesquisador e os saveiristas de Coqueiros-Maragogipe, ajuda valiosa que permitiu um salto de qualidade no desenvolvimento desse trabalho.

Às professoras Joseania Freitas, Maria das Graças Teixeira e Maria Célia Moura Santos, pelos aconselhamentos e bibliografia para aprofundar os conhecimentos sobre o tema de estudo. Ao Prof. Raimundo Cerqueira da cidade de Cachoeira por ceder cópia do filme “A Morte das Velas do Recôncavo” e ao Arquivo Municipal de São Félix por disponibilizar no início da pesquisa imagens antigas de Saveiros nas margens da cidade de Cachoeira e São Félix. À Fundação Piere Verger pela gentileza em ceder algumas fotografias de Saveiros da década de 40 do século XX.

Na esfera do Programa de Pós-Graduação em Antropologia agradeço a todos os professores que contribuíram para minha formação nesta nova área, em especial das disciplinas cursadas, sendo estes: Cecília Mcalumm, Urpi Montana, Ordep Serra, Julio Rocha, Carlos Caroso, Núbia Rodrigues, Mariana Balen. À coordenação do PPGA, às profas. Fátima Tavares e Cintia Müller e à secretária Lívia Cavalcante.

Aos companheiros de pesquisa Breno Trindade, Sara Nascimento, Marlon Passos, Sheiva Sorensen e inúmeros outros com os quais dialogamos sobre nossos respectivos estudos, sendo de extrema importância neste caminhar.

À Associação Viva Saveiro, que, ao solicitar ao IPHAN o tombamento do Saveiro Sombra da Lua no ano de 2010, abriu a possibilidade para realizarmos o exercício de reflexão sobre a embarcação Sombra da Lua, sua utilização como meio de transporte e modo de vida das populações que destas dependiam para vários usos produtivos e tinham nos saveiros um dos símbolos maiores de sua própria identidade. Este ato de patrimonialização dos saveiros

pode ser destacado como um fato fundamental na decisão sobre a realização da pesquisa que concluímos.

À Associação dos Saveiros de Vela de Içar da Bahia, que também abriu um leque de possibilidades para promover a valorização do mundo dos saveiristas, seus códigos, seus costumes e crenças, associação que muito contribuiu para um salto de qualidade nesta pesquisa. Nesse aspecto agradeço aos ilustres Mestres Saveiristas: Lourão, João Mérico, Xagaxá, Manuelino, Pel, Renato, Sérgio, Choquito e Antonio Carlos de Almeida (Cal) e tantos outros experientes navegadores da Baía de Todos os Santos.

Aproveito para agradecer à equipe do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pelo envio do arrolamento dos documentos do Tombamento do Saveiro Sombra da Lua ao meu orientador Prof. Dr. Carlos Caroso, documentos que propiciaram as análises para compreender este processo de patrimonialização. E a Diretoria de Museus do Estado da Bahia, especialmente o Museu Temporal nas pessoas das museólogas Sra. Luzia Ventura e Sra. Fernanda Wandereley por disponibilizar imagens de saveiros.

Finalizo e agradeço respeitosamente a Jazi Luango, que trouxe os conhecimentos necessários para compreender os caminhos da justiça e injustiça a partir da escrita da Antropologia.

Em 1960, a grande afluência de saveiros, barcos, lanchas rabo de peixe e canoas à Rampa do Mercado Modelo e à Feira de Águas de Meninos, mas já então existia uma tendência ao abandono das embarcações de maior tonelagem, isto é, dos barcos e das lanchas. Nisso influía, por um lado, a inflação, aumentando o preço das unidades, e, por outro, a competição crescente do transporte rodoviário, favorecido pela abertura e asfaltamento de novas estradas. À medida que esses progrediram, acentuou-se a tendência, agravada por ações deliberadas, como a remição das barracas da Rampa do Mercado, e por acidentes, como o incêndio do Mercado Modelo e da Feira de Águas de Meninos. Foram rudes golpes para as embarcações que faziam o transporte de cargas no interior da baía, pois removeram o principal motivo econômico da sua existência. Depois, um novo competidor surgiu, representando pelo ferryboat, que, em fins de 1972, integrou as rodovias de Itaparica e do sul do Recôncavo à rede viária de Salvador. E por último veio, em junho de 1973, a proibição de atracar na Rampa do Mercado. (AGOSTINHO, 2011, p.112).

A gente nasceu dentro da embarcação, meu pai foi mestre de barco, agora eu já sou mestre, esse aí também, todo mundo tem caderneta. A gente gosta da embarcação e não quer deixar morrer, nossos pais, nossos avôs já vêm disso. Então a gente foi mantendo. Se eu morrer tem meu filho, tem o outro, esse dirige caminhão, mas é mestre de barco também. Quando eu acordei hoje às 06 horas, ele já estava em cima do saveiro espalhando a vela no barco, fazendo tudo, é gosto. Se não tivesse gosto não ia, então é isso. (Mestre Lourão, distrito de Coqueiros, 21/06/2013).

RESUMO

No ano de 2010 a Associação Viva Saveiro, estabelecida em Salvador - Bahia, ingressou junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN com a solicitação de tombamento do Saveiro de Vela de Içar Sombra da Lua. Esta demanda tinha como principais argumentos a importância histórica e a originalidade estrutural deste tipo de embarcação. Este processo foi associado ao Projeto Barcos do Brasil do Ministério da Cultura, sendo sua tramitação finalizada em junho de 2012, com o registro daquele saveiro nos Livros do Tombo Histórico, das Belas Artes e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Esta dissertação resulta da análise antropológica deste ato de patrimonialização de um bem cultural. Para desenvolver a investigação que nos permitiu adquirir conhecimento sobre este fato, foram realizadas buscas sistemáticas e interpretações de textos e de imagens do período que se estende dos séculos XVI ao XXI, análise de variados discursos produzidos sobre as circunstâncias em que se deu o registro desta embarcação como bem cultural, particularmente dos componente e representantes das instituições que promoveram o tombamento e da Associação dos Saveiros de Vela de Içar da Bahia, criada em 2013.

Palavras-chaves: Embarcações tradicionais, Patrimônio naval, Saveiristas, Patrimonialização

ABSTRACT

In the year of 2010 the Viva Saveiro Association, established in Salvador - Bahia, requested to the *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN* to start legal procedures for legal recognition and protection of the *Saveiro de Vela de Içar Sombra da Lua*. This demand was based on the mains arguments of the historical importance and structural originality of this type of sail boat. This process was associated to the Projeto Barcos do Brasil of the Ministry of Culture, and its evaluation was completed in June 2012, and the saveiro was registered onto the official Books of Tombo Histórico, das Belas Artes e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. This dissertation results of the anthropological analysis of this act patrimonialization of this piece of cultural heritage. The research in which we base the main findings of this master thesis has been based on the interpretation of texts and images from the period extending from the XVIth. To the XXIst. centuries, and the analysis of the various discourses about the patrimonialization of this vessel, particularly those of the members and officers of the Institutions which have promoted the patrimonialization of this vessel, and that of the Associação dos Saveiros de Vela de Içar da Bahia, founded in 2013.

Keywords: Traditional vessels, naval heritage, Saveiristas, patrimonialization

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	4
AGRADECIMENTOS	9
RESUMO	10
ABSTRACT	11
SUMÁRIO.....	12
LISTA DE ILUSTRAÇÃO	13
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	14
1. O MAPA, O PROJETO.....	15
2. PROCESSOS METODOLÓGICOS: OS PERCALÇOS DA PESQUISA	21
3. OS REFERENCIAIS PARA O EMBARQUE.....	27
3.1 Referencial Teórico Conceitual	29
3.2. Referencial Histórico-Jurídico-Patrimonial.....	37
3.3 Autenticidade: quem escolhe e como é autenticado o patrimônio cultural	46
Capítulo 4 – OS SAVEIROS E SUAS IMAGENS: PERCEPÇÕES TEMPORAIS	53
Capítulo 5. RELAÇÕES ENTRE A BAIÁ, A CIDADE DO SALVADOR E O RECÔNCAVO BAIANO.....	73
5.1 Kirimurê e a Baía de Todos os Santos.....	74
5.2 A Cidade de São Salvador	76
5.3 O Recôncavo Baiano	83
5.3.1 Plano Rodoviário Estadual de 1917 e as Ferrovias	85
5.3.2 A Criação da Petrobrás: Impactos para o Recôncavo baiano	86
5.4 Os Ventos das Transformações: Novos Percursos	92
Capítulo 6 - OS HOMENS DAS ÁGUAS: OS SAVEIRISTAS	96
6.1 Novos ventos para Saveiros e Saveiristas.....	105
Capítulo 7 - O TOMBAMENTO DO SOMBRA DA LUA: ENTRE ÉTICA, ESTRATÉGIA E TÁTICA	108
7.1 A Ética do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	109
7.2 A Estratégia da Associação Viva Saveiro	113
7.3 A Tática da Associação dos Saveiros de Vela de Içar da Bahia.....	117
7.4 O Tombamento do Saveiro Sombra da Lua: Análise Documental	119
7.5 Problematisações: o encontro e desencontro dos discursos	125
CAPÍTULO 8. BORDEJOS FINAIS	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139
FILMOGRAFIA.....	146
ANEXOS	147

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

- 01 – Mapa da Baía de Todos os Santos em 1598
- 02 – Mapa de Salvador em 1625 durante a Reconquista Espanhola
- 03 – Porto da Barra no século XVII
- 04 – Vista da Vila de Caxoeira no século XVII-XVIII
- 05 – O Recôncavo e a baía
- 06 – Cais das Amarras no bairro do Comércio /Salvador
- 07 - Ponte de atracação da Companhia de Navegação Baiana
- 08 – Cais em Santo Amaro da Purificação no século XIX
- 09 – Mercado Popular em 1915 – Bairro do Comércio / Salvador
- 10 – Desembarque de produtos na Rampa do Mercado Popular
- 11 - Igreja e Convento de São Joaquim
- 12 – Salvador da Bahia de Todos os Santos
- 13 – Saveiros aportados em Estaleiro / Jaime da Hora
- 14 – Rampa do Mercado Modelo – Salvador
- 15 - Cais do Mercado Popular – Século XX
- 16 – Tipos de Saveiros na Baía de Todos os Santos / Levi Smarcevski
- 17 – Saveiristas na Rampa do Mercado Modelo
- 18 – Saveiros na Festa do Bonfim – década de 40/século XX
- 19 – Saveiros pela ótica de Bel Borba
- 20 – Mestre Xagaxá – 78 anos
- 21 – Mestre Lourão – 68 anos
- 22 – Novos Saveiristas
- 23 - Saveiro Sombra da Lua – Século XXI
- 24 – Lançamento do Livro e Selo Viva Saveiro – Século XXI
- 25 – Júlio Cândido da Silva

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AVS – Associação Viva Saveiro

ASMR – Associação dos Saveiros de Vela de Içar da Bahia

APSF - Arquivo Público de São Félix

BB – Banco do Brasil S.A.

BTS – Baía de Todos os Santos

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

DPHDM - Diretoria do Patrimônio Histórico e Documental da Marinha

FPV - Fundação Pierre Verger

ICCROM - International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property

ICMBIO - Instituto Ambiental Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Escritório

IPAC - Instituto do Patrimônio Cultural da Bahia

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MA - Marinha do Brasil

PPGA – Programa de Pós-Graduação em Antropologia

PMM - Prefeitura Municipal de Maragogipe

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

1. O MAPA, O PROJETO

Assim como a navegação, a jardinagem e a poesia, o direito e a etnografia também são artesanatos locais: funcionam à luz do saber local. (GEERTZ, 2012:169)

Em 2011 apresentamos para seleção no Programa de Pós-Graduação em Antropologia a proposta de projeto de pesquisa denominado “De meio de transporte a Patrimônio Nacional: o significado do tombamento do Saveiro Sombra da Lua para proteção do patrimônio naval,” que nasceu de inquietações sobre os processos que levaram a patrimonialização de apenas 01 exemplar no conjunto de mais de 18 saveiros de vela de içar da Baía de Todos os Santos.

Naquele momento pretendia-se realizar um estudo de caráter etnográfico dos processos socioculturais envolvidos na escolha de um exemplar de saveiro para ser oficialmente patrimonializado, tomando como ponto de partida a argumentação apresentada na defesa do tombamento da embarcação denominada Sombra da Lua, que se pautam nas discussões em torno da ameaça de desaparecimento deste tipo de veículo náutico, sua recente valorização e esforços para preservar essa embarcação símbolo do Recôncavo baiano como parte da paisagem da Baía de Todos os Santos (BTS) e de sua identidade.

Buscava-se identificar e caracterizar o percurso histórico dos saveiros como embarcações de transporte, instrumento de produção, integração e defesa do território da Baía de Todos os Santos e do Recôncavo baiano; identificar e caracterizar os processos de construção, manutenção, regimes de propriedade e uso dos saveiros; identificar e registrar a presença dos saveiros no imaginário sobre a navegação na Baía, as histórias e lendas de saveiristas e a respeito destes; identificar e registrar as construções identitárias do saveiro tal como elaboradas no imaginário das populações baianas; identificar, caracterizar e analisar os processos (socioeconômicos, infraestruturais, tecnológicos, mercadológicos etc.) que contribuem para a obsolescência dos saveiros como meio de transporte para cargas e pessoas e os ameaçam de desaparecimento; identificar, caracterizar, analisar e compreender o papel

dos agentes e instituições oficiais no processo de patrimonialização do saveiro na Bahia, o que envolve discutir “autenticidade”, “excepcionalidade” e “valor”; e por fim analisar as implicações da continuidade em operação do Saveiro Sombra da Lua, que mesmo sendo um objeto patrimonializado, permanece em uso comercial, de lazer e esportivo.

Naquele início dos trabalhos as agências que possibilitavam tecer um quadro preliminar sobre o processo de patrimonialização eram o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a instituição que solicitou o tombamento do Saveiro de Vela de Içar Sombra da Lua, denominada de Associação Viva Saveiro. Com estas duas referências partimos a realizar pesquisa bibliográfica, busca de informações nos sítios de internet das citadas agências, coletar dados iconográficos e relatos de diferentes profissionais saveiristas e donos de saveiros, participar de eventos sobre saveiros e outras informações para compreender as articulações que levaram ao tombamento do Sombra da Lua, assim como sua realização em um período curto de tramitação de outubro a dezembro de 2010.

Neste início estávamos longe de compreender a polêmica que foi gerada por este tombamento dentro das comunidades saveiristas, especialmente na localidade que escolhemos para realizar a pesquisa de campo, o distrito de Coqueiros em Maragogipe, que abriga pelo menos 15 saveiros de vela de Içar, embarcações e seus mestres que passaram a ser importantes interlocutores na elaboração desta dissertação.

É necessário enfatizar que nos primeiros meses de estudo houve a necessidade de cumprir os créditos no Programa de Pós-Graduação, iniciando a construção de uma Rede que entrecruzava conteúdos das disciplinas com as conversas informais junto aos saveiristas, bibliografia e experiência de vivenciar a lida com os saveiros, aspectos que contribuiriam de forma satisfatória para amadurecer o pesquisador e suas proposições sobre o objeto de estudo do ponto de vista conceitual e metodológico.

Vale salientar que neste período a lembrança do avô do pesquisador Germano Passos, falecido em 1998, homem que exerceu a profissão de saveirista durante 50 anos, veio a fazer parte do cotidiano deste processo, pois com o avanço da pesquisa e a participação da família, foi possível compreender o mundo destes homens do mar e seus saveiros, agora visto de dentro por meio das conversas informais e não gravadas com o pai, o tio e tia do pesquisador. Pessoas que conviveram diretamente com aquele homem, quando viviam no distrito de Caboto, cidade de Candeias - Bahia, e eram proprietários de alguns saveiros, assim como com outros familiares e seus amigos que retiravam destas embarcações suas sobrevivências. Fato que desencadeou relatos interessantes não utilizados nesta dissertação, mas que muito

contribuiu para compreender melhor a escolha do tema de estudo e os processos difíceis de abandono da profissão de saveirista.

Assim, as incertezas do campo de pesquisa trouxeram diferentes estágios que contaram com a participação de agentes e agências conhecidas e inesperadas. Destas agências inesperadas e que trouxe importante conteúdo para este estudo foi a Associação dos Saveiros de Vela de Içar da Bahia, fundada em 16 de abril de 2013, composta por 17 saveiros, importantes mestres saveiristas de Coqueiros - Maragogipe e mais 18 pessoas da comunidade desta cidade do Recôncavo baiano.

A partir do contato com os saveiristas de Coqueiros durante mais de 06 meses, e durante os 02 meses oficiais da pesquisa de campo, período que realizamos a observação participante, vivenciando bordejos, Regatas em 2012, 2013 e 2014, assim como longas conversas que iniciavam na barraca Sol Nascente de propriedade de um dos saveiristas e terminava dentro de um dos saveiros ancorados no porto deste local. Começamos a observar as críticas ao ato de tombamento do Saveiro Sombra da Lua em detrimento dos demais saveiros de vela de izar.

Conforme os relatos dos saveiristas, estes teciam uma crítica à forma como foi realizado o tombamento, sem sua participação, sendo uma ação desprovida de significado para aqueles homens que vivem de seu trabalho naquelas embarcações, com suas memórias de fartura, desafios no mar, brincadeiras, competições e a dura realidade atual de escassez de frete e consequente de recursos financeiros para manter a família e conservar esta embarcação, e que em dado momento foram surpreendidos com o reconhecimento específico de uma embarcação, como símbolo de sua lida, provocando descontentamento na comunidade de saveiristas.

Em contrapartida, observamos que a Associação Viva Saveiro, criada em 2008, mantinha até esta ocorrência uma boa relação com os saveiristas, mas que com o passar do tempo estas relações foram desgastadas, gerando distanciamentos destes dois grupos. Entretanto, o trabalho realizado pela associação nos chamava a atenção, pois esta realizava um processo interessante na mídia digital e tradicional de uso e aprimoramento da imagem do saveiro Sombra da Lua, que tinha a chancela do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como bem cultural.

Desta forma, a análise pretendida passou a ter estas três agências em torno da preservação dos saveiros de vela de izar, permitindo observar suas ações e analisar os discursos produzidos por cada uma das partes envolvidas. Passamos a perceber os contrapontos entre os proprietários do Sombra da Lua, que são profissionais liberais e os

saveiristas, em sua maioria homens sem muita instrução formal e pragmáticos no que tange resolver os problemas financeiros diários. Por outro lado, o silêncio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que conferiu o tombamento do saveiro, que, no entanto, mesmo tendo o Projeto Barcos do Brasil como seu mais novo instrumento de articulação para preservação do patrimônio naval, se recolheu e não mais propôs nenhuma ação em favor dos saveiros ou dos saveiristas. Particularmente estes últimos continuaram invisíveis para esta agência oficial.

Assim, com as semelhanças e fricções destas três agências, cada uma compondo um tipo de posição própria, foi possível aperfeiçoar e elaborar esta etnografia, que não se restringiu ao caráter de denúncia deste ato de patrimonialização, que trouxe poucos ganhos aos saveiristas, mas se propõe a contribuir para a compreensão do processo de promoção do saveiro à categoria oficial de bem cultural por meio da patrimonialização.

Nesta dissertação apresentamos os resultados do processo de patrimonialização do saveiro de vela de içar Sombra da Lua, as sutilezas do uso dos instrumentos de preservação para exercer domínio sobre um objeto-tema, que estava entre véus e que agora contribui para agência oficial, que utiliza esta e outras embarcações patrimonializadas para tecer “políticas públicas para o patrimônio naval”, ainda com grandes lacunas, mas que fortalece a imagem do estado brasileiro e sua posição de salvaguarda nacional.

O fato de propor o tombamento traz para a Associação proponente seu reconhecimento junto a diferentes órgãos, que passam a reconhecê-la como protagonista no exercício da preservação, criando oportunidade de parcerias que permitem a publicação de dois livros, realização de exposições, concepção e divulgação de selo oficial com a Empresa de Correios e Telégrafos, divulgação na mídia, fatos que fazem crescer seu capital simbólico junto às autoridades e à sociedade em geral.

A terceira agência oferece contrapontos nos discursos oficiais, pois percebemos sua gênese imbricada com a inquietação deste tombamento. A Associação dos Saveiros de Vela de Içar da Bahia, criada por saveiristas que contestam o tombamento de um único exemplar de saveiro, sem qualquer participação deles na tomada de decisão. Assim, a criação desta associação, encontra-se atrelada ao movimento de resguardar conhecimentos tradicionais, as imagens dos mestres saveiristas e o futuro destes e das embarcações, que continuam em grave risco de desaparecer. Esta proposta, por sua vez, apresenta também uma busca por capital simbólico e cultural, além de retornos financeiros que possam resolver as questões do cotidiano das famílias e das embarcações.

Assim, o exercício de compreensão que buscamos realizar tem seu início com o tombamento do Sombra da Lua, mas é na trajetória de análise e amadurecimento, que se torna desafiador refletir sobre as estratégias utilizadas para esta salvaguarda.

Com este estudo de caráter etnográfico, buscamos compreender e contribuir com o debate em torno da preservação do patrimônio cultural. Para tal, no primeiro capítulo desta dissertação, discutimos o processo de patrimonialização dos saveiros tomando como referência o contexto representado pelo Recôncavo baiano, a cidade de Salvador, o ofício de saveirista e o saveiro imortalizado por diferentes personagens na história da Bahia.

O segundo capítulo, *O Processo Metodológico: os Percalços da Pesquisa*, revela os procedimentos escolhidos para conceber a pesquisa, as dificuldades encontradas no campo e os ensinamentos da observação participante.

O terceiro capítulo, *Os Referenciais para o Embarque*, está dividido em *Quadro Teórico Conceitual*, *Quadro Histórico-Jurídico-Patrimonial e Autenticidade: quem escolhe e como é autenticado o patrimônio cultural*. No primeiro, busca-se dotar a investigação de suportes teóricos para apreender a construção do processo de patrimonialização atrelada às discussões antropológicas que envolve cultura material e antropologia econômica. No segundo quadro, são apresentados e analisados os processos de construção do conceito de patrimônio cultural no Brasil, que possibilita nortear a patrimonialização do Saveiro Sombra da Lua no século XXI. No último, busca-se trazer a discussão sobre a autenticidade e a autenticação do patrimônio cultural por diferentes aspectos, para subsidiar reflexões sobre o caso do Saveiro Sombra da Lua.

No quarto capítulo, *Os Saveiros e suas Imagens: Percepções Temporais* situamos este veículo naval no período dos séculos XVI ao XXI. Fato que contribui para reflexões sobre a importância deste ícone da cultura e economia do povo baiano em diferentes espaços temporais, embarcação que representam elos entre o Recôncavo baiano e a capital Salvador.

No quinto capítulo, *As relações entre os saveiros, a Baía de Todos os Santos e a Cidade do Salvador*, buscamos refletir sobre as relações criadas entre estes agentes e agências, a partir dos ciclos econômicos, dos fatores de vulnerabilidade no século XX, a paisagem cultural, o mar e os rios principais estradas de desenvolvimento e a exploração e refino do petróleo que marcam a desestruturação do sistema de transporte marítimo do Recôncavo Baiano.

O sexto capítulo, *Os Homens das Águas: Saveiristas*, busca realizar uma abordagem que envolve discussões sobre estes homens e os seus saberes, a substituição dos meios de transporte, aspecto que nos levou a pensar sobre a tradição e modernidade. Neste capítulo,

buscamos personificar o homem saveirista, sua posição social, sua negritude, suas crenças, seu saber-fazer e a ausência dos poderes públicos.

No sétimo capítulo, *O Saveiro Sombra da Lua: Tombamento e a Política do Patrimônio no Brasil entre o Estado Novo e o Brasil Contemporâneo*, discutimos o processo de patrimonialização¹ do Saveiro Sombra da Lua, a partir da análise dos discursos das três instituições a saber: IPHAN, Associação Viva Saveiro e Associação dos Saveiros de Vela de Içar da Bahia. Contribuem neste processo os documentos arrolados para constituir o pedido de tombamento do Sombra da Lua pelo IPHAN, o contraponto com o discurso documental é feito por meio dos textos produzidos pela observação etnográfica e entrevistas.

O oitavo – Bordejos Finais – com base nos dados e análises previamente apresentadas, buscamos nos posicionar sobre este processo de patrimonialização e suas consequências, potencializando novas reflexões para Antropologia sobre questões referentes ao patrimônio cultural.

¹ A patrimonialização ganha força após as duas Grandes Guerras Mundiais, pelo desejo das nações de preservar os restos de um passado materializado em seus territórios e, ainda, não devastados. O ato de consagração patrimonial é orquestrado, assim, pelas potências estrangeiras, onde, a partir das catástrofes mundiais (duas Grandes Guerras), temos o marco simbólico de uma nova ordem de transmissão cultural (COSTA, 2010, p. 136)

2. PROCESSOS METODOLÓGICOS: OS PERCALÇOS DA PESQUISA

A história, até há pouco tempo obscura, de ilhas remotas, merece o seu lugar ao lado da autocontemplação do passado europeu – ou da história das civilizações – por contribuições próprias e notáveis a uma compreensão histórica (SAHLINS, 2003: 94)

A primeira aproximação com o mundo dos saveiros se deu em 29 de janeiro de 2012, quando da Regata João das Botas, abordo da Fragata da Capitania dos Portos – Marinha do Brasil. Eram aproximadamente 10 horas da manhã de um dia que ora ficava nebuloso, ora parecia que poderia ensolarar.

Os preparativos para realizar a aproximação do universo dos saveiros, trazia um misto de expectativa, emoção, aventura e início da análise deste objeto de pesquisa e seu processo de patrimonialização. Para tanto, os preparativos foram muitos, envolvendo acordos familiares, preparação de equipe e equipamentos. Buscamos o apoio da Capitania dos Portos para solicitar o embarque no barco da Marinha, que acompanharia a Regata João das Botas, aprovação rápida que possibilitou as primeiras imagens dos saveiros nesta pesquisa.

Desta forma, embarcamos primeiro em uma lancha da Capitania, depois fomos levados para fragata da Marinha, pois ficaríamos na linha de saída desta. O embarque foi muito bom, o tempo se firmou e o sol passou a brilhar, a tripulação nos conduziu para o Comando da fragata e conhecemos os oficiais. Entretanto, devido à ausência de ventos a Regata atrasou seu início e fomos convidados a almoçar abordo. Após 50 minutos, ocorreu o início da regata com fogos de artifícios disparados da praia da Barra (Salvador), foi o sinal para iniciarmos os trabalhos.

A fragata em que estávamos embarcados ora ajudava, ora atrapalhava, pois este barco não permitia maior aproximação para segurança das embarcações envolvidas. Tínhamos que fazer fotografias utilizando o zoom para chegar o mais próximo possível dos barcos. Outro problema foi a entrada de lanchas a motor no perímetro da Regata, o que levou o Comando da fragata da Marinha por várias vezes contatar por rádio estes barcos para que se afastassem.

Essa primeira aproximação com o mundo dos saveiros possibilitou compreender sua importância para inúmeras instituições envolvidas com o evento, entre elas a Capitania dos

Portos, os meios de comunicação, as associações de pesca e de interesse pelos saveiros. Também nos chamou a atenção a necessidade de organizar equipes em terra e dentro dos saveiros para realizar melhores tomadas e fotografias.

Posteriormente, em 28 de fevereiro de 2012, participamos do evento sobre os saveiros no Museu Eugenio Teixeira Leal, Centro Histórico de Salvador - Pelourinho, em momento que conhecemos o presidente da Associação Viva Saveiro, que proferiu palestra por 02 (duas) horas e meia, permitindo conhecer os processos para realização do tombamento do Saveiro Sombra da Lua. Ressaltando o envolvimento de diferentes agentes no processo de tombamento.²

A partir daquele momento iniciamos um contato semanal para conhecer mais as ações realizadas por esta associação em torno da preservação dos saveiros de vela de içar. Em 07 de março de 2013, por ocasião da abertura de nova exposição do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA, local de trabalho do pesquisador, vieram representantes dessa Associação, e se colocaram a disposição para ajudar no processo de repasse de material sobre o assunto. Conteúdos que muito contribuiria para compreender o funcionamento desta associação e seu envolvimento com a salvaguarda dos saveiros. Infelizmente, como o passar do tempo não obtivemos os dados que compreendíamos ser importantes, mas que conseguimos por outras fontes.

Em janeiro de 2013 fizemos viagens curtas a Maragogipe em busca de contato com o Mestre do Saveiro Sombra da Lua. Não obtivemos sucesso. Buscamos contato com outros saveiristas. Fato que veio a enriquecer processo de investigação que estava, até então, centrado nas perspectivas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e da Associação Viva Saveiro.

No início do semestre de 2013, fizemos contato com os saveiristas do distrito de Coqueiros, cidade de Maragogipe. Os primeiros contatos no período de 20 a 22 de maio de 2013 foram enriquecedores, pois permitiram perceber na localidade, que concentra mais de 15 saveiros, o local estratégico para realização da pesquisa de campo, que possibilitaria cruzar perspectivas dos agentes que se mostravam nesta investigação, a saber: os saveiristas, os discursos e práticas do IPHAN e da Associação Viva Saveiro.

No período de 20 a 22 de junho de 2013, iniciamos os preparativos para prosseguir com a pesquisa de campo. No primeiro dia (20/06/13), saindo de Cachoeira, penetramos no

² Este evento estava ligado às comemorações da Semana dos Saveiro na Baía de Todos os Santos. Neste evento o pesquisador conheceu o presidente da Associação Viva Saveiro Sr. Pedro Booca, e obteve com o consentimento verbal do mesmo a primeira gravação do discurso oficial desta instituição.

mundo real dos imponderáveis da pesquisa etnográfica. Encontramos, assim dificuldade em permanecer no local devido a ser a época da festa de São João, festejo tradicional do nordeste, momento que hotéis e pousada na localidade de Coqueiros e demais do Recôncavo baiano ficam lotados, não dispondo de vagas para novos hóspedes.

Soma-se a isto a impossibilidade de entrevistar os Mestres Saveiristas que tínhamos realizado contato por dois motivos, primeiro, os mesmos estavam participando das festividades e, segundo, por haver uma determinação do presidente da Associação dos Saveiros de Vela de Içar da Bahia, para que os saveiristas não dessem entrevistas, em razão de descontentamento com a Associação Viva Saveiros.

Por conta de terceiros, havia uma desconfiança dos interlocutores, especialmente de um dos mais destacados saveiristas e seu filho, que fizeram várias perguntas ao pesquisador para saber onde trabalhava, estudava, a importância do projeto, e quais os possíveis benefícios para os saveiristas.

No dia 21/06/2013, para melhor compreensão de nossos interesses entregamos uma cópia do projeto de pesquisa e realizamos a apresentação dos conteúdos deste à direção da Associação dos Saveiros de Vela de Içar da Bahia. Fato que contribuiu para um diálogo claro sobre as perspectivas do trabalho e para primeira gravação de conversa com os três interlocutores na qual foram tratadas algumas questões centrais para a compreensão e registro etnográfico que nos permitiriam melhor conhecer a problemática:

- A cisão ocorrida entre os saveiristas e a Associação Viva Saveiros, ocasionou a ausência de convites para participação em eventos junto aos saveiristas, apenas obtenção verbas para o Sombra da Lua e nenhum apoio para os demais saveiros e consequente afastamento dessa Associação junto aos mestres saveiristas;
- As críticas e insatisfação com o tombamento do Saveiro Sombra da Lua, que para os entrevistados é uma *coisa descabida*, pois o mesmo não seria o mais antigo, nem tampouco autêntico. Soma-se a estes fatos, uma insatisfação porque o IPHAN não consultou os saveiristas, tombando apenas um saveiro pertencente à Associação Viva Saveiro;
- A fundação da Associação dos Saveiros de Vela de Içar da Bahia pelos filhos dos saveiristas e com o apoio de 17 proprietários e mais 11 simpatizantes, totalizando 28 associados;
- Consulta e solicitação à Associação dos Saveiros de permissão e apoio para conhecer seus membros saveiristas, de forma a poder entrevistá-los e fazer registro de imagens;

- Questionamento sobre a contrapartida da pesquisa que estamos desenvolvendo. O que nos levou a estabelecer acordo de realizarmos uma exposição sobre os Saveiristas e os Construtores de Saveiros. Os recursos serão buscados pela citada Associação.

Destacamos alguns pontos que nos pareceram permear estes contatos iniciais. Evidenciava-se certa desconfiança do grupo, que nos parecia motivado por questões não inteiramente claras para os saveiristas. A primeira decorria do fato de que fôssemos estranhos para a comunidade; somado a isso, os questionamentos sobre o tombamento do Saveiro Sombra da Lua sem que os membros do grupo fossem consultados ou incluídos nas discussões, o que os levou a perder a confiança na Associação Viva Saveiro como possível parceira na valorização de um de seus mais preciosos bens culturais.

No terceiro dia, 22 de junho, realizamos entrevista com o presidente da Associação dos Saveiros de Vela de Içar da Bahia. Ele nos informou que alguns dos problemas advindos do contato dos saveiristas com a Associação Viva Saveiro, os levaram a constituir uma associação formada por saveirista para proteger seus conhecimentos e buscar oportunidades para este grupo de 17 saveiristas e mais 11 membros que compartilhavam os mesmos sentimentos e propósitos. Um aspecto comum em todas as entrevistas e conversas que tivemos com os membros da associação foi a desconfiança com relação à Associação Viva Saveiro, já que acreditavam que não os representava no que se refere às suas preocupações concernentes a preservação do patrimônio cultural naval.

Este período em campo nos permitiu estabelecer uma interlocução com os saveiristas na qual eles expressaram livremente a visão do grupo sobre o tombamento do Sombra da Lua. A perspectiva adquirida a partir de suas visões nos permitiu compreender novos aspectos envolvendo os agentes e agências interessadas no processo de tombamento, ou seja, a iniciativa da Associação Viva Saveiro, a tramitação do processo no IPHAN e seu desfecho final, e o ponto de vista dos saveiristas, aspectos que analisaremos nesta dissertação.

O conhecimento adquirido com o trabalho de campo junto aos saveiristas nos permitiu introduzir novos elementos na análise, indicando a necessidade de refinar nossa busca a partir de algumas questões que resultaram da experiência etnográfica, a saber:

- Buscar novos referenciais bibliográficos que nos permitissem melhor compreensão sobre o processo de patrimonialização para entender a realidade do campo, o papel de pesquisador, as preocupações dos saveiristas, as potencialidades de ouvir, enxergar e trocar informações;

- Adquirir compreensão sobre o espaço geográfico, socioeconômico e cultural que vivenciam os saveiristas e seus saveiros, assim como o distanciamento entre estes e as ceramistas também do distrito de Coqueiros-Maragogipe, uma vez que elas não mais utilizam os saveiros para deslocamento de sua produção, e fazem uso de caminhões para levar seus produtos até a Feira de São Joaquim, restaurantes tradicionais, templos afro-brasileiros;
- Compreender como se deu a cisão entre os saveiristas e a Associação Viva Saveiros, que aparentemente é um fato da maior gravidade, o que os levou a ter completa rejeição à qualquer forma de colaboração com esta Associação.
- Conhecer o processo de fundação e organização da Associação dos Saveiros de Vela de Içar da Bahia, que conta com a participação e confiança de 17 saveiristas. A proposta destes é de explorar novas possibilidades que venham a garantir a preservação dos saveiros e da cultura saveirista.

Assim, a pesquisa de campo foi iniciada em 1º de outubro, se estendendo até o dia 20 de dezembro de 2013. Neste período, alguns eventos referentes ao cotidiano dos saveiristas foram registrados, contudo, destaca-se como extraordinário a fundação da Associação dos Saveiros de Vela de Içar da Bahia, em 16 de abril de 2013.

A fundação da Associação, contudo, não resultou de imediato em coesão e unanimidade de pontos de vista entre os saveiristas participantes, ou qualquer ação concreta no período mencionado até o momento da pesquisa.

As conversas e registros de imagens em fotografias e vídeo com os mestres saveiristas apresentaram os conflitos entre os saveiristas de Coqueiros e a Associação Viva Saveiros, devido à quebra de confiança e outros aspectos que serão discutidos adiante. Tivemos oportunidade de realizar registro do lançamento do Selo Postal e livro Saveiros da Bahia, parceria entre a Associação Viva Saveiro e Correios e Telégrafos, evento que ocorreu na FLICA – Feira de Literatura Internacional de Cachoeira - 2013.³

Salientamos que a Associação dos Saveiros de Vela de Içar da Bahia tem como proposta estabelecer uma nova relação com a sociedade, a preservação dos saveiros e

³ Neste evento registramos em audio-vídeo o lançamento do Livro Viva Saveiro e do Selo Saveiro, este último em parceria com a Empresa de Correios e Telégrafos. Aproveitamos a presença do diretor da Viva Saveiro, o artista Bel Borba e solicitamos entrevista, pedido que foi prontamente aceito. Também neste evento realizamos entrevista Mestre Jorge, responsável por mestrar (comandar) o Saveiro Sombra da Lua. As entrevistas tiveram duração cada de 05 minutos.

desenvolver ações para ajudar os saveiristas e outros profissionais que vivem deste ofício. Sua fundação veio a contribuir para novos olhares sobre o significado mais amplo do mundo dos saveiros, em contraste com ação de patrimonialização de apenas um exemplar, o que veio a dar nova conotação à proposta desta dissertação.

Assim, este trabalho envolve múltiplas formas de perceber e interpretar os conflitos decorrentes da patrimonialização do objeto saveiro, que constitui um importante ícone da cultura baiana, que buscamos compreender e interpretar por meio do processo de tombamento de um saveiro. Além da importância acadêmica para realizar este estudo, já destacamos a pessoal de realizar o estudo que resultou nesta dissertação pelo singular envolvimento com minha história familiar.

Desta forma, o processo de patrimonialização comporta inúmeras vertentes, que ajudam a compreender os impactos econômicos, sociais e culturais sobre as populações afrodescendentes do Recôncavo baiano, seus saveiros, saveiristas, famílias e todo o complexo sistema socioeconômico e cultural que vem rapidamente sendo afetado com as transformações mundiais, nacionais e locais, que promoveram desmantelamento do sistema que envolvia os saveiros, seu contexto de uso e passando a conviver com a indiferença dos gestores públicos.

Nossa busca sistemática do tombamento de um saveiro possibilitou apreender as inquietações que permeiam o mundo dos saveiros e saveiristas. Além do ponto de vista dos saveiristas, tomamos dois contrapontos já destacados para compreender este conflito que envolve a salvaguarda de um bem nacional. Os resultados da compreensão etnográfica e análise deste fato e fenômeno multivocal são sistematizados e apresentados nos capítulos que versam sobre a construção dos processos de patrimonialização, o que necessariamente envolve a reflexão sobre conceitos como identidade, memória e patrimônio cultural em meio a um jogo de poderes desiguais.

3. OS REFERENCIAIS PARA O EMBARQUE

...aprendemos que a invenção precisa continuamente “inverter” a si mesma a fim de que a convenção seja preservada (WAGNER, 2012:201)

Este capítulo está dividido em três tópicos, busca-se problematizar as diferentes perspectivas sobre a cultura material que envolve o saveiro. No primeiro⁴, Referencial Teórico-Conceitual, situamos nossas argumentações a partir de pressupostos de autores como Sahlins, Appadurai, Wagner, Certeau, Bourdieu e outros, que trazem diferentes abordagens antropológicas, permitindo discutir a formação da antropologia como área científica, com objetivo de situar a patrimonialização de um saveiro.

No segundo tópico, Referencial Histórico-Jurídico-Patrimonial, buscamos discutir a formação das agências de salvaguarda do patrimônio cultural no Brasil, seus conflitos e percalços, para refletir o tombamento em questão a partir do que compreendemos como *fato-social-total*⁵, formulado por Mauss no início do século XX, e que nos permite dotar este estudo de bases epistemológicas para empreender argumentações nos demais capítulos, especialmente o dedicado à análise do tombamento do citado saveiro.

No terceiro tópico, Autenticidade: quem escolhe e como é autenticado o patrimônio cultural, desenvolvemos problematizações que envolvem autenticidade e o estado-nação, com objetivo de traçar discussões sobre as escolhas e autenticação do patrimônio cultural no Brasil. Fato que envolve diferentes agências e agentes sociais, panorama que subsidia relevantes argumentações para refletir sobre a patrimonialização do Saveiros Sombra da Lua.

⁴ Destacamos que estes autores e seus trabalhos foram sendo descobertos e associados à pesquisa, em um processo livre de amadurecimento e escolha por parte do pesquisador e da necessidade do objeto de estudo.

⁵ O conceito de fato social total foi cunhado por Marcel Mauss, discípulo e sobrinho de Emile Durkheim, autor do conceito de fato social, ambos são expoentes da escola francesa de Sociologia. O fato social elaborado por Durkheim significava maneiras de ser, agir e sentir, exteriores, gerais e coercitivas ao indivíduo. Mauss (2003) aprofundou ainda mais este conceito ao estudar o Kula, que consistia na troca de conchas vermelhas por braceletes de conchas brancas entre os melanésios das Ilhas Trobriand. Através desta troca, denominada fato social total, é possível conhecer e reconhecer os aspectos sociais, políticos, econômicos e religiosos de um determinado grupo social e de sua cultura. Ou seja, para Mauss, é através do fato social total que podemos compreender todos os aspectos de uma determinada sociedade: "Os fatos que estudamos são todos (...) fatos sociais totais (...) ou, gerais, (...) Todos esses fenômenos são ao mesmo tempo jurídicos, econômicos, religiosos, e mesmo estéticos, morfológicos etc. (SILVA, 2012, p. 161)

Entretanto, há necessidade de traçar conceituações sobre patrimônio cultural e patrimonialização, para integrar os conteúdos, argumentações e posterior conclusão. O conceito de patrimônio cultural no Brasil foi formulado oficialmente pela primeira vez a partir da criação da Secretária do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e seu instrumento o Decreto-lei de 1937⁶, que naquele momento definiu o:

Patrimônio [cultural] é o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país cuja conservação seja de interesse público quer por sua vinculação a fatos memoráveis quer pelo seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (DECRETO-Lei, 1937)

A partir da construção da regulação oficial que estabelece parâmetros para avaliar os objetos dentro da categoria de patrimônio cultural, outros documentos foram gerados, buscando aperfeiçoar este conceito e consequentemente suas aplicações. Neste aspecto, após mais de quatro décadas a partir da formulação da Constituição Federal de 1988 este conceito foi revisitado e ampliado, conforme seu artigo:

“constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”. (CONSTITUIÇÃO Brasileira, artigo 216)

Neste processo, e compreendendo motivações politico-sociais no país foi promulgado o Decreto Lei 3.551 de 2000⁷, que institui o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial no

⁶ O Decreto-Lei no. 25, de 30 de novembro de 1937, está dividido em V Capítulos, que buscam estruturar parâmetros para os atos de tombamento no território nacional. Destacamos também outros instrumentos que contribuem para com os processos de tombamento e reconhecimento de diversificados bens culturais, a saber: o Decreto-Lei no 3.866, de 29 de Novembro de 1941, que dispõe sobre o cancelamento de tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; a Lei no. 4.845, de 19 de novembro de 1965, que proíbe a saída, para o exterior, de obras de arte e ofícios produzidos no País, até o fim do período monárquico; Lei no. 6.292, de 15 de dezembro de 1975, que dispõe sobre o tombamento de bens no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Decreto Legislativo no. 22, de 01 de fevereiro de 2006, que aprova o texto da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, celebrada em Paris, em 17 de outubro de 2003; Decreto no 80.978, de 12 de dezembro de 1977, que promulga a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972; o Decreto no 3.551, de 04 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências; o Decreto no 5.753, de 12 de abril de 2006, que promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 03 de novembro de 2003.

⁷ Art. 1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro. Esse registro se fará em um dos seguintes livros: I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; II - Livro de Registro das

Brasil, fato que desencadeou novas abordagens junto ao patrimônio cultural e sua imaterialidade, aspectos a serem constatados abaixo:

Patrimônio Imaterial pode ser compreendido como "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (DECRETO-Lei 3.551/00).

Com o aperfeiçoamento do conceito de patrimônio cultural, foi possível também dar dinamismo ao que compreendemos por Patrimonialização. Silva (2011), assim como outros autores, vincula o conceito da patrimonialização à ideia de desenvolvimento, para compreender a patrimonialização como um processo de ampliação do conceito de patrimônio cultural e de utilização da cultura como revitalização urbana.

Neste contexto a patrimonialização⁸ produz outras indagações e novos esforços para empreender estratégias de revitalização dos diferentes bens materiais e imateriais, buscando identificar características que lhe conferem valor para a nação. Estes conceitos e suas aplicações tornam-se caros para empreendermos discussões sobre a antropologia e o patrimônio cultural no Brasil, sobre a qual nos debruçaremos neste momento.

3.1 Referencial Teórico Conceitual

A antropologia tem nos viajantes, juristas e administradores suas primeiras marcas. Foram estes, afinal, que iniciaram o registro sobre os povos de terras distantes, imprimindo nestes seus juízos de valores, incompreensões, inquietações, que posteriormente foram também usados nas investigações dos etnógrafos profissionais, treinados nas universidades, que em vários períodos buscam realizar novas interpretações sobre os povos colonizados, em processo de descolonização e pós-colonizados.

Gonçalves (2007) nos lembra de que Franz Boas (1858-1942), ainda em 1896, formulou uma crítica extremamente poderosa às teorias evolucionistas e difusionistas e essa

Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; III- Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

⁸ "... para a afirmação de patrimonialização, conta-se com estratégias voltadas para a mercantilização do patrimônio cultural, principalmente porque "os monumentos e patrimônios históricos adquirem dupla função - obras que propiciam saber e prazer, postas a disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos. (CHOAY, 2006, p. 221)

crítica se estendia aos modelos museográficos concebidos a partir daquelas teorias. O ponto forte de argumentação de Boas é o de que esses antropólogos pensam os objetos materiais em função de seus macro-esquemas de evolução e difusão, esquecendo-se de se perguntarem pelas suas funções e significados no contexto específico de cada sociedade ou cultura onde foram produzidos e usados.

A Primeira e a Segunda Guerras Mundiais contribuíram para intensificar os estudos sobre as populações e seus sistemas, estruturas, simbologias e modos de viver. No período da I Guerra com o desenvolvimento do trabalho de Malinowski⁹ nas Ilhas Trobriand (1915-16, 1917-18), que se baseia em analisar o ritual do Kula, trocas de *colares* e *pulseiras* em circulação anti-horária, potencializaram os primeiros fundamentos desta disciplina científica a partir de novas concepções sobre os povos “nativos” e suas relações e percepções de mundo. Malinowski (1923) ao analisar o ritual do Kula, desenvolveu o método etnográfico, que passou a ser, para a grande maioria, um caminho científico para analisar os processos culturais de diferentes populações. A este respeito, Clifford (2002) argumenta:

Durante a década de 20, Malinowski desempenhou um papel central na legitimação do pesquisador de campo, e devemos lembrar nesse sentido seus ataques à competência de seus competidores no campo. (...) O ataque ao amadorismo no campo foi levado ainda mais longe por A. R. Radcliffe-Brown, que, como Ian Langham mostrou, passou a tipificar o profissional da ciência, descobrindo rigorosas leis sociais (...) O que emergiu durante a primeira metade do século XX com sucesso do pesquisador de campo profissional foi uma nova fusão de teoria geral com pesquisa empírica, de análise cultural com descrição etnográfica (CLIFFORD, 2002, p.23).

Sahlins (2003) faz uma importante reflexão atualizada sobre a contribuição de Malinowski, ao afirmar: “para Malinowski era um ponto importante do método etnográfico perceber o ponto de vista do nativo, sua relação com a vida, para compreender a sua visão do seu mundo” (1950 [1922] p.25). Entretanto, Sahlins compreende que o trabalho realizado pelo polonês, ainda que importante para área da antropologia, apresenta lacunas, que consequentemente dificulta uma completa análise do sistema kula. Para melhor entendimento segue a contribuição de Sahlins:

⁹ Para o antropólogo, não é difícil identificar-se com Malinowski e admirar-lhe a forma como conseguiu inserir-se nas aldeias nativas, superar obstáculos e produzir uma das mais belas etnografias sobre o modo de vida dos ilhéus da Nova Guiné. Entretanto, a exposição feita por esse autor das circunstâncias de realização de seu trabalho de campo não pretendia apenas obter a identificação e solidariedade do leitor diante de suas mazelas pessoais na busca do que certos melanesianos pensam da vida. Tratava-se de consolidar um método que, embora não fosse totalmente inédito, deveria ser visto como o principal meio de aferição da qualidade das etnografias. Afinal, Malinowski lamentava não ter tido um roteiro nem pessoa que o ajudasse nesse ponto e considerava importante mostrar não somente o que aqueles nativos em particular eram, mas o que os etnógrafos em geral deveriam ser. Nativos reais e próximos (“de carne e osso”) exigem etnógrafos reais e próximos (também de “carne e osso”). (SILVA, 2000, p. 23)

Havia muitos outros domínios da vida das ilhas Trombriad – parentesco, magia, política – dos quais Malinowski deixou-nos uma avaliação incompleta e não sistemática, devido a alguns desses mesmos escrúpulos teóricos. Ele considerava os textos e declarações de pessoas como simples formulações do ideal, em comparação com os motivos reais pragmáticos que governavam as relações dos homens com tais regras e entre si (cf. Malinowski, 1966 [1926]. (SAHLINS, 2003, p. 80).

Outro importante fundador da Antropologia foi Mauss (1924), que aprofunda as análises desenvolvidas por Malinowski e complementa a construção do pensamento científico para esta área. Mauss trás para as pesquisas de campo uma aguda precisão analítica ao estabelecer o *fato-social-total*, elemento gerador de um arcabouço conceitual e metodológico junto aos objetos e suas representações, simbólicas, econômicas, culturais, políticas e afetivas.

No Ensaio sobre a Dádiva, também conhecido como Ensaio sobre o Dom (1925), Mauss desenvolve um estudo de caráter etnográfico, antropológico e sociológico a partir da *reciprocidade*, intercâmbio e a origem antropológica do *contrato*. O estudo de Mauss parte da análise de algumas sociedades não européias, como a Polinésia, Melanésia e outras.

Diferente de Malinowski, que contribui com o surgimento de um método de trabalho em campo, a observação participante, ainda muito utilizada, Mauss a partir da análise do fato-social¹⁰ cunhado por Durkheim, contribui como um dos primeiros teóricos da antropologia ao formular o conceito de *fato-social-total*, que possibilita integrar diferentes constitutivos (biológicos, econômicos, jurídicos, históricos, religioso, estético e outros) de uma dada realidade social, e que convém apreender em sua integralidade.

Na atualidade a antropologia intensifica suas reflexões a partir da cultura material para realizar análises e contribuir para produção de conhecimento. Neste aspecto destacamos os cientistas sociais Sahlins (2007), Wagner (2008), Appadurai (2008), Certeau (2012), Bourdieu (2001 / 2011), além de outros que nos ajudam de forma ampla a compreender a multiplicidade da cultura material.

Estes cientistas sociais contribuem significativamente para compreendermos a importância da história econômica sobre o viés da antropologia, a cultura a partir da

¹⁰ Um fato social se reconhece pelo poder de coerção externa que se exerce ou é capaz de exercer sobre os indivíduos; e a presença deste poder se reconhece, por sua vez, seja pela existência de alguma sanção determinada, seja pela resistência que o fato opõe a toda tentativa individual de fazer-lhe violência. Contudo, pode-se defini-lo também pela difusão que apresenta no interior do grupo, contando que, conforme as observações precedentes, tenha-se o cuidado de acrescentar como segunda e essencial característica que ele existe independente das formas individuais que assumi a difundir-se. (...) É fato social toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais. (Durkheim, 2007).

perspectiva do consumo e dos consumidores. Consequentemente o saveiro e sua função socioeconômica e cultural, sua correlação entre cultura e natureza, as agências e agentes e os símbolos que forjamos na sociedade. Todos estes aspectos se entrecruzam no processo de patrimonialização do Saveiro Sombra da Lua.

Em *Ilhas de História* (2003) Sahlins realiza uma reflexão sobre o sistema capitalista e como as sociedades tradicionais são envolvidas por este e também como estas o utilizam também, em seu próprio proveito. Este autor nos traz uma importante contribuição ao afirmar:

[...] dado que as sociedades tradicionais que os antropólogos habitualmente estudam são submetidas a mudanças radicais, impostas externamente pela expansão capitalista ocidental, não é possível manter a premissa de que o funcionamento dessas sociedades está baseado em uma lógica cultural autônoma. (SAHLINS, 2003, p. 08)

A partir dessas premissas, Sahlins (2003) esclarece que os projetos macroeconômicos da burguesia mundial influenciam os destinos das sociedades tradicionais, uma vez que as forças externas do capitalismo desencadeiam relações econômicas e sociais, que em dado momento desequilibra aquelas sociedades. Contudo, posteriormente, dado as experiências das sociedades e suas cosmovisões, novos códigos são apreendidos e retrabalhados para que entre em sintonia com os costumes e possam contribuir para uma nova reestruturação da sociedade. Sahlins continua:

Não precisamos exagerar o contraste em relação a nós mesmo, isso porque o interesse dos estados burgueses é o interesse particular de suas classes dominante, conforme os ensinamentos de Marx. Porém, a sociedade capitalista realmente tem um modo distintivo de aparência e, portanto, uma consciência antropológica definida, também difundida nas disposições teóricas da academia. A teoria nativa dos “Boo-jwas” é de que as consequências sociais são as expressões cumulativas das ações individuais e, por esse motivo são mais atrasadas do que o estado prevalecente das vontades e opiniões do povo, conforme geradas, especialmente a partir de seus sofrimentos materiais. A sociedade é construída como a soma institucional de suas práticas individuais. O lócus classe folclore é, claro, o mercado, onde o êxito relativo de agentes autônomos individuais e, portanto, a ordem política da economia, é mensurável pelas porções quantitativas obtidas respectivamente nos cofres públicos às expensas de quem interessar possa. (SAHLINS, 2003, p. 77)

Neste contexto a cultura ganha novas contribuições, pois também reflete as mudanças socioeconômicas acionadas pelo capitalismo. Desta forma, as sociedades tradicionais reelaboram suas perspectivas culturais, algumas vezes sem notar, para que possam continuar a desenvolver seus códigos culturais. Sahlins (2003) nos ajuda a ampliar os conteúdos sobre os signos culturais a partir da seguinte sentença:

E desde que os meios simbólicos através dos quais um determinado grupo organiza a sua experiência sejam legítimos e lógicos, a história torna-se também arbitrária, pois

o mundo dificilmente poderia ser obrigado a conformar-se aos princípios pelos quais uma parte da humanidade o concebe. Parece impossível uma teoria geral dos sistemas culturais da qual a história seja uma dedução (SAHLINS, 2003, p. 53).

Com Sahlins (2003) nos instrumentaliza para enxergar a trajetória dos saveiros e outras embarcações que durante mais de 05 (cinco) séculos vem operando na Baía de Todos os Santos. Inicialmente as embarcações trabalhavam em um ritmo frenético, devido especialmente ao ciclo do açúcar, que tinha no Recôncavo baiano um lugar de destaque, e que demandava uma grande frota de embarcações para transportar este produto para a cidade de São Salvador.

A partir do porto de Salvador, o açúcar ganhava a Europa, operação que intensificava a fórmula “dinheiro-mercadoria-dinheiro” em um processo que desencadeava inúmeras faces do consumo local, regional, nacional e mundial, fomentando novas formas de consumidores. Salientamos que entre os séculos XVII e XVIII, momento que o ciclo do açúcar no nordeste estava em alta, no caso específico do Recôncavo baiano intensificava-se a necessidade de embarcações. Barickman (2003) amplia nossas argumentações:

Para Luís dos Santos Vilhena, o cronista que, nos últimos anos de século XVIII, escreveu uma das mais completas descrições da vida na Bahia colonial, o Recôncavo abrangia a cidade do Salvador, com suas freguesias suburbanas, e as cinco vilas (municípios) que cercavam a baía de Todos os Santos: São Francisco do Conde e Santo Amaro da Purificação na margem norte, Cachoeira no oeste, e Maragogipe e Jaguaripe no sul. Muitos dos mais antigos e maiores engenhos da Bahia situavam-se em freguesias ao longo da margem norte da baía ou próximas dela, onde o acesso fácil ao transporte por água tornava o envio do açúcar para Salvador menos oneroso do que por terra (BARICKMAN, 2003, p. 39 e 41).

A importância econômica que envolvia as embarcações, pois os mares e rios eram até o século XX as principais vias para transporte de união com Salvador, associava os saveiros à operação de transporte de objetos, pessoas e comunicações. Fato que trouxe para este veículo aquático uma relação intrínseca com o imaginário das comunidades ligadas à Baía de Todos os Santos, que enxergaram e muitas pessoas ainda no presente percebem, esta embarcação em seus aspectos culturais materiais e imateriais. Fato que corrobora com Sahlins (2003), que nos fornece elementos para esta interpretação ao afirmar que:

Na realidade, enquanto projeto social total, a atividade simbólica é ao mesmo tempo sintética e analítica, trazendo para o conceito toda a lógica cultural. Refiro-me aqui não apenas a distinções semânticas, mas também a proposições culturais (SAHLINS, 2003, p. 69).

Para complementar Sahlins, temos os referenciais de Appadurai (2008), que contribuem para refletir os objetos e suas potencialidades, buscando fazê-los serem notados

por múltiplos viéses, que envolvem desejo e demanda, poder e valor econômico em situações sociais específicas. Este autor traça uma discussão sobre Mercadoria e a Política de Valor para demonstrar aspectos do consumo e dos consumidores sobre uma ótica que associa antropologia e história em um discurso dialético. Para tanto, o mesmo estabelece as premissas que orientam este capítulo quando enfatiza que:

A troca econômica cria o valor; o valor é concretizado nas mercadorias que são trocadas; concentrar-se nas coisas trocadas, em vez de apenas nas formas e funções da troca, possibilita a argumentação de que o que cria o vínculo entre a troca e o valor é a política, em seu sentido mais amplo (APPADURAI, 2003, p. 15).

Appadurai, em suas análises sobre os mecanismos do capitalismo e das sociedades capitalistas modernas, nos permite enxergar conceber o objeto saveiro pertencendo a uma lógica que envolve mercado e consumo, que permitia a concretização do comércio entre produtores e consumidores tanto de produtos a serem importados, como de outros produtos que abasteciam a cidade do Salvador. Nos fornece elementos que permitem refletir sobre este processo com a seguinte sentença:

Nas sociedades capitalistas modernas pode-se afirmar que há uma tendência de que um número maior de coisas experimente uma fase mercantil em suas carreiras, que um número maior de contextos se torne mercantil e que os padrões da candidatura ao estado de mercadoria abranjam uma parte maior do universo de coisas do que em sociedades não capitalista. (APPADURAI, 2003, p.30)

Wagner (2012) nos traz nos revela um importante papel da antropologia frente ao processo das invenções que a sociedade cria e manipula, muitas vezes, em detrimento das pessoas, ao afirmar que:

... a antropologia não pode permitir-se o papel de Grande Inquisidor mais do que os interesses comerciais ou administrativos, ocultando das pessoas, “para seu próprio bem”, o funcionamento da invenção. Por mais destrutivo que isso possa ser para uma certa ordem social conservadora e defendida de forma conservadora, toda a anatomia da invenção, as implicações que a cercam e a responsabilidade que ela acarreta precisam ser articuladas aberta e publicamente. Esse é um dever social e político, e nossa única alternativa é sermos vitimizados pelos inventores e manipuladores da realidade secular. Podemos aprender a usar a invenção ou, caso contrário, seremos usados por ela. Esse aprendizado, se realizado com responsabilidade e cuidado, pode levar a um harmonioso regime de confiança e compreensão entre segmentos da sociedade criativamente opostos. E a tarefa de construir uma consciência da invenção constitui o objetivo e culminância das ciências sociais (WAGNER, 2012, p. 360).

Neste contexto que envolve o complexo sistema de transporte para favorecer o comércio entre o Recôncavo, o porto de Salvador, e outros pontos dentro e fora da capital,

temos o encontro de diferentes atores, que participam do processo de utilização e estabelece o valor de uso e o valor de troca, em um processo dinâmico. Sahlins nos chama a atenção para que possamos refletir sobre estes sujeitos sociais e suas invisíveis participações, a exemplo dos saveiros, ao considerar:

O contexto mercantil, como uma questão social, pode reunir atores provenientes de sistemas culturais bem diferentes, que compartilhem apenas um mínimo de entendimentos (em uma perspectiva conceitual) sobre os objetos em questão e estejam de acordo apenas acerca dos termos de negociação. O fenômeno conhecido por comércio silencioso é o exemplo mais óbvio do mínimo ajuste entre as dimensões culturais e sociais da troca de mercadorias (PRICE, 1980) (SAHLINS, 2003, p.30).

Estes atores, empregados, desempregados e empregadores envolvidos no comércio de mercadorias, provavelmente estavam sempre em busca do lucro para que suas atividades continuassem a florescer. Neste processo era necessário criar sempre novas possibilidades de produção, embarque e descarga das mercadorias, conhecimentos sobre os ventos e marés, utilização do tempo, em uma atividade que envolvia inúmeros sujeitos sociais e suas obrigações cotidianas.

Compreendemos que o fato dos saveiros estarem tão imersos na cultura da velha Bahia, tem sua potencialidade em sua funcionalidade como embarcação que estava intensamente envolvida com a vida social dos baianos. Appadurai (2003) nos ajuda a refletir sobre este processo, no momento em que chama a atenção para a existência das rotas costumeiras e da necessidade dos “desvios”, que aperfeiçoavam o andamento das atividades que envolviam as mercadorias na vida social das sociedades modernas. Este autor nos traz a seguinte passagem:

Na verdade, ao se observar a vida social de mercadorias em qualquer sociedade ou período determinados, parte do desafio antropológico é definir as rotas relevantes e costumeiras, de sorte que a lógica dos desvios possa ser entendida de um modo apropriado e relacional. As relações entre rotas e desvios são, em si mesmas, históricas e dialéticas, como mostrou com mestria Michael Thompson (1979) a respeito de objetos de arte no mundo ocidental moderno. Desvios que se tornam previsíveis estão a caminho de se tornarem novas rotas, que, por sua vez, irão inspirar novos desvios ou retornos a rotas antigas. Estas relações históricas são rápidas e facilmente verificáveis em nossa própria sociedade, mas menos visíveis em sociedades em que tais alterações são mais graduais (APPADURAI 2003, p. 45).

Appadurai (2003) ao refletir sobre a história social das coisas e suas biografias culturais, contribui para que possamos refletir sobre as condições das embarcações de nosso país nestes cinco séculos, que vem sendo preservadas de várias formas, por diferentes agentes.

Entretanto, também constatamos a extinção destas histórias e biografias, pois a ausência de políticas públicas para preservação da história naval durante séculos, foi responsável por perdas materiais e imateriais sem precedentes. É o fato da existência apenas de 19 saveiros de Vela de Içar na Baía de Todos os Santos no presente (2014)¹¹, em detrimento a mais de 1400 que se encontravam em atividade entre os séculos XVI ao XVIII. Desta forma, Appadurai traz importante e reveladora contribuição para que possamos notar e aprofundar nossos olhares para compreender na trajetória histórica, os fluxos econômicos e suas consequências:

A história social das coisas e suas biografias culturais não são assuntos de todos separados, pois é a história social das coisas, no decurso de longos períodos de tempo e níveis sociais extensos, que constrói coercitivamente a forma, os significados e a estrutura de trajetórias de curto prazo, mais específicas e particulares. Também há casos, ainda que tipicamente mais difíceis de documentar ou prever, em que muitas alterações pequenas na biografia cultural das coisas podem, com o tempo, levar a alterações em suas histórias sociais (APPADURAI, 2003, p. 54).

Filho & Abreu (2007) vem desenvolvendo importantes contribuições a partir da discussão da materialidade e imaterialidade de diferentes objetos. Colaborando para que a sociedade possa enxergar as relações estabelecidas entre agentes e agências, nos conflitos que envolvem ‘poder’ e ‘ética’ e nos desafios para esta área e seu compromisso com a produção de conhecimento junto ao patrimônio cultural. Desta forma, destacam-se também os trabalhos de Arantes Neto (1978), Sepúlveda dos Santos (1989), Rubino (1991), Santos (1992), Gonçalves (1996), Abreu (1996), Fonseca (1997), Tomaso (1997), Lima Filho (1998), Corrêa (2001), dentre outros.

Estes e outros importantes trabalhos antropológicos deram a esta área ferramentas para analisar e interpretar as relações e construções de conhecimento de homens e mulheres em suas sociedades, buscando compreender as relações entre sujeitos sociais e instituições destas coletividades, que por meio dos objetos do cotidiano estabelecem reflexões sobre sua materialidade, imaterialidade e ressonância (Gonçalves, 1996).

Sahlins (2007) nos ajuda a aprofundar esta reflexão em um tempo em que a Antropologia vem repensando as velhas oposições conceituais em que se fundamentou a etnografia científica, estão-se desfazendo, o mesmo diz:

¹¹ Vale salientar que neste caso estamos falando de Saveiro de Vela de Içar, pois os de Vela de Pena, encontram-se em um processo diferenciado, pois há, conforme constatação na Regatas João das Botas de 2012, 2013 e 2014 um número significativo de aparelhos náuticos que tem em sua maioria homens jovens no comando, provenientes de diferentes partes da Baía de Todos os Santos.

descobrimos a continuidade na mudança, a tradição na modernidade e até os costumes no comércio. Ainda assim, nem tudo o que era sólido agora desmancha no ar, como supôs prematuramente uma certa antropologia pós-moderna. Restam as diferenças distintivas, as diferenças culturais (SAHLINS, 2007, p. 531).

Salientamos, que além das contribuições bibliográficas de autores da antropologia, utilizados nesta pesquisa os conhecimentos provenientes da convivência com os saveiristas, potencializaram conteúdos para empreender as análises da visão daqueles que vivem a beleza e as dificuldades de sobreviver a partir do uso dos seus saveiros, buscando a todo tempo formas de preservá-los em meio ao esquecimento das agências econômicas, políticas e culturais deste país.

3.2. Referencial Histórico-Jurídico-Patrimonial

No século XX, com a criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, em pleno Estado Novo, Rodrigo Melo Franco de Andrade assessorado pelo escritor Mário de Andrade, formula o Decreto Lei no. 25 de 1937. Este decreto, a principal lei de proteção do patrimônio cultural no Brasil no século XX, estabelece como sendo Bens Culturais as igrejas, monumentos civis e militares. Neste aspecto Bourdieu (2011), ao falar sobre o monopólio de instituições similares ao nosso IPHAN, elabora a seguinte sentença:

Na realidade, a instituição de um “espaço judicial” implica a imposição de uma fronteira entre os que estão preparados para entrar no jogo e os que, quando nele se acham lançados, permanecem de facto dele excluídos, por não poderem operar a conversão de todo o espaço mental – e, em particular, de toda a postura linguística – que supõe a entrada neste espaço social. A constituição de uma competência propriamente jurídica, mestria técnica de um saber científico frequentemente autônomo das simples recomendações do senso comum, leva à desqualificação do sentido de equidade dos não especialistas e à revogação da sua construção espontânea dos factos, da sua “visão do caso” (BOURDIEU, 2011, p. 225-226).

Sobre esta construção do pensamento da salvaguarda, Gonçalves (2007) nos traz a seguinte contribuição na medida em que os objetos materiais circulam permanentemente na vida social, importa acompanhar descritiva e analiticamente seus deslocamentos e suas transformações (ou reclassificações) através dos diversos contextos sociais e simbólicos: sejam as trocas mercantis, sejam as trocas cerimoniais, sejam aqueles espaços

institucionalizados e discursivos tais como coleções, os museus, os assim chamados patrimônios culturais. (GONÇALVES, 2007, p. 15).

Assim, a contribuição deste órgão e seus técnicos, em 40 anos de intensos trabalhos, sistematizou as diretrizes para reconhecimento do patrimônio cultural¹², as quais se apegavam na autenticidade, monumentalidade, simbolismo, tradição e outros elementos, para construção simbólica da nação, referenciais que acompanham as demais áreas estruturais e infraestruturais do período de 30 a 70 do século XX neste país. Aspectos que contribuíram para forjar a invenção de patrimônios e as tradições nas diversas regiões do Brasil. Gonçalves (1996) nos ajudam a confirmar este pensamento ao citar que “em verdade, estou tomando como ponto de partida o pressuposto antropológico segundo o qual os indivíduos, assim como seus propósitos, ações e contextos, são culturalmente moldados” (GONÇALVES, 1996, p. 14).

Entretanto, Bourdieu (2011) também nos chama a atenção para este processo criado por agências oficiais, (que muito se aproxima como modelo de nosso o IPHAN), no sentido de ficarmos atentos para a normatização criada pelo governo federal, que com seu poder representativo e muitas vezes coercitivo empreendeu o que deveria ser chamado patrimônio:

A instituição jurídica contribui, sem dúvida, universalmente para impor uma representação da normalidade em relação à qual todas as práticas diferentes tendem a aparecer como desviantes, anômicas, e até anormais, patológicas (especialmente) quando a “medicalização” vem justificar a “jurisdicização” (BOURDIEU, 2011, p. 247).

Desta forma, durante mais de 40 anos foram realizados trabalhos de salvaguarda do patrimônio material como reportamos anteriormente, ocorrendo um processo de mudança, ainda que lenta, na década de 50, fomentado por diversos processos de cidadania dentro e fora do país. Neste aspecto podemos refletir sobre o envolvimento dos especialistas, fato que Bourdieu (2011) traz importante contribuição para repensarmos a ação dos especialistas do patrimônio:

Os agentes especializados, enquanto terceiros – indiferentes ao que está diretamente em jogo (o que não quer dizer desinteressados) e preparados para apreenderem as realidades escaldantes do presente atendendo-se aos textos antigos e a precedentes confirmados – introduzem, mesmo sem querer nem saber, uma distância

¹² “É por meio do patrimônio que comunicamos ao mundo nossa identidade, nossa cultura, nossa memória, em que se consiste, se baseia e se orienta a nossa cultura, e a criação e reprodução dos nossos grupos sociais. Os bens culturais, representados pelos objetos e artefatos, são a materialização da nossa cultura. Os mesmos, no entanto, não podem ser coisificados a ponto de abandonarem o seu significado social. É como se os objetos possuíssem uma “alma” que exteriorizassem traços culturais de uma determinada coletividade” (SILVA, 2012, p. 174).

neutralizante a qual, no caso dos magistrados pelo menos, é uma espécie de imperativo da função que está inscrita no âmago dos *habitus*: as atitudes ao mesmo tempo ascéticas e aristocráticas que são a realização incorporada do dever de reserva são constantemente lembradas e reforçadas pelo grupo dos pares, sempre pronto a condenar e a censurar os que se comprometeriam de modo demasiado aberto com questões de dinheiro ou de política (BOURDIEU, 2011, p. 227).

A área do patrimônio cultural terá mudanças no final da década de 1960. Conforme Choy (2006), com a mundialização dos valores e das referências ocidentais há uma expansão ecumênica das práticas patrimoniais. Desta forma, ocorre a Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO em Paris. Esta reunião visa estabelecer acordos formais entre as nações para salvaguarda dos patrimônios tradicionais e ambientais. Este documento sinaliza as seguintes questões:

Constatando que o patrimônio cultural e o patrimônio natural estão cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e econômica que as agrava através e fenômenos de alteração ou de destruição ainda mais importantes; Considerando que a degradação ou o desaparecimento de um bem do patrimônio cultural e natural constitui um empobrecimento efetivo do patrimônio de todos os povos do mundo; Considerando que a proteção de tal patrimônio à escala nacional é a maior parte das vezes insuficiente devido à vastidão dos meios que são necessários para o efeito e da insuficiência de recursos econômicos, científicos e técnicos do país no território do qual se encontra o bem a salvar (CONVENÇÃO do Patrimônio Mundial da UNESCO, 1972, p.01).

O patrimônio cultural¹³ em suas diversas tipologias materiais e imateriais tem sido amplamente discutido em diversos fóruns dentro e fora do Brasil¹⁴. Para aprofundar a análise dos discursos institucionais utilizamos neste momento Gonçalves (2003) que conceitua patrimônio da seguinte forma:

“Patrimônio” está entre as palavras que usamos com mais frequência no cotidiano. Falamos dos patrimônios econômicos e financeiros, dos patrimônios imobiliários, referimo-nos ao patrimônio econômico e financeiro de uma empresa, de um país, de

¹³ A emergência da noção de Patrimônio, com o sentido que conhecemos hoje enquanto um bem coletivo, um legado ou uma herança artística e cultural onde um grupo social pode se reconhecer enquanto tal, foi lenta e gradual. Na França o significado da noção de Patrimônio se estende pela primeira vez para as obras de arte e para os edifícios e monumentos públicos no período imediatamente posterior à Revolução Francesa, quando a população tomada pelo sentimento revolucionário destruiu os vestígios do Antigo Regime. (...) A noção de patrimônio afirma-se em oposição à noção de Vandalismo (ABREU, 2006, p. 04).

¹⁴ O chamado campo do Patrimônio vem se alargando de maneira sem precedente. Se, durante o final do século XIX, até meados do século XX, predominava o qualificativo de "histórico" e "artístico" para as políticas públicas preservacionistas, se, a partir da segunda metade do século XX, principalmente com o projeto UNESCO, vimos se desenvolver o atributo da 'cultura' como diferencial e legitimador das novas políticas, o início do século XXI coloca em marcha uma pluralidade de outras questões. A principal delas consiste no deslocamento do eixo norteador da ideia de "singularidade nacional" para a ideia de proliferação de "singularidades locais" relacionadas às chamadas "populações tradicionais" (ABREU, 2008, p. 65).

uma família, de um indivíduo; usamos também a noção de patrimônio culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos; sem falar nos chamados patrimônios intangíveis, de recente e oportuna formulação no Brasil. Parece não haver limite para o processo de qualificação dessa palavra (GONÇALVES, 2003, p. 21-22).

É nesta conjuntura de repensar o patrimônio cultural, que traz à diretoria do IPHAN Aloísio Magalhães, profissional com relevante carreira nacional e internacional, que inicia o movimento pioneiro que envolverá a valorização dos patrimônios tradicionais e seus conhecimentos que envolve o *saber*, o *fazer* e o *saber-fazer* das diversas a partir da criação do Centro Nacional de Referências Culturais - CNRC¹⁵. Schoay (2006) ratifica este pensamento ao argumentar que:

Para os países dispostos a reconhecer sua validade, a Convenção [do Patrimônio Mundial] criava um conjunto de obrigações relativas à "identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão do patrimônio cultural às futuras gerações". Mas estabelecia, sobretudo, uma pertença comum, uma solidariedade planetária - "cabe a toda a coletividade internacional colaborar com a proteção do patrimônio" - pela qual a comunidade encarrega-se de socorrer os desprovidos (CHOAY, 2006, p.208).

Desta forma, as movimentações internacionais, a liderança de Aloísio Magalhães no IPHAN e busca de um novo viés para compreender o patrimônio cultural em um país, fomentam novos procedimentos para o reconhecimento dos patrimônios culturais em seus aspectos materiais e imateriais. Novamente Bourdieu (2011) nos possibilita refletir sobre este domínio do direito judicial que estas instituições, mesmo as do patrimônio cultural, fomentam para salvaguardar os bens materiais e imateriais, como está expresso em sua argumentação abaixo:

Na realidade, a instituição de um "espaço judicial" implica a imposição de uma fronteira entre os que estão preparados para entrar no jogo e os que, quando nele se acham lançados, permanecem de facto dele excluídos, por não poderem operar a conversão de todo o espaço mental – e, em particular, de toda a postura linguística – que supõe a entrada neste espaço. A constituição de uma competência propriamente jurídica, mestria técnica de um saber científico frequentemente antinômico das simples recomendações do senso comum, leva à desqualificação do sentido de

¹⁵ O Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), foi idealizado em 1975 por Aloísio Magalhães, juntamente com o secretário Wladimir Murtinho e o Ministro Severo Gomes. Fonseca (2009) nos traz um importante registro sobre este órgão ao comentar: "Para o CNRC, o objetivo era a busca de uma modelo de desenvolvimento apropriado às condições locais e compatíveis com os diferentes contextos culturais brasileiros. Essa visão, embora tivesse pontos em contato com as concepções então elaboradas pela UNESCO sobre desenvolvimento, entrava em confronto com a ideologia desenvolvimentista que predominava nos anos 70. Por esse motivo, a participação do CNRC nesses projetos exigia, devido a sua complexidade e seu impacto não só sobre as culturas, como também sobre as economias e as organizações sociais locais, um forte respaldo político, tanto por parte da direção do CNRC quanto externamente". (FONSECA, 2009, p.148).

equidade dos não especialistas e à revogação da sua construção espontânea dos factos, da sua “visão do acaso” O desvio entre a visão vulgar daquele que se vai tornar um “justiciável”, quer dizer, num cliente, e a visão científica do perito, juiz, advogado, conselheiro jurídico, etc., nada tem de accidental; ele é constitutivo de uma relação de poder, que fundamenta dois sistemas diferentes de pressupostos, de intenções expressivas, numa palavra, duas visões de mundo (BOURDIEU, 2011, p. 225-226).

Neste processo de análise do período que compreende a administração da SPHAN de Andrade a Magalhães, o antropólogo Arantes (1984) analisa a “defesa do patrimônio” por meio de diferentes profissionais, que discutem um novo pensar museológico: dialógico, processual e comprometido com as transformações culturais. Publicação que possibilita novas perspectivas de compreensão do patrimônio em uma sociedade que está ansiosa por novas formas de inclusão cultural. Abreu (2007) ainda completa que:

É importante salientar que a noção de Patrimônio foi formulada no contexto da sociedade ocidental moderna e que está diretamente ligada a uma noção de herança particular que pode não fazer sentido em outros contextos. Entretanto, é também importante salientar que a noção de Patrimônio, como ocorre com o campo da linguagem, é uma noção dinâmica, aonde diferentes significados vão se justapondo no embate entre políticas de lembranças e de esquecimentos. (ABREU, 2007, p. 04).

Desta forma, há transformações na forma e metodologia de refletir e dar prosseguimento à construção do patrimônio cultural no Brasil. Especialmente a participação de diferentes grupos sociais que buscam reivindicar de diversas formas junto ao Estado, a preservação de seus referenciais culturais. Castriota (2011) nos traz relevante argumentação, quando reflete a ampliação do conceito de patrimônio cultural, ação proveniente de diferentes agentes sociais, que outrora foram esquecidos pelo estado brasileiro e que o deslocamento deste patrimônio que passa também a ser “usado” pela indústria cultural. Este autor argumenta:

[...] a ampliação e o deslocamento do conceito não vai ser as únicas alterações no campo do patrimônio, que sofre outra modificação igualmente importante, com a introdução de novos grupos e agentes (stakeholders), o que também coloca em outros termos as bases das políticas na área. Já em 1992, Françoise Choy apontava que, ao lado da expansão tipológica, cronológica e geográfica dos bens patrimoniais, o seu público teria tido um “crescimento exponencial”, passando o patrimônio de “objeto de culto” a “indústria” (CASTRIOTA, 2011, p. 59).

Castriota (2011) ainda refletindo as concepções de Choay (2006) traz novas problematizações, ao afirmar que com a democratização do campo do patrimônio há o deslocamento deste à esfera de Mercadoria:

Para a autora [Choay], essa democratização do campo do patrimônio acontece simultaneamente à sua transformação em mercadoria, inserindo-se na lógica da indústria cultural: os bens culturais, além de propiciarem “saber e prazer”, passam agora a ser também “produtos culturais”, “empacotados e distribuídos para serem consumidos”. O seu “valor de uso” se metamorfosearia em “valor econômico”, graças à “engenharia cultural”, cuja tarefa, em última instância, seria a de “multiplicar indefinitivamente o número de visitantes” (CASTRIOTA, 2011, p. 59).

Fonseca (2008) traz uma importante contribuição ao revelar aspectos da criação Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Esta autora esclarece um dado muito importante sobre os agentes que delegavam o valor histórico cultural do país, pois a formação dos primeiros especialistas em patrimônio estavam dentro deste órgão. Desta forma, conforme Fonseca (2008) os processos de aperfeiçoamento trouxeram também os choques ideológicos que envolviam as equipes de Andrade e de Magalhães, este último buscava inserir como bens culturais as produções dos povos e populações tradicionais.

Estas duas publicações, referências na atualidade, possibilitam reconhecer o processo de construção do que compreendemos hoje como patrimônio cultural no Brasil. Esta compreensão envolve diferentes mecanismos de defesa da identidade nacional, representada na constituição do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob a responsabilidade de Andrade, fase “Heroica”¹⁶ da instituição, que almejava organizar o patrimônio cultural brasileiro a partir dos processos de tombamento de monumentos militares e igrejas.

Na década de 70, na denominada fase “moderna” do SPHAN com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural, por Magalhães, é lançado um olhar antropológico para outras facetas do patrimônio cultural, agora mais próximo das populações e seus conhecimentos tradicionais. Santos (2012) nos traz uma contribuição importante, que compreendemos como sendo parte do processo de renovação que Magalhães buscava, não há, portanto, determinação de convenções sociais sobre indivíduos: estes se apropriam das convenções de acordo com critérios e julgamento. A memória coletiva é aquela presente em condutas complexas desenvolvidas pelos indivíduos em determinado contexto; a memória que existe é a memória “no” grupo e não “do” grupo Santos (2012) ainda adverte que “para os

¹⁶ Conforme Filho e Abreu, no texto A Antropologia e o Patrimônio Cultural no Brasil, "A política hegemônica do IPHAN de sua fundação até final dos anos 90 privilegiou os tombamentos e a preservação de edificações em "pedra e cal", de conjuntos arquitetônicos e paisagísticos, bem como a proteção a bens móveis e imóveis considerados de relevo para nação brasileira, seja por expressivas características arquitetônicas, artísticas ou históricas. Tornou-se já um relato mítico para os que contam a história da instituição mencionar as diferenças entre o anteprojeto de Mario de Andrade esboçado em 1936 e a versão final do Decreto-Lei 25, que instituiu e criou a instituição" (FILHO & ABREU, 2007, p. 30).

antropólogos, quando indivíduos de culturas diferentes se encontram, cada um traz seus próprios códigos culturais e a apreensão do significado expresso pelo outro não é imediata” (SANTOS, 2012, p. 64).

A expertise dos técnicos da SPHAN estabelece as premissas de escolha dos bens culturais, fato que por algum tempo gerou conflitos, quando a gestão de Andrade foi finalizada e a de Aloísio Magalhães¹⁷ iniciou na década de 70 do século XX, pois esta, mesmo curta, buscou abrir espaço para as manifestações populares, aspecto que dotou o governo brasileiro de novos desafios para compreender as identidades nacionais e os consequentes processos de salvaguarda. A publicação que compilou leis e decretos da Legislação sobre o Patrimônio Cultural (2010) registra que:

A partir da década de 1980, devido à emergência dos movimentos sociais populares na cena política nacional e, em parte, à renovação da historiografia brasileira, que passou a resgatar em suas pesquisas a participação dos "excluídos da história oficial", é que a ação preservacionista do poder público passou a dar atenção a bens e valores de outros segmentos sociais e minorias étnico-culturais. Tenta-se, pois, com essa nova conceituação abrangente de patrimônio cultural, romper com a visão elitista de considerar objeto de preservação apenas as manifestações e bens da classe historicamente dominante, ao incorporar os diferentes grupos étnicos que contribuíram na formação da sociedade brasileira (índios, brancos, negros e outros imigrantes de origem europeia e asiática) (LEGISLAÇÃO sobre Patrimônio Cultural, 2010, p.11).

Posteriormente, a Constituição de 1988, nos artigos nº 215 e nº 216, traz à nação brasileira a emergência de compreender novos sujeitos de direito, sejam estas populações indígenas, quilombolas e tradicionais. A partir daquele momento, ocorre a ampliação do conceito de Patrimônio Cultural, fato que contribuiu para aprofundar questões com os bens culturais materiais e imateriais, suportes para compreensão dos diferentes grupos. Neste contexto dos direitos civis a obra de Bourdieu (2011) pode contribuir para a análise conforme se pode ver a partir da seguinte sentença:

O direito consagra a ordem estabelecida ao consagrar uma visão desta ordem que é uma visão do Estado, garantida pelo Estado. Ele atribui aos agentes uma identidade garantida, um estado civil, e sobretudo poderes (ou capacidade) socialmente reconhecidos, portanto, produtivos, mediante a distribuição dos direitos de utilizar esses poderes, títulos (escolares, profissionais, etc.), certificados (de aptidão, de doença, de invalidez, etc.), e sanciona todos os processos ligados à aquisição, ao aumento, à transferência ou à retirada desses poderes (BOURDIEU, 2011, p. 237).

¹⁷ Filho e Abreu (2007) destaca que "Aloísio Magalhães adotava uma perspectiva mais culturalista do Patrimônio e formou um grupo de colaboradores que fazia uma crítica velada ao que eles consideravam um certo elitismo da proposta até então hegemônica encarnada por Rodrigo. A visão deste grupo era a de que a nação incluía diferentes culturas que deveriam ter seus patrimônios representados numa instituição voltada para este fim". (FILHO & ABREU, 2007, p. 31)

Abreu (2008), no contexto de uma nova ordem discursiva, analisa o artigo 216 da Constituição, que prevê a proteção jurídica dos bens materiais e imateriais portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (indígena, quilombolas, caiçaras, caboclos, caipiras), suas formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver e as criações científicas, artísticas e tecnológicas, qualificando tais bens como patrimônio cultural brasileiro.

Com o alargamento do conceito de patrimônio cultural¹⁸ um processo ininterrupto de forças é acionado, potencializando a reflexão sobre as necessidades das populações, o “conhecimento tradicional”, a “biodiversidade” e os “recursos genéticos”, em meio a tudo isto, a possibilidade de acionar estratégias para relacionar estas vertentes com a memória social Santos (2012):

Em Les cadres, as principais afirmações sobre a memória são três: a crença de que memórias só podem ser pensadas em termos de convenções sociais, denominadas quadros sociais da memória; a abordagem a estas convenções a partir do mundo empírico observável – distante, portanto, das intenções dos indivíduos; e a afirmação de que o passado que existe é apenas aqueles que é reconstruído continuamente no presente (SANTOS, 2012, p. 53).

Como reflexo de diferentes visões sobre a preservação dos Bens Culturais no país, em 1991 é instituído o Programa Nacional de Apoio à Cultura¹⁹ (PRONAC), mediante a Lei nº 8313, com a finalidade de promover a captação e a canalização de recursos e, entre outros objetivos, fomentar a preservação dos bens culturais materiais e imateriais.

Este Programa implementado pela Lei Rouanet (Lei 8.313/1991), tem a finalidade de estimular a produção, a distribuição e o acesso aos produtos culturais, proteger e conservar o

¹⁸ Conforme Gonçalves "As narrativas nacionais sobre patrimônio cultural estão estruturalmente articuladas por essa oposição entre transitoriedade e permanência, sendo que as práticas de resgate, restauração e preservação incidem sobre objetos que podem ser pensados como análogos a ruínas, quando não se constituem literalmente em ruínas. Como tais, esses objetos estão sempre em processo de desaparecimento, ao mesmo tempo em que provocando uma permanente reconstrução. Esse interminável jogo entre desaparecimento e reconstrução é que move as narrativas nacionais sobre patrimônio cultural em sua busca por autenticidade e redenção. (GONÇALVES, 1996, p. 28)

¹⁹ Com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor de modo a: I - contribuir para facilitar, a todos, os meios para livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais; II - promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística brasileira, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais; III - apoiar, valorizar e difundir o conjunto das manifestações culturais e seus respectivos criadores; IV - proteger as expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsáveis pelo pluralismo da cultura nacional; V - salvaguardar a sobrevivência e o florescimento dos modos de criar, fazer e viver da sociedade brasileira; VI - preservar os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico brasileiro; VII desenvolver a consciência internacional e o respeito aos valores culturais de outros povos ou nações; VIII - estimular a produção e difusão de bens culturais de valor universal, formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória.

patrimônio histórico e artístico e promover a difusão da cultura brasileira e a diversidade regional, entre outras funções.

Faz parte deste contexto de mudança o Decreto Lei 3.551 de 2000, que institui o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, possibilitando projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural. Programa de apoio e fomento, que busca estabelecer parcerias com instituições dos governos federal, estadual e municipal, universidades, organizações não governamentais, agências de desenvolvimento e organizações privadas ligadas à cultura e à pesquisa. Com este decreto novas possibilidades de compreender além da materialidade de objetos e manifestações contribuem para novos processos de patrimonialização. Castriota (2011) nos revela aspectos interessantes sobre o citado decreto lei quando apresenta a seguinte passagem:

No caso brasileiro, logo após a promulgação do Decreto no. 3551/2000, que criou o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial em nosso país, o Conselho Consultivo [IPHAN] recomendou esforços para a instrução de pelo menos um processo de registro relacionado a cada uma das categorias de bens culturais estabelecidos no referido decreto. Assim, escolheu-se a Feira de Caruaru em Pernambuco, para exemplificar a categoria “lugar” na medida em que a mesma parecia concretizar com perfeição a ideia contida naquele decreto. Assim, em 2006, essa feita foi classificada como patrimônio nacional, registrada através do Processo no. 01450.002945. (CASTRIOTA, 2011, p. 57)

As décadas posteriores passam a ressignificar as tradições das diversas etnias no Brasil, apresentando-as e registrando-as como bens culturais. Ainda no século XX, há exemplos a serem citados no que tange aos processos de patrimonialização, quebrando velhas e superadas mentalidades. É o caso do tombamento do Terreiro da Casa Branca²⁰ (1986), em Salvador-Bahia, pelo Governo Federal, que muito contribuiu para desencadear possibilidades de reconhecimento oficial como patrimônio brasileiro.

Logo, o quadro apresentado, nos ajuda a dar seguimento na compreensão dos conteúdos que envolvem a consolidação de uma visão de nação heterogênea, com diferentes formas de patrimônio cultural, construção de novas possibilidades de salvaguarda dos conhecimentos tradicionais, a exemplo do patrimônio cultural naval, que discutimos nesta dissertação.

²⁰ O tombamento do primeiro terreiro, em 1986, foi um momento especial. De maneira geral, o período de 1970 a 1980 é importante na trajetória das políticas de preservação do Brasil porque marca a retomada do antigo projeto de Mário de Andrade de valorização das culturas populares. Embora já estivesse em curso uma ampliação do conceito de patrimônio – até então ainda muito restrito aos monumentos e edificações de pedra e cal, ligados principalmente ao passado colonial -, alternativas jurídicas ao instrumento do tombamento ainda não eram discutidas (CANTARINO, 2007).

3.3 Autenticidade: quem escolhe e como é autenticado o patrimônio cultural

No século XVI, com as mudanças sociais em pleno desenvolvimento, iniciam-se as problemáticas que envolvem o conceito de autenticidade. Naquele período este conceito era utilizado como sinônimo de sinceridade (TRILLING, 1972). Gonçalves (1998) salienta:

Entre esses poucos estudos está o belíssimo trabalho elaborado por Lionel Trilling sobre as categorias “sinceridade” e “autenticidade” na moderna história cultural do Ocidente. Segundo ele, ambas estão ligadas às modernas idéias de indivíduo e sociedade (1972: 20-24). Assim, com a emergência dessas categorias, a relação entre os indivíduos e seus papéis sociais torna-se problemáticas. Se no universo medieval os indivíduos e seus papéis compõem uma unidade, com a desintegração desse universo esses papéis descolam-se dos seus portadores e não servem mais como indicadores seguros nas interações sociais (GONÇALVES, 1998, p. 265).

Gonçalves (1998) esclarece que apenas no final do século XVIII a ideia de passado e de memória ganha dimensões relevantes para construção de identidades pessoais e coletivas. Na segunda metade do século XIX há o que Hobsbawm chama de “tradições inventadas”, que conforme Gonçalves (1998) estaria vinculada a:

Monumentos, relíquias, locais de peregrinação cívica, cerimônias, festas, mitologias nacionais, folclore, mártires, heróis e heroínas nacionais, soldados mortos em batalhas, um vasto conjunto de tradições foi inventado com o objetivo de criar e comunicar identidades nacionais. (Mosse, 1975; Koselleck, 1979; Augulhon, 1979, Herzfeld, 1982; Hutton, 1981; Ozouf, 1976). Nesse contexto, o passado nacional é simbolicamente usado com o objetivo de fortalecer a identidade pessoal e coletiva (GONÇALVES, 1998, p. 267).

No século XIX ocorre uma valorização da autenticidade em virtude da Revolução Industrial e a consequente produção de mercadorias, o que de certa forma entrava em “conflito” com outras mercadorias/objetos, que eram produzidos de forma manual e destinados a certa camada social.

Sponner (2008), ao mencionar a participação dos antropólogos, esclarece que estes, no período, não perceberam a importância da discussão, salientando:

Essas mudanças foram acompanhadas pelo advento das mercadorias; gradualmente, a produção de significados no Ocidente passou a estar inteiramente vinculada ao consumo de mercadorias (BRENKMAN, 1979, p.103). Mas, em decorrência de seu interesse pela distância cultural, os antropólogos demoraram a ter algum interesse pelo significado das mercadorias. Como um produto de nossa própria sociedade, as mercadorias foram deixadas para os economistas, que naturalmente tomavam-nas

apenas por seu valor (supostamente) real de troca. Não demorou muito, é claro, para que seus valores sociais fossem esclarecidos, a começar, sobretudo, pela obra de Marx. No entanto, coube aos semiólogos trazer novamente ao nosso conhecimento os valores simbólicos, grosseiramente negligenciados, dos produtos mercantilizados e mostrar-nos como esses valores são essenciais (SPONNER, 2008, p. 282).

Gonçalves (1998) argumenta ainda que a noção de autenticidade, conforme Trilling (1972), está associada as concepções individualistas e para tanto esclarece, trazendo para esta discussão a importância das concepções individualistas do self.

A noção de autenticidade, que Trilling define como “a sentiment of being” (1972: 92), emerge no contexto em que predominam as concepções individualistas do self. Dessa forma, autenticidade tem a ver não com o modo como apresentamos nosso self ao outro em nossas interações sociais, mas sim com o que ele realmente é, ou o que realmente somos, independente dos papéis que desempenhamos e de nossas relações com o outro (1972: 106-133). Assim, o indivíduo passa a ser pensado como próprio locus de significado e realidade. Autenticidade é a expressão desse self definido como uma unidade livre e autônoma em relação a toda e qualquer totalidade cósmica ou social. (GONÇALVES, 1998, p. 265).

Apenas a partir do século XX, quando diferentes profissionais e os Estados-Nação passam a ter o interesse na temática autenticidade, surgem novos horizontes de problematizações.

A primeira problemática pauta-se na necessidade de se estabelecer os marcos legais internacionais para salvaguardar os ‘monumentos’, fato que necessitava estabelecer pactos internacionais. Entre estes acordos, destacam-se três Cartas Patrimoniais (1931, 1964 e 1994), que influenciam na escolha de alguns objetos e manifestações culturais a categoria de patrimônios culturais em virtude de sua “autenticidade”.

A segunda problemática diz respeito a compreensão do conceito de autenticidade na antropologia no século XX e XXI, buscando perceber suas aplicações. E a terceira problemática a destacar, que somam com os dois parâmetros citados, concerne a compreensão desta rede de significações, que influenciou na patrimonialização do saveiro Sombra da Lua, embarcação que passa a estar encoberta pela “simulação” de certa “aura”, para seu reconhecimento como valioso veículo náutico da Baía de Todos os Santos.

Assim, na área do patrimônio cultural mundial as cartas de Atenas (1931), de Veneza (1964) e de Nara (1994), trazem para esta área arcabouços teóricos e metodológicos que estabelecem os fundamentos para que órgãos como a UNESCO e o IPHAN, empreendam políticas públicas de salvaguarda de objetos e manifestações culturais.

O I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos, realizado em 1931, com a participação de 24 países, propõe a Carta de Atenas. Documento que busca discutir a preservação dos “monumentos históricos”, com vistas a refletir sobre as perdas ocorridas com a I Guerra Mundial, na quebra da Bolsa de New York e com os demais conflitos que poderiam ocorrer.

Este documento passa a ser o mais importante referencial para que as nações passem a adotar programas de salvaguarda de seus referenciais culturais, especialmente os materiais. Dando seguimento às ações de direito e respeito à coletividade, torna-se necessário a presença do Estado para estabelecer a proteção dos monumentos, o que envolve a necessidade dos países de cooperação entre seus especialistas para conservação destes bens culturais. Lévi-Strauss (1978) tece uma relevante crítica as instituições internacionais, que desenvolvem esforços para salvaguarda de alguns bens culturais que estariam atrelados a coletividade.

A necessidade de preservar a diversidade das culturas num mundo ameaçado pela monotonia e pela uniformidade não escapou decerto às instituições internacionais. Elas compreenderam também que não bastará, para alcançar esses objetivos, afagar tradições locais e conceber uma moratória aos tempos passados. É o fato da diversidade que deve ser salvo, não o conteúdo histórico que cada época lhe outorgou e que nenhuma poderia perpetuar além de si própria. Cumpre, pois, escutar o trigo que germina encorajar todas as potencialidades secretas, despertar todas as vocações de viver junto que a história mantém em reserva; cumprir também estar pronto a encarar sem surpresa, sem repugnância e sem revolta o que todas essas novas formas sociais de expressão não poderiam deixar de oferecer de inusitado. A tolerância não é uma posição contemplativa, dispensando as indulgências ao que foi ou ao que é. É uma atitude dinâmica, que consiste em prever, em compreender e em promover o que quer ser. A diversidade das culturas humanas atrás de nós, em torno de nós e diante de nós. A única exigência que poderíamos fazer valer a seu respeito é que ela se realize sob formas das quais cada uma seja uma contribuição à maior generosidade das outras (LEVIS-STRAUSS, 1978, p. 269).

Posteriormente, em 1964, ocorre o II Congresso Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos – ICOMOS/Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Escritório, momento em que é elaborada a Carta de Veneza, e retoma discussões sobre a conservação e restauro dos monumentos e sítios para avançar na reflexão sobre estes e seu valor de autenticidade para responder a demanda das gerações futuras, que necessitam conhecer para compreender a produção da humanidade. Aspecto que envolve práxis no que tange à conservação e restauro de sítios, monumentos e publicações. Esta carta traz a seguinte premissa:

Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as

considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade (CARTA DE VENEZA, 1964, p. 01).

Neste mesmo período Lévi-Strauss (1975) revela que a tarefa do antropólogo ao analisar os diferentes contextos de seus objetos de pesquisa tem como busca “reconhecer e isolar níveis de autenticidade” (1975, p. 408-9). Neste sentido este pensador chama atenção para a importância do saber etnológico, que permite ao antropólogo avaliar os seus objetos e sua importância como referenciais sociais.

Na década de 90 do século XX, no Japão, ocorre a Conferência sobre Autenticidade em relação ao Patrimônio Mundial realizada pela UNESCO, ICCROM e ICOMOS, momento em que é elaborada a Carta de Nara (1994), que se baseia nos pressupostos da Carta de Veneza e busca estabelecer novos entendimentos sobre a autenticidade, dentro dos estudos científicos do patrimônio cultural, nos planos de conservação e restauração, tanto quanto nos procedimentos de inscrição utilizados pela Convenção do Patrimônio Mundial e outros inventários do patrimônio cultural. (CARTA DE NARA, 1994, p. 02) Este documento ainda nos traz a seguinte contribuição:

Num mundo que se encontra a cada dia submetido às forças da globalização e da homogeneização, e onde a busca por uma identidade cultural é, algumas vezes, perseguida através da afirmação de um nacionalismo agressivo e da supressão da cultura das minorias, a principal contribuição fornecida pela consideração do valor de autenticidade na prática da conservação é clarificar e iluminar a memória coletiva da humanidade (CARTA DE NARA, 1994, p. 01).

Abreu & Filho (2010) completa esta informação ao narrar a seguinte passagem, que tem nos anos da década de 90, arena para reestruturações no campo do patrimônio cultural tanto no plano internacional como no Brasil.

Nos anos 90, começaram a surgir com intensidade preocupações relativas ao que os documentos da UNESCO chamavam de “culturas tradicionais”. Por um lado, levanta-se o temor do desaparecimento dessas culturas face à mundialização das culturas que tenderiam a homogeneizar e ocidentalizar o planeta. Por outro lado, eram manifestadas preocupações de que os produtores dessas “culturas tradicionais” viessem a ser saqueados por novas modalidades de pirataria na dinâmica do capitalismo globalizado. Conhecimentos tradicionais necessários à manipulação de ervas medicinais, músicas folclóricas, danças tradicionais e outras manifestações destas culturas se teriam convertido em fontes cobiçadas por um mercado cada vez mais ávido por objetos raros e exóticos. Novas questões eram levantadas: como salvar essas “culturas tradicionais?” (...) (ABREU & FILHO, 2010, p. 33).

Na atualidade atravessamos uma crise dos critérios da autenticidade. Aspectos que de certa forma fortalece o Estado, que por força das leis se legitima como detentor do poder de novamente estabelecer o que vem a ser patrimônio cultural. Aspecto que entra em conflito entre agentes, necessitando de novos pactos para compreender esta ampla noção de patrimônio cultural, que está em constante processo de mudança. Para fortalecer estes argumentos, Corrêa (2007) nos revela:

Em minhas pesquisas na área da preservação da cultura, especialmente com os acervos e bens de natureza etnográfica e folclórica, percebi que está havendo atualmente uma espécie de crise profunda dos critérios da autenticidade. Na década de 60 do século XX, Claude Lévi-Strauss sugeriu que o trabalho do antropólogo estava ligado à construção de quadros de referência para aferição da autenticidade (Lévi-Strauss, 1975). Hoje parece que nosso trabalho é muito mais complexo. Uma crise sem precedentes alastra-se, contaminando diversos setores da sociedade contemporânea. A questão central parece ser como sair dessa crise dos critérios da autenticidade, tanto no domínio etnográfico e cultural, como no próprio domínio genético (CORRÊA, 2007, p. 245).

Sponner (2008) salienta que para realização da autenticação dos objetos/mercadorias haveria de existir parâmetros, a partir dos quais se dotasse a análise destes referenciais culturais e para que não ocorressem processos frágeis e questionáveis. Seria necessário então compreender, no momento de estabelecer a autenticação, os ‘atributos objetivos’, os ‘critérios subjetivos’, a ‘escolha cultural’, e o ‘mecanismo cultural’. Aspectos que, quando utilizados de forma complementar, assegurariam os meios para estabelecer os processos de patrimonialização, que na sociedade ocidental tem suas diferenciações. Este adverte:

A sociedade ocidental é o exemplo extremado de uma sociedade complexa, ímpar em sua categoria. Ldiera a ocorrência da informação e imprime sua estampa cultural sobre tal corrida, de modo que, conforme aumenta o número de regiões do mundo capturadas na rede de informação da sociedade moderna, essas regiões vão se tornando seus apêndices culturais. A autenticidade seria determinada de um modo diferente em uma cultura diferente, mas pode-se esperar que se torne uma questão de peso desse tipo em qualquer situação humana que alcançar esse estágio de complexidade social. (SPONNER, 2008, p. 285)

No contexto Brasil, os processos de autenticação de igrejas barrocas, bem como dos terreiros de cultos afro-brasileiros, a exemplo do Terreiro da Casa Branca tombado na década de 80 do século XX, revelam que o Estado buscou constituir um jogo de retórica para reforçar o sentimento de que todos os brasileiros estão representados por atributos autênticos. Gonçalves (1998) nos chama atenção para a não problematização da autenticidade. Argumenta ele:

A não problematização da categoria autenticidade desempenha um papel importante nessa estratégia de retórica. A autenticidade do patrimônio nacional é identificada com a suposta existência da nação como uma unidade real, autônoma, dotada de uma identidade, caráter, memória, etc. Em outras palavras, a crença nacionalista na “realidade” da nação é retoricamente possibilitada pela crença na autenticidade do seu patrimônio. Não importa que os conteúdos das definições de patrimônio, autenticidade e nação possam variar bastante em termos históricos e sociais. Ideólogos do patrimônio – considerados “autoritários” ou “democráticos”, convergem em suas crenças na autenticidade. (Gonçalves, 1998, p. 268)

Corrêa (2007) ainda discorre sobre os instrumentos criados e que hoje estabelecem os parâmetros de autenticação. Neste aspecto, Corrêa nos chama atenção, e pede reflexão sobre a posição da agencia nacional brasileira na área do patrimônio cultural – IPHAN, que na atualidade estabeleceu novos parâmetros para acionar a patrimonialização, complementando:

Como um dos índices da demanda por novos ajustes na engenharia cultural, destaco aqui o chamado registro do patrimônio imaterial ou intangível. Trata-se da constituição dos novos Livros dos Saberes e dos Lugares (Decreto Lei 3551/2001), nos quais deverão ser registradas as diversas manifestações culturais e artísticas brasileiras. Criaram-se novos certificados de autenticidade, uma nova burocracia institucional que não vai além do sintoma da inscrição própria de nossa civilização¹⁵: inscrever, etiquetar e registrar manifestações culturais certificadas como autênticas nos Livros dos Saberes e dos Lugares do Ministério da Cultura. (CORRÊA, 2007, p. 247).

Desta forma, em vista da patrimonialização do Saveiro Sombra da Lua, percebemos que há um jogo que envolve política e ética, que possibilita aquele objeto de um “notório valor universal”. Saveiro que é percebido pelo Estado-nação como “valioso” a partir de sua “integridade física”, “aura de representante das demais embarcações desta tipologia”, e sua “originalidade e história” de oito décadas navegando na Baía de Todos os Santos.

O argumento de Filho & Abreu (2010), que se alia ao que compreendemos, é de que “O bem cultural ‘autêntico’ como representação metafórica da totalidade nacional é desnaturalizado, e a sua face ideológica e ficcional descortinada [...] (FILHO & ABREU, 2010, p.24).

Neste jogo, que estabelece conflitos e poder, o Estado está a cada momento se empoderando, pois seu papel de “autenticar”, lhe atribui o patamar de conservação de poder perante os demais agentes, que por diversas e complexas intenções, compactuam na escolha e legitimação deste objeto, que por sua “autenticidade” passa a ter uma chancela institucional, que “preserva os valores e concepções nacionais”. Gonçalves (1996) nos chama atenção para esta apropriação realizada pelo Estado-nação, ao propor que:

Apropriamo-nos de alguma coisa implica uma atitude de poder, de controle sobre aquilo que é objeto dessa apropriação, implicando também um processo de identificação por meio do qual um conjunto de diferenças é transformado em identidade. No contexto dos discursos sobre patrimônio cultural, a apropriação é entendida como uma resposta necessária à fragmentação e à transitoriedade dos objetos e valores. Apropriar-se é sinônimo de preservação e definição de uma identidade, o que significa dizer, no plano das narrativas nacionais, que uma nação torna-se o que ela é na medida em que se apropria do seu patrimônio. Em outras palavras, as práticas de apropriação e colecionismo são entendidas como um esforço no sentido de restabelecer ou defender a continuidade e a integridade do que define a identidade e a memória nacional; um esforço no sentido de transcender a inautenticidade e garantir a “autenticidade” ao restaurar e defender um evanescente “sentimento de ser” (GONÇALVES, 1996, p. 24).

Desta forma, compreendemos que o ato de autenticar, via Estado-nação, um bem cultural, envolve projeções nos planos temporal, internacional, nacional e local. Significações que são constantemente corrigidas, permitindo escolhas e manipulações a partir das necessidades que as disputas entre os diferentes sujeitos sociais e os projetos e programas empreendem.

Logo, o caso Sombra da Lua, nos traz para a arena de uma suposta autenticidade e unicidade, no momento em que é elevado a categoria de patrimônio cultural brasileiro, patamar que lhe traz certa “consagração”, permitindo, inclusive a seus proprietários, autoridade para empreender ações com a chancela do Estado. Fato que repercute em novas significações para este veículo náutico que sozinho parece representar, com todas as problemáticas locais, os demais barcos e seus sujeitos sociais, que continuam a construir uma história e das demais embarcações que navegam a Baía de Todos os Santos.

CAPÍTULO 4 – OS SAVEIROS E SUAS IMAGENS: PERCEPÇÕES TEMPORAIS

Assim como a navegação, a jardinagem e a poesia, o direito e a etnografia também são artesanatos locais: funcionam à luz do saber local. (GEERTZ, 2012:169)

As imagens são importantes testemunhos das trajetórias socioeconômica, política e cultural que as sociedades enfrentam²¹. Contextos retratados em pintura, postais, fotografias, esculturas, filmes e demais instrumentos, que pela sua importância de registro passam a ser compreendidos como objetos mnemônicos²². Estes possibilitam o reconhecimento dos espaços físicos, dos costumes locais, das formas de uso do meio ambiente, algumas vezes das necessidades de defesa e as modificações dos espaços dado o número de habitantes. Paiva (2002) ressalta aspectos sobre a utilização e os limites das imagens:

A imagem, bela, simulacro da realidade, não é a realidade histórica em si, mas traz porções dela, traços, aspectos, símbolos, representações, dimensões ocultas, perspectivas induções, códigos e formas nela cultivadas. Cabe a nós decodificar os ícones, torná-los inteligíveis o mais que pudermos, identificar seus filtros e, enfim, tomá-lo como testemunhos que subsidiam a nossa versão do passado e do presente, ela também, plena de filtros contemporâneos, de vazios e de intencionalidades (PAIVA, 2002, p. 19).

²¹ SILVEIRA & FILHO, relata que "torna-se necessário refletir sobre o que poderíamos chamar de recontextualização do lugar do objeto nos estudos do patrimônio. E isso remete ao antropólogo norte-americano Richard Handler (1985), que ao estudar o significado da construção de Williamsburg (EUA) como um museu vivo da história do país, chama a atenção para o fato que o Ocidente fica descalço quando não pensa pela via dos objetos. E, como pensa Reginaldo Gonçalves, os objetos trazem uma circularidade cultural que está diretamente relacionada ao processo de pertencimento cultural e, portanto, de identidade (Gonçalves, 1996, 2003 e 2003b) (SILVEIRA & FILHO, 2005, p. 5).

²² Tedesco revela que "A memória não só se exterioriza num objeto, mas se condensa, se sintetiza, assumindo um grande valor simbólico. É por isso que a destruição de um objeto da memória torna-se um ato de destruição do passado e do que a memória quer representar. Existem conflitos entre o funcional e o simbólico dos objetos de memória: um se legitima em ações concretas e presentes; outro, no passado, com implicações simbólicas para o presente. Intervir sobre o objeto simbólico é intervir sobre a forma cultural vivida daquela memória: "Memória coletiva, esquecimento e identidade estão ligadas entre si e, todos os três agem segundo processos de caráter reconstrutivo. O desafio cotidiano da convivência entre grupos se reduz, em definitivo, ao bom uso da relação que esses grupos realizam com a memória e de sua identidade" (TEDESCO, 2004, p. 83).

Os diferentes agentes responsáveis por estes registros são cronistas, viajantes, pesquisadores, informações que com o passar do tempo se tornam as fontes para relevar a importância de determinado objeto e sua relação intrínseca com sua sociedade. Neste contexto, este capítulo utilizando diferentes imagens²³ e narrativas busca constatar a presença entre os séculos XVI ao XXI dos saveiros²⁴ na paisagem da Baía de Todos os Santos e suas vilas, hoje cidades. Aspectos que potencializam refletir sobre este objeto, que vem sendo percebido como bem cultural, que se incorpora em diferentes paisagens temporais.

Por meio destas imagens-documentos torna-se possível refletir sobre a presença e importância deste objeto e suas vertentes materiais e imateriais, que percebida por diferentes agentes durante os séculos, nos ajuda no presente tecer argumentações sobre sua atual condição de objeto patrimonializado.

Neste contexto, temos os saveiros e a Baía de Todos os Santos, ambos reconhecidos como patrimônio cultural, composição imbricada de significados. Desta forma, torna-se representativo reunir imagens de saveiros, que se revelam na Baía de Todos os Santos e seus entornos, possibilitando reconhecer a participação deste objeto nas paisagens em diferentes períodos históricos.

Entretanto, faz-se necessário destacar conceitualmente o que se compreende o saveiro, para que possamos dar seguimento ao entendimento das imagens que propomos aqui. A palavra Saveiro se origina de saveleiro, pois era utilizado nos rios de Portugal para pescar o peixe "saval". SMARCEVSKI (2001) traz outras informações:

²³ O uso da imagem, da iconografia e das representações gráficas pelo historiador vem propiciando a apresentação de trabalhos renovadores e, também, instigando novas reflexões metodológicas. Como se trata de um procedimento relativamente recente e, também, ainda restrito, são necessários, por vezes, esclarecimentos básicos sobre as possibilidades investigativas em torno dessas fontes. Por exemplo, é importante sublinhar que a imagem não se esgota em si mesma. Isto é, há sempre muito mais a ser apreendido, além daquilo que é, nela, dado a ler ou a ver. Para o pesquisador da imagem é necessário ir além da dimensão mais visível ou mais explícita dela. Há, como já disse antes, lacunas, silêncios e códigos que precisam ser decifrados, identificados e compreendidos. Nessa perspectiva a imagem é uma espécie de ponte entre a realidade retratada e outras realidades, e outros assuntos, seja no passado, seja no presente. E é por isso que ela não se esgota em si. Por meio dela, a partir dela e tomando-a em comparação é possível ao historiador e ao professor a análise de outros temas, em contextos diversos. (PAIVA, 2002, p. 19)

²⁴ Sob esta denominação de saveiro são conhecidas na província da Bahia algumas embarcações de transporte de passageiros e tráfego do porto, com pouca propriedade algumas maiores de carga, como no Rio são as puramente de carga. (...) O saveiro é uma embarcação, cuja construção assemelha-se muito à dos escalares. Tem, porém em relação às dimensões, muito mais boca e menos pontal, e em geral são quase de fundo de prato. (...) O tráfego do porto da província da Bahia é feito desde 01 de novembro de 1850 por nacionais livres, para o que foi necessário muito esforço e patriotismo, apesar da lei provincial no. 334 de 05 de agosto de 1848 haver determinado à Presidência da Província que designasse para esse fim estações nos cais da cidade. Esta lei ofendia os interesses de estrangeiros e senhores de escravos que quase exclusivamente se empregavam neste serviço, e foi preciso que quatro homens dedicados a esta causa (os irmãos Cardoso) proprietários do trapiche Julião, comprassem 60 saveiros, e os distribuíssem por nacionais, permitindo-lhes que o pagamento dos custos das embarcações fosse feito como pudessem, e exigindo apenas atestados de bom procedimento. (Câmara, 1937, p. 188-194)

Saveleiro significa também o barqueiro; por transformação, a cadeia de sucessão fonética: saveleiro, salaveiro, savaleiro, saaveiro, e saveiro... barco estreito e comprido, empregado na travessia de grandes rios e de pesca à linha; embarcação de forte construção, que se emprega na carga e descarga de gêneros; barco pequeno, habitualmente de fundo chato, o mesmo que alvarenga; barco de um ou dois mastros utilizados na pesca e no transporte de mercadorias (SMARCEVSKI, 2001, p. 14-15).

Para completar a informação utilizamos os conteúdos de Tavares (1945), e observador dos costumes e das coisas da velha Bahia, que nos traz sua impressão sobre os saveiros:

Ninguém pode fugir à fascinação dos saveiros. Sem êles, a beleza dêste golfo que é a própria história de quatrocentos anos de grandeza do Brasil seria incompleta. Desde que se plantou aqui a bandeira da civilização, que os saveiros têm trazido sua contribuição de utilidade e de beleza. Vejam-se os versos dos primeiros poetas e já os saveiros eram mencionados. Busquem-se as coleções dos primeiros poemas aqui publicados e já se encontrarão menções às embarcações que figuram como características dos mares do Recôncavo baiano (TAVARES, 1945, p. 80).

Assim, no século XVI²⁵ Portugal inicia movimentações para defesa de seus territórios, processos que levarão a exploração²⁶ de sua colônia nas Américas, o Brasil. Acontecimento que estabelece modificações substanciais, pois são criadas estruturas e infraestruturas, para exploração e consequente riqueza da Metrópole. Cascudo (1964) traz a seguinte nota que nos faz compreender a importância das embarcações:

Na sua notícia de 1587 Gabriel Soares de Souza fala em mil e quatrocentas embarcações que reuniriam "tôdas as vêzes que cumprir ao serviço de Sua Majestade" e adianta: "E são tantas as embarcações na Bahia, porque se servem tôdas as fazendas por mar: não há pessoa que não tenha seu barco, ou canoa pelo menos, e não há engenho que não tenha de quatro embarcações para cima; e ainda com eles não são bem servidos (CASCUDO, 1964, p.71).

Neste período, considerando-se a necessidade de criar as bases de exploração colonial, Portugal estabelece a escravização dos nativos da terra, denominados índios. Vale ressaltar

²⁵ Foi no Nordeste brasileiro, após cerca de 1570, ..., onde finalmente se desenvolveu a monocultura do açúcar a uma escala significativa e duradoura, e os portugueses aí radicados utilizaram escravos africanos pela primeira vez em grande número no Novo Mundo.(...) Durante cerca de meio século, antes da década de 1570, o Brasil tinha as mesmas estratégias de baixo investimento usadas nas ilhas orientais do Atlântico; no início abatendo as árvores de pau-brasil que deram à região seu próprio nome, e mais tarde tentando sem sucesso a exploração da cana, em competição com a economia então florescente de São Tomé. Os aventureiros portugueses ativos no Brasil nesses anos não dispunham do capital necessário para esta tarefa, e os meios de transportar eficientemente grande número de escravos através do Atlântico ainda não existiam (MILLER, 1997, p. 26).

²⁶ A política econômica do tráfico atlântico de escravos tornou-se a essa altura um significativo apoio para a concretização da escravidão no Novo Mundo. Durante a união de Portugal com a Espanha, da década de 1580 até a de 1630, os mercadores portugueses, muitos deles também de ascendência judaica, não só viram nos investimentos holandeses no Brasil um incentivo, como também obtiveram um outro tipo de subsídio: o acesso que a união política lhes dava à prata espanhola. Adaptaram-se através do desenvolvimento de técnicas de transporte de grande quantidade de africanos nas viagens transatlânticas (MILLER, 1997, p. 29).

que ao iniciar-se a escravização dos nativos são acionados diferentes dispositivos para extração da flora, o uso da fauna, retirada de minérios e a introdução de diferentes culturas agrícolas, estabelecendo sistemas complexos para atender as demandas dos mercados internacionais.

Para atender as demandas da Europa torna-se imprescindível estabelecer transporte para desencadear o escoamento da produção, que neste período será iniciado com a cana de açúcar e a introdução no Brasil da escravização de povos africanos²⁷. Sendo as primeiras estradas o mar e os rios, serão necessários construir e adaptar a geografia dos locais, embarcações que possibilitem segurança e velocidade para levar do interior para o porto principal, Cidade de São Salvador, as mercadorias. Mattoso (1978) apresenta contribuição que nos permite perceber a quantidade de embarcações no período dos séculos XVI ao XVII:

A baía de Todos os Santos é um mar interno para saveiros e canoieiros, canoas e tábuas, jangadas e balcões de todo tipo que raramente se aventuram a passar da perigosa barra que os separa do oceano sem limites...Pescadores ou transportadores de bens, conhecem as inúmeras riquezas de sua terra e sabem das traições de suas águas, de seus céus. Vivem do ritmo próprio dessas terras internas das quais conhecem a imensidão e as necessidades. São irmãos do roceiro que planta mandioca de seu sustento, ou o açúcar, o tabaco, o café e o algodão de seus fretes. Bahia e seu Recôncavo, de águas e terras molhadas por nevoeiros marinhos, são a boca atlântica de terras imensas que por ela respiram (MATTOSO, 1978, p. 61).

No século XVII os portugueses dão continuidade ao aperfeiçoamento das embarcações para subsidiar o escoamento da produção agrícola do Brasil, Hutter (2005) chama atenção para adaptação deste tipo de veículo náutico dentro da Baía de Todos os Santos, e ratifica este desenvolvimento naval ao mencionar a seguinte passagem que “os portugueses acostumados à navegação na rota do Brasil, pois em 1500 estavam tomando posse da terra, no século XVII já contavam com roteiro de navegação nesta direção” (HUTTER, 2005, p. 58).

²⁷ O tráfico e a escravidão eram, afinal, emprego e negócio para as pessoas envolvidas, e algumas delas tinham recursos econômicos significativos em jogo... Os construtores do sistema não só tiveram que montar empresas comerciais caras e altamente arriscadas na África, mas também tiveram que custear as despesas iniciais relativas à compra e posse da massa de sua força de trabalho, abrir, defender e mater vastos territórios espalhados sobre um mundo novo e - em particular para os engenhos de açúcar - construir e operar grandes, caras e complexas máquinas industriais, embora primitivas... Para tudo isto foi necessário dinheiro, isto é, metais preciosos e, em particular, crédito [...] (MILLER, 1997, p. 12).

Ilustração 01: Mapa da Baía de Todos os Santos – 1598.



Fonte: OLIVEIRA, 2011, p.136

Ilustração 02: Salvador 1625 - Durante a Reconquista Espanhola.



Fonte: www.cidade-Salvador.com

Hutter (2005) ainda nos esclarece que no século XVII cresce a exportação desta colônia para Portugal, especialmente de açúcar, o que faz intensificar o número de embarcações como saveiros, que por sua estrutura física, possibilita grandes sacas de açúcar transportadas dentro do mar da Baía de Todos os Santos. Hutter (2005) esclarece:

Boa parte dos navios, no entanto, leva sempre uma carga de, pelo menos, um razoável valor comercial. Os navios que do Brasil voltavam a Portugal, no século XVII, por exemplo, além de carregamento de açúcar, levavam tabaco, conservas "secas e líquidas" de laranja, de limão e de outras frutas com de gengibre verde... O açúcar do Brasil, no referido século era de grande importância no complexo econômico português. De 1610 a 1620 a exportação para Lisboa foi de 700 000 a 750 000 arrobas anuais, sendo que a produção atingiu, em 1645, 1 400 000 arrobas (HUTTER, 2005, p. 145).

Abaixo apresentamos imagens de saveiros no século XVII na praia do Porto da Barra, Forte de Santa Maria, saveiros ancorados, referência deste objeto na paisagem das águas da Baía de Todos os Santos, que se intensifica nos séculos posteriores.

Ilustração 03: Porto da Barra, século XVII.



Fonte: VIANA, 2004, p. 260.

O ciclo do Açúcar²⁸ terá ainda grande importância no século XVIII, juntamente com outras mercadorias que necessitarão de embarcações e outros veículos, para possibilitar seu

²⁸ O ciclo do Açúcar certamente foi o que mais teve interferência na vida do Brasil, suas consequências podem ser facilmente notadas na formação do povo brasileiro com seus costumes, moradia, sistemas de transporte, riqueza e pobreza. Miller (1997) completa: " O açúcar foi o produto dinamizador de uma amarga economia que

envio para a Metrópole portuguesa. Hutter (2005) enfatiza que “... em meados do século XVIII, o açúcar se constituía na principal carga dos navios das frotas portuguesas quando chegavam no Brasil, fosse em Pernambuco, na Bahia ou no Rio de Janeiro” (HUTTER, 2005, p. 141).

No século XVIII o ouro tem seu destaque e intensifica-se seu envio para Portugal, fato que incrementa a logística de compra de escravizados²⁹, aperfeiçoamento de extração, transporte, envio e segurança. Hutter (2005) revela a importância do ouro brasileiro para Europa:

O ouro do Brasil começou a chegar a Portugal em quantidade apreciável por volta de 1695, aumentando rapidamente nos últimos anos do século XVII. Em 1699 foram para lá transportados cerca de 725 quilos; dois anos depois, 1.785 quilos; e em 1703, foram 4.350 quilos; em 1712: 14.500 quilos, com altos e baixos, o máximo foi atingido em 1729: 25 mil quilos. Entre 1740 e 1755, as frotas que iam do Brasil para Portugal levavam, em média, 14 mil quilos de ouro por ano. (HUTTER, 2005, p.150)

Ainda no início do século XIX há a necessidade de transportar o açúcar do Recôncavo baiano para ser exportado via porto de Salvador. Na imagem abaixo temos a vista da cidade da vila de Cachoeira, onde podem ser visto o saveiro, imagem que se intensifica neste período.

ligava três continentes, ao longo de mais de três séculos, através de fluxos - ou, neste caso, também correntes - de povos, produtos e minerais preciosos" (MILLER, 1997, p. 09).

²⁹ [...] a mão de obra africana não era, de fato, particularmente barata, mas na África as secas e conflitos afins - ou as guerras empreendidas por fatores locais - ocasionalmente criavam refugiados cuja esperança de vida se tornava tão precária que podiam ser comprados pelos europeus por muito menos que o valor da mão de obra das pessoas que ali sobreviveriam. As inclemências climáticas e as calamidades na África efetivamente subsidiavam, deste modo, os custos iniciais ao adicionar os africanos como escravos à mistura que se tornou o complexo do engenho (MILLER, 1997, p. 15).

Ilustração 04: Vista da Villa de Caxoeira



Fonte: Biblioteca Nacional, 2005, p.14.

A partir do século XIX os saveiros são percebidos também nas paisagens da baía de Todos os Santos por meio de trabalhos em aquarela, a exemplo do O Recôncavo e a baía, de 1821, do livro Iconografia Baiana do Século XIX, p. 81.

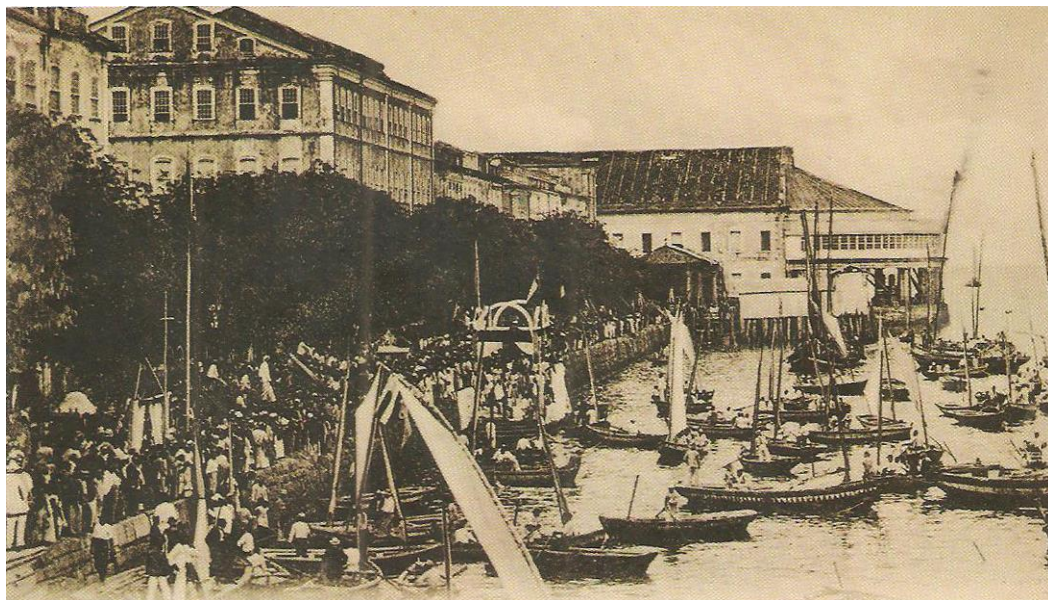
Ilustração 05: O Recôncavo e a baía



Fonte: Biblioteca Nacional, 2005, p. 81.

No livro *Vou para Bahia*, de autoria de Marisa Vianna, nas páginas 32 e 33, encontramos imagens dos saveiros que são associadas ao abastecimento de Salvador, que ocorriam em diferentes cais espalhados por esta cidade.

Ilustração 06: Cais das Amarras - bairro do Comércio / Salvador



Fonte: VIANNA, 2004, p. 32

Ilustração 07: Ponte de atracação da Companhia de Navegação Baiana



Fonte: VIANNA, 2004, p. 33

Estas imagens que envolvem a Baía de Todos os Santos também nos revelam como eram locais que hoje desapareceram ou foram substituídos. É o caso da Feira de Águas de Meninos, da Ladeira de São Bento em direção à Praça Castro Alves, que tem forte importância no que tange a memória da cidade do Salvador. Vianna (2004) na página 82, nos traz este registro.

No livro *Velhas Fotografias da Bahia*, temos fotos de Benjamin Mulock que registra nas vilas, hoje cidades como de Santo Amaro, Nazaré das Farinhas, a existência e relevância dos saveiros, página 83 (*Velhas Fotografias da Bahia*).

Ilustração 08: Santo Amaro da Purificação no século XIX



Fonte: FERREZ, 1998, p. 83

No século XX, a investigação realizada constatou a importância atribuída ao saveiro em vários elementos que representam a cultura baiana, tais como pinturas muralistas, afrescos e painéis, desenhos, música, literatura, historiografia, cinema, filmes, fotografias, poesia, arquitetura, dentre outras.

Na fotografia de 1915, Sampaio (2005) na página 42 nos apresenta imagem do mercado popular de Salvador, que posteriormente será consumido em um grande incêndio e

substituído pelo Mercado Modelo, no bairro do Comércio, imagem que nos permite constatar a movimentação destes saveiros para entrada e saída de produtos provenientes do Recôncavo e a relação desta embarcação no abastecimento da cidade.

Ilustração 09: Mercado Popular, 1915 - bairro do Comércio – Salvador



Fonte: SAMPAIO, 2005, p.42

A imagem abaixo, com dezenas de velas de Saveiro, possibilitam traduzir a quantidade e variedade de saveiros (de Pena, duas Velas e Saveiros de Vela de Içar) que compõe o mar da Baía de Todos os Santos, revelando quantidade e importância destes para escoamento de produtos entre Recôncavo e a capital. Tela que nos traz elementos significativos para suscitar ideias do uso da Baía de Todos os Santos.

Ilustração 10: Desembarque de Produtos na Rampa do Mercado Popular



Fonte: Museu Tempostal - DIMUS/IPAC

Na pintura de autoria de Diógenes Rebouças temos ao fundo a igreja de São Joaquim, com uma extensa área verde e a praia com os saveiros trazendo abastecimento. O que nos remete a destacar que existiam diversos pontos de embarque e desembarque margeando toda costa dos bairros que conhecemos hoje como Rio Vermelho, Ondina Barra, Gamboa, Comércio, chegando a Itapagipe, também conhecida como Ribeira.

Ilustração 11: Igreja e Convento de São Joaquim



Fonte: www.skycrapercity.com

Ilustração 12: Salvador da Bahia de Todos os Santos



Fonte: REBOUÇAS & FILHO, 1996, p. 56.

A pintura de Jaime da Hora nos permite compreender os locais de repouso destas embarcações e suas manutenções, dado ao grande volume de trabalho. Nesta imagem notamos um barracão próximo às duas embarcações, possivelmente servido como local para consertos e abastecimento.

Ilustração 13: Saveiros aportados em estaleiro /Jaime da Hora



Fonte: www.catalogodasartes.com.br

Nas décadas de 30 a 50, temos fotografias de feiras livres que ajudam a compreender a movimentação no cais da Rampa do Mercado Modelo³⁰, local que abrigava diariamente grande quantidade de saveiros provenientes de Cachoeira, São Félix, Maragogipe, Nazaré das Farinhas e outros locais de produção agrícola familiar.

Ilustração 14: Rampa do Mercado Modelo - Salvador



Fonte: Museu Temporal - DIMUS/IPAC

³⁰ A Rampa do Mercado Modelo abrigava os saveiros, que traziam mercadorias provenientes de diversas partes do Recôncavo baiano, neste lugar também ocorriam os jogos, seja de capoeira, dominó ou dama, que eram formas de passatempo dos trabalhadores. Ressalta-se que a substituição do prédio do Mercado Popular para o outro denominado Mercado Modelo foi um dos golpes nas relações dos saveiros com a sociedade baiana.

Esta imagem revela a movimentação que ocorria na Rampa do Mercado Modelo, local de escoamento de produtos. Vale ressaltar, que a partir desta fotografia percebemos o cotidiano dos vendedores e comerciantes que por meio do seu barco estabeleciam contato com a cidade do Salvador, em uma operação diária de trocas, comércio, ganhos e perdas, que estabeleciam novas relações entre os sujeitos sociais.

A foto abaixo traduz o quando o trabalho de desembarque de produtos era sacrificante para os saveristas, que após aportarem tinha a obrigação de desembarcar grande quantidade produtos par comercialização junto à sociedade desta época.

Ilustração 15: Cais do Mercado Popular



Fonte: Museu Tempostal - DIMUS/IPAC

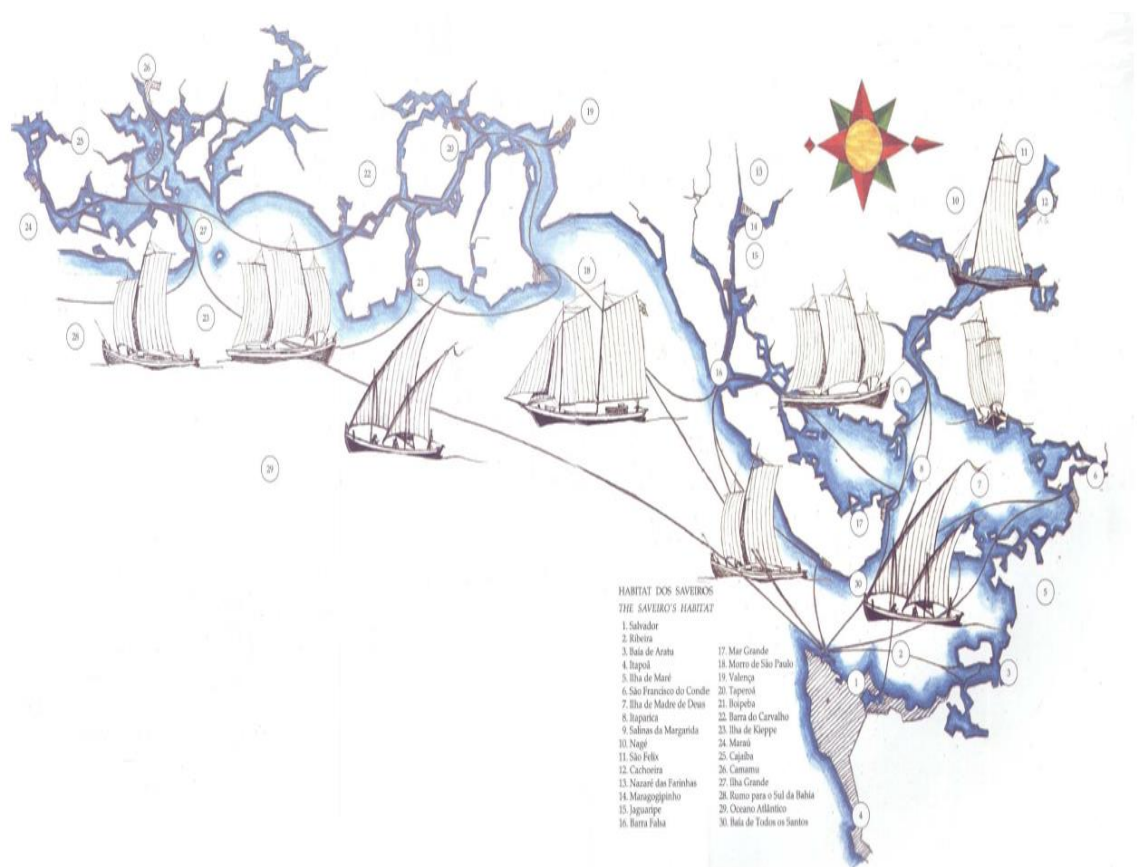
Fazem parte do contexto de registro dos saveiros os desenhos de Lev Smarcevski, Floriano Teixeira, Aldo Bonadei e Carybé. Desenhos que registram a trajetória e aperfeiçoamento do saveiro para contribuir no processo de consumos³¹ das cidades da Baía de Todos os Santos, embarcação que outrora fora de três mastros, com quilha mais profunda e

³¹ “O consumo, além de ser um aspecto ritual, possibilita as trocas sociais e simbólicas dentro de um grupo social. As pessoas, além de escolherem os objetos por seus motivos pessoais, também os consomem com a finalidade de estarem experimentando algo novo e presenteando amigos e conhecidos. Na escolha dos bens culturais, o consumo também ocorre para que o outro que irá receber o objeto possa conhecê-lo melhor, possa ter acesso às suas propriedades físicas, seu sabor, gosto, formas, sonoridade e possa ter um maior conhecimento do que tal objeto representa. Neste caso, o bem não representa apenas um objeto qualquer, e sim um signo, algo que possui um significado cultural e que está inserido em um sistema simbólico” (SILVA, 2012, p. 169).

com o passar do tempo, foi se adaptando, chegando ao que nós conhecemos hoje, saveiros de um único mastro, quilha adequada a nossas águas e profundidade.

Assim, a imagem abaixo de Lev Smarcevski immortaliza este tipo de embarcação que foi transformada a depender das necessidades de uso e manuseio, sendo um elemento importante para que possamos compreender as transformações por que passaram esta embarcação.

Ilustração 16: Tipos de Saveiros na BTS / Lev Smarcevski



Fonte: SMARCEVSKI, 2001, p. 29

Na imagem de autoria de Pierre Verger, década de 40, podemos ver cinco saveiros, sendo um apenas de Vela de Pena, todos repletos de pessoas que utilizam esta embarcação para transporte em períodos de festas, a exemplo da Festa do Senhor do Bonfim. Vemos que os homens nesta foto apresentam calça comprida, camisa de manga comprida e chapéus. Vestes que possibilitam reconhecer a participação destes homens no período das festas.

Ilustração 17: Saveiristas na Rampa do Mercado Modelo



Fonte: maisdesalvador.blogspot.com

Ilustração18: Saveiros na Festa do Bonfim - Pierre Verger - déc. de 40



Fonte: maisdesalvador.blogspot.com

As fotografias de Pierre Verger – “O Olhar Viajante” e “Retratos da Bahia”; “Salvador” de Mario Cravo Neto, contribuem para reconhecermos a utilização dos saveiros e o mundo dos saveiristas tanto na Rampa do Mercado Modelo antigo e também a atual, além das Feiras de Água de Meninos e posteriormente de São Joaquim. Na ilustração temos três saveiristas, de traços negros, utilizando vestes simples da lida com os barcos e as necessidades de embarque e desembarque de mercadorias. Ao fundo temos mastros de saveiros e no terceiro plano o primeiro Mercado Modelo, que recebiam os produtos provenientes de diferentes regiões do Recôncavo para comércio com a população.

No campo das artes-visuais o trabalho do artista Bel Borba, com restos de saveiros, traz para Salvador uma referência sobre a destruição deste objeto e tem como objetivo chamar a atenção para preservação deste ícone da cultura baiana.

Ilustração 19: Saveiro pela ótica de Bel Borba – Século XXI



Fonte: www.fabiopenacalgaleria.com.br.

Salienta-se que Leão (2008, p.11) registra também a utilização dos saveiros em “Procissões marítimas a exemplo da de Nosso Senhor Bom Jesus dos Navegantes (01/01) e a de Nossa Senhora dos Navegantes, na ilha de Bom Jesus dos Passos (1º sábado do ano)”. A autora enfatiza ainda que os “Saveiros ocuparam lugar de extrema importância no desenvolvimento socioeconômico da primeira capital do Brasil, particularmente para o escoamento da produção dos engenhos na exportação do açúcar, no Porto de Salvador.”

Fazem parte das inúmeras formas de compreensão da importância dos saveiros as imagens de Rino Marconi, Pedro Archanjo, Adenor Godin, Antonio Olavo, José Carlos Almeida, Lúcio Mendes e Luis Pereira. Além da poesia de Gregório de Matos e Castro Alves, músicas de Dorival Caymmi “É doce morrer no Mar”, Gilberto Gil “Águas de Meninos”, Dori Caymmi “Saveiro”.

No campo da literatura destaca-se os autores Jorge Amado com “Mar Morto”; Vasconcelos Maia, Odorico Tavares e dentre outros; na Historiografia: Cid Teixeira, Luiz Henrique Dias Tavares, Ubiratan Castro de Araujo, Lev Smarcevski;

Há ainda a destacar na Arquitetura a construção do Edifício Garagem Aliança, de autoria de José Álvaro Peixoto, no Comércio, cidade baixa, em Salvador, que busca trazer reflexões sobre a estética dos ventos, combustível dos Saveiros, pois toda a estrutura do imóvel foi construída para que o vento circule cotidianamente entre suas paredes.

A partir da década de 50, do século XX, as imagens dos saveiros são interpretadas pelas produções dos filmes Um dia na Rampa (1957) 9min, direção de Luis Paulino dos Santos; Senhor dos Navegantes (1964) direção de Nelson Pereira dos Santos; Maragogipinho (1969), Feira da Banana (1972), A Morte das Velas do Recôncavo (1976), 23 min, autoria de Guido Araujo. Ainda há “A Grande Feira (1961) de Roberto Pires; “Os Últimos Saveiros da Bahia (1998), autoria de Ângela Machaco e Francisco Diniz.

No século XXI, temos os filmes Sombra da Lua de Marcelo Rabelo e O Vento Leste (2010), 26 min, direção Joel de Almeida, que nos trazem imagens de alguns dos filmes aqui citados, especialmente de mestres saveiristas do distrito de Coqueiros-Maragogipe nos dias atuais³², que juntamente com suas embarcações estão passando por grave ausência de ajuda política para preservação destes veículos náuticos e do saber-fazer.

Estas produções literárias e audiovisual possibilitam reconhecer o cotidiano dos saveiros, saveiristas, carpinteiros navais, calafates e muitos outros trabalhadores que apenas tinham seu ganho diário através deste tipo de trabalho. Registros muito úteis para que possamos compreender a evolução econômica da Baía de Todos os Santos, os prejuízos com a modernização a partir da década de 50, o enfraquecimento socioeconômico e cultural dos

³² “A tradição possui sempre uma dimensão cultural que é transmitida de geração a geração enquanto lhe for atribuído valor. Sobretudo que tanto a sociedade como seus indivíduos são dotados da capacidade de esquecer e de reinventar significados; só assim podem enfrentar com os meios mais adequados os novos problemas que em geral se apresentam. As transformações rápidas e improvisadas da sociedade reduzem significativamente as velhas tradições. Porém, paradoxalmente, impõe-se, como contraposição a isso, um recurso a um passado mítico, para reconstruir um sentido de continuidade de persistência de sua existência no tempo, num processo de tensão do vínculo societário e de transformação social. Nesse sentido, manipular a memória poderá significar manipular a história e vice-versa” (TEDESCO, 2004, p. 84).

agentes que lidavam com os saveiros, o abandono e o processo de patrimonialização³³ para dar alguma possibilidade de uso para estas embarcações, que tem sua imagem utilizada para promover o estado da Bahia, mas que seus agentes, homens com pouca instrução formal, estão em situação de grave risco social.

Logo, traçar um panorama dos séculos XVI ao XXI sobre os saveiros, contribui para que possamos compreender a importância deste objeto e suas potencialidades materiais e imateriais em diferentes momentos históricos. Óticas que revelam a necessidade de salvaguarda deste ícone, que se encontra ameaçado de extinção devido às mudanças econômicas e socioculturais e interesses empresariais. Silveira & Filho (2005) nos ajuda a refletir o saveiro como um objeto valor documental, pois o mesmo permite reconhecer diferentes os processos socioeconômicos, que envolvem a história e memória do povo baiano:

É preciso relacionar esse valor documental, oriundo do processo de objetivação do pensamento e das categorias representativas das culturas, com a noção polissêmica de "patrimônio" e suas diversas implicações dentro do tema da conservação de determinados "bens culturais". (...) Sendo assim, percebe-se que nos últimos anos a idéia de "patrimônio" tem estado presente sob diversas formas no meio acadêmico, revelando a sua complexidade e a necessidade de uma abordagem interdisciplinar para as reflexões sobre o mesmo, propondo, para o caso que nos interessa, uma relação direta com temas caros à antropologia, tais como: identidade, cidadania, diversidade cultural, memória e direitos humanos (SILVEIRA & FILHO, 2005, p. 04).

Neste contexto, as imagens e seus significados desafiam entidades públicas e privadas para constituir políticas públicas de proteção aos saveiros, processos de patrimonialização que contribuem para novos agentes e agências na preservação da cultura do Recôncavo baiano e suas paisagens na Baía de Todos os Santos.

³³ A patrimonialização contribui para que a cultura local não seja esquecida. Com a revitalização dos bens culturais, a memória coletiva é reafirmada. Patrimonializados, os bens servem para o consumo e servem como fonte de reconhecimento local. Apropriados como mercadorias, estimulam o consumo e movimentam a economia, colaborando com o desenvolvimento econômico. Como bens simbólicos, reafirmam a identidade e a memória local, propiciando o resgate e a reafirmação das tradições, fomento ao desenvolvimento social e cultural. Neste sentido, é possível afirmar que a patrimonialização da cultura e dos bens culturais pode auxiliar no desenvolvimento econômico, cultural e social de determinadas sociedades. A questão a ser pensada é mediante esta ação, quais serão os sentidos atribuídos a cultura local e aos bens culturais. E principalmente, como estes serão reconhecidos, consumidos e percebidos pelos consumidores e produtores dos mesmos (SILVA, 2012, p. 177).

CAPÍTULO 5. RELAÇÕES ENTRE A BAIÁ, A CIDADE DO SALVADOR E O RECÔNCAVO BAIANO

... é preciso interessar-se não pelos produtos culturais oferecidos no mercado dos bens, mas pela operação dos seus usuários; é mister ocupar-se com “as maneiras diferentes de marcar socialmente o desvio operado num dado por uma prática. (Certeau, 2012:13)

Este capítulo tem como objetivo analisar as relações entre a Cidade do Salvador, a Baía de Todos os Santos e o Recôncavo baiano tomando para tal análise a ocupação histórica do espaço da Baía e formação dos centros urbanos em seu entorno, particularmente da capital do estado. Com vistas a fundamentar teoricamente essa discussão, nos apropriamos de conceitos desenvolvidos por Henry Lefebvre, Janes Jacobs, Ana Torres, Michel de Certeau e Milton Santos, além de outros autores que tratam das questões que aqui endereçamos.

Neste sentido é de extrema importância que a Baía de Todos os Santos, a Cidade de São Salvador e o Recôncavo baiano sejam tomados como espaços complementares, nos quais se desenrolam processos econômicos e sociais em diferentes momentos históricos em que os saveiros têm destacado protagonismo como meio de transporte, particularmente naquele em que se verificou apogeu e o declínio do poder do açúcar³⁴, para que possamos compreender como este objeto passou a ser reconhecido como parte integrante do patrimônio cultural do estado.

Para este exercício de compreensão, buscamos refletir as relações estabelecidas entre os “espaços”, os “usuários” e os diferentes “tempos”. A partir destas reflexões poderemos verificar os impactos socioculturais e econômicos, que permitem situar os diversos ciclos econômicos que envolvem a BTS e o Recôncavo baiano e, especialmente, o uso e esquecimento dos saveiros como principal meio de transporte da capital da Bahia entre os séculos XVI até o início do XX.

³⁴ “As plantações de cana-de-açúcar, já instaladas no Mediterrâneo oriental no século VIII, difundiram-se na África do Norte durante a expansão islâmica. Elas foram estabelecidas na própria Espanha já no século X e levadas até as ilhas do Atlântico (Madeira, as Canárias etc.) por volta do século XV, contudo não alcançaram seu auge até o chamado Descobrimento do Novo Mundo. Colombo levou, provavelmente, cana-de-açúcar consigo na segunda viagem até São Domingos, onde açúcar foi fabricado e expedido para a Espanha a partir de 1516. Mas foram os portugueses, na sua colônia do Brasil, mais do que os espanhóis, que providenciaram a maior parte do açúcar consumido nas primeiras épocas do crescimento do consumo europeu, que começou no final do século XVII” (MINTZ, 2003, p. 42).

5.1 Kirimurê e a Baía de Todos os Santos

A Baía de Todos os Santos, que para seus primeiros habitantes, era conhecida como Kirimurê, compreende superfície de 1.233 km², sendo o segundo maior acidente geográfico deste tipo no Brasil. Fazem parte deste complexo as baías de Iguape e de Aratu, 56 ilhas, “sendo a de Itaparica a maior ilha marítima do Brasil, estuário de rios, manguezais, restingas e matas que compõem seus ecossistemas e formam sua paisagem natural” (CAROSO, TAVARES & PEREIRA, 2011, p. 14)

Kirimurê como espaço dotado de significados para os indígenas que habitavam em seu entorno foi pela primeira vez avistado e redenominado por seus futuros colonizadores portugueses no primeiro dia de novembro do ano de 1501, o que levou a sua red denominação em homenagem ao dia do calendário católico, como descreve Araujo (2011):

No ano cristão de 1501, no primeiro dia de novembro, a primeira igaraçu [canoagrade/navio português] cruzou a barra da baía para rebatizá-la Baía de Todos os Santos. Eram ao todo três os navios que compunham a expedição do português Gonçalo Coelho e do florentino Américo Vespúcio. Sua missão era fazer o reconhecimento das terras ocidentais do Atlântico Sul, das quais se tinha notícia através dos relatos da expedição do espanhol Hojeda e do português Cabral. Os navegadores descobriram as qualidades de Kirimurê e seus habitantes: bom porto, lugar de reabastecimento fácil, população hospitaleira. Aqui descansaram por 27 dias e, ao sair, ensinaram aos tupinambás a escravidão, comprando-lhes dez prisioneiros de guerra que venderam na Europa (ARAÚJO, 2011, p. 51).

Tomando o conceito de “espaço absoluto” de Lefebvre (2000) podemos, por analogia, considerar que essa baía antes de ser habitada por povos indígenas e posteriormente por seus colonizadores portugueses seria um espaço “puro”, excluindo as ideologias e os conteúdos, sendo apenas o espaço da essência, sem tempo histórico “... esse espaço é vazio e puro, lugar de números e proporções”. (LEFEBVRE, 2000, p.43)

Entretanto, este ‘espaço absoluto’, inicialmente com a utilização dos nativos, "donos da terra" e posteriormente com a colonização portuguesa, assistiu a inúmeros empreendimentos que vieram a utilizar suas potencialidades e recursos naturais. Fato que se intensifica com a instalação dos engenhos de açúcar no Recôncavo baiano, empresa que coordenava diversas outras transformações do espaço, pois era necessário uma quantidade relevante de madeira para queima, construção de moradias, confecção de barcos, produção de alimentos que seriam utilizados nas fazendas e enviados para abastecer a cidade de São Salvador. Esta cidade em 1585 tinha um contingente de “300 portugueses, 8000 índios cristãos e 4000 escravos da Guiné” (Araujo, 2011, p. 55).

As vilas e povoados surgem no entorno da Baía em razão de sua disponibilidade de águas e terras, onde se instalam os engenhos de açúcar. Empresas que estava vinculada com a expansão marítima portuguesa, que também propiciou o aperfeiçoamento das embarcações também dentro desta baía para manter a distribuição das produções do açúcar que deveria seguir para a Europa. Araújo (2011) completa:

O território da Baía de Todos dos Santos, complexo de terras e águas, tornou-se viável pela utilização de uma tecnologia portuguesa que desenvolveu ao longo do processo de expansão marítima e que conjugava o que havia de mais avançado na Europa renascentista. Os seus elementos dinâmicos eram: a) engenho de açúcar, que fizeram um longo caminho experimental desde a ilha de Creta, passando pela Sicília e consolidando-se nas ilhas Atlânticas portuguesas; b) as técnicas de construção naval e a arte de navegação testadas nos descobrimentos atlânticos (ARAÚJO, 2011, p. 60).

Na borda leste da Baía foi implantada a cidade do Salvador, que a partir de então passou a ser o contato entre o Recôncavo baiano e a Europa. Para esta cidade fluía os bens produzidos nas vilas e povoados do Recôncavo, produtos que eram transportados por diferentes embarcações, especialmente saveiros, que traziam para a paisagem da baía suas cores e suas grandes velas brancas, fazendo desta atividade um elemento pertencente a este espaço geográfico e também espaço cultural, tal como é caracterizado por Azevedo (2011):

A comunicação de Salvador com seu hinterland se fazia em um primeiro momento exclusivamente pela baía e seus prolongamentos naturais, a ria do Iguape e os rios que nela deságuam até o limite de sua navegabilidade, Gabriel Soares, em 1587, afirma que 1400 embarcações podiam ser facilmente requisitadas no Recôncavo se o serviço real necessitasse. Todos os que ali viviam tinham seu barco ou canoa. Os escravos e os pobres comiam quase exclusivamente farinha de mandioca, peixes e mariscos (AZEVEDO, 2011, p. 209).

A Baía em diversas épocas apresenta grande potencial para as discussões sobre cultura, economia, política, relações sociais, patrimônio cultural, o que torna este espaço um importante laboratório para compreendermos os ciclos econômicos que caracterizam a história do estado da Bahia, seu Recôncavo e a necessidade de contato com a sua capital, que eram constantemente realizados pelos rios, por meio dos quais se transportavam os produtos para as feiras livres, pois Salvador não dispunha de produção própria de alimentos.

5.2 A Cidade de São Salvador

A história do Brasil inicia com a colonização atrelada às decisões internacionais, que ao dividir o mundo em duas partes, entre Portugal e Espanha, no século XV, estabelece os limites para as expansões e dominações das riquezas naturais do “novo mundo”, riquezas que possibilitavam para estas duas “nações”, a ampliação e solidez na Europa.

Em 1549, a cidade de São Salvador veio a se constituir a primeira capital da Colônia, espaço em construção, que desempenha desde então grande influência junto às demais vilas e cidades, especialmente no entorno da Baía de Todos os Santos. Godoy (2004) contribui para que possamos compreender as relações da capital e seus entornos, que estavam atrelados a uma lógica econômica e as relações sociais de produção e da divisão social do trabalho.

Na análise da produção do espaço, a ideia de produção está ligada ao conceito marxista de trabalho e às noções de transformação e mudança. A “produção” implica também em organização do trabalho e dos meios necessários para a sua realização enquanto produção de valor. Vale lembrar que, os meios necessários ao trabalho constituem-se, também, em trabalho. Pode-se pensar que o espaço produzido é produto do trabalho, isto é, de uma organização do trabalho que se materializa em formas espaciais. A “produção” significa, então “trabalho morto” e organização (GODOY, 2004, p. 32).

Com os problemas advindos das capitanias hereditárias, que não obtiveram o sucesso esperado de Portugal, e, a partir de diversas solicitações de fidalgos portugueses, D. João III decidiu instalar uma sede portuguesa fora da Europa. O referido monarca apontou para tal serviço Tomé de Sousa, que viria a ser o primeiro governador-geral da colônia, trazendo para estas “novas terras” cerca de mil pessoas entre funcionários, soldados, artesãos e padres para cumprir as necessidades do império português.

O desejo de D. João III era que o governador procedesse em visitas e fiscalização das capitanias, na organização de expedições para o interior, na busca de riquezas minerais, na eliminação de sociedades indígenas que resistiam à ocupação portuguesa e na garantia de defesa da colônia contra ataques de concorrentes europeus. O projeto para a citada cidade seguia a tradição portuguesa de construção de cidade-fortaleza de tipo medieval, utilizando elevações e depressões geográficas. Temos a partir de então o espaço abstrato, local de vigilância do poder político. Surge também o espaço diferencial das diferenças, aparece a separação entre centro e periferia.

O local escolhido foi uma localidade geograficamente elevada, ideal para construção de instituições religiosas, administrativas e comerciais, que deveriam ser submetidas à autoridade do arquiteto-mor Luís Dias, fidalgo português escolhido pelo próprio monarca para

estar à frente do Plano Arquitetônico do povoado de São Salvador. Esta localização estratégica se encontra bem caracterizada na obra *Evolução Física de Salvador* (1980):

Para a escolha do sitio foi tomada de tão importante decisão, diferentes fatos a serem devidamente estimados, entre outros, os seguintes: condições de segurança, contra-ataques por mar e terra; facilidade portuária; requisitos higiênicos; comunicação fácil, sobretudo por via aquática, gênero de transporte predominante na época, e único possível com Portugal (UFBA, 1980, p.10).

A primeira freguesia será denominada Sé, em 1552, com o apoio religioso da Igreja Católica, através de D. Pero Fernandes Sardinha. Localizada acima da encosta da Baía de Todos os Santos, a partir dela iniciou-se um estruturado núcleo da cidade do Salvador, que começava nas portas de São Bento e prolongava-se até o Beco do Ferrão, como descrito por Nascimento:

Tinha a distância, de norte a sul, de um quarto de légua, e de leste a oeste de 150 braças. Ficava situada na orla da montanha, onde se divide com a freguesia de nossa Senhora da Conceição da Praia pela ladeira da Misericórdia, até as últimas Casas dos ferreiros, e, pela ladeira do Palácio, ou atrás do Palácio, até a última casa do lado do mar. Na parte interior, tinha limite com a freguesia de Santana pela rua da Vala, pela ladeira do Gravatá, no fim da rua de São Miguel e no término da ladeira que descia pelo canto do Seminário, em direção ao bairro da Saúde (Nascimento, 1986, p. 30).

A estrutura da Freguesia da Sé foi constituída com os prédios que ainda hoje conhecemos, como a Igreja de São Pedro dos Clérigos, o Templo da Sé Catedral, a Santa Casa de Misericórdia, o Convento de São Francisco, a Ordem 3ª de São Francisco e de Santa Isabel, a Capela de São Miguel, a Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, a Ordem 3ª de São Domingos, a igreja dos antigos padres da Companhia de Jesus.

Com a evolução da cidade, outras freguesias foram surgindo, compondo e ampliando a cidade antiga de São Salvador, fazendo sempre referência ao poder da Igreja Católica. Eram elas: as freguesias de Nossa Senhora da Vitória, Nossa Senhora da Conceição da Praia, Santo Antônio Além do Carmo, São Pedro Velho, Santana do Sacramento, Santíssimo Sacramento da Rua do Passo, Nossa Senhora de Brotas, Santíssimo Sacramento do Pilar e Nossa Senhora da Penha.

É neste centro urbano que acontecem os eventos sociais, artísticos e religiosos, pois todo o resto do território era extremamente perigoso de se transitar. O governador Tomé de Sousa, em uma carta ao Rei de Portugal D. João III, faz um relato de suas atividades na colônia:

Senhor, eu cheguei a esta cidade de Salvador depois de correr a costa como tinha escrito a V. A. (...) Todas as vilas e povoações de engenhos desta costa fiz cercar de taipa com seus baluartes e as que estavam arredadas do mar fiz, chegar ao mar e lhes dei toda artilharia que me pareceu necessário, a qual está entregue aos vossos almoxarifes porque os capitães não querem ter senão o que são obrigados a ter (....) A esta cidade do Salvador deve V. A. prover de um capitão honrado e abastado, porque a qualidade dela e demanda assim e o governador-geral não deve ter lugar certo senão residir onde lhe parecer que há mais necessidade dele (...) Os Irmãos da Companhia de Jesus fazem nesta terra muito serviço a Deus por muitas vias (...) Têm eles grande fervor de irem pela terra adentro, a fazer casas no sertão entre o gentio (Apud Saga, v.1, p. 117).

Para fins de proteção, foi construído estrategicamente um amplo sistema de fortificações, pois a cidade necessitava de segurança para expandir-se. Assim foram construídos os fortes de Santo Antônio da Barra (1596-1772), Santa Maria (1625-1696), São Diogo (1626-1722), São Pedro (1646-1722) São Paulo da Gamboa (1646-1722), São Marcelo (1590-1728), Barbalho (1660-1736), Santo Antônio Além do Carmo (1695-1703), Santo Alberto (1590-1610), Nossa Senhora do Mont-Serrat (1583-1742) e Reduto do Rio Vermelho.

O desenvolvimento da vida nesta capital e demais locais das diversas capitanias no Brasil, era composto, além das habitações das famílias, de uma infraestrutura urbana com igrejas, casa de arrecadação de impostos, cadeia, armazéns e câmara municipal. Santos e Couto (1989) descrevem como era o funcionamento das câmaras municipais do período:

Nas câmaras municipais, compostas por um juiz, três vereadores e um procurador, tomavam-se as decisões que diziam respeito à administração do município: o Conselho da Câmara determinava prisões, fixava os preços de mercadorias, cobrava impostos, organizava expedições para as matas em busca de metais e pedras preciosas, recrutava homens para combater estrangeiros, reprimir rebeliões de escravos ou escravizar índios. Todos os membros das câmaras municipais eram escolhidos por meio de eleição, mas só podiam votar e candidatar-se aqueles que pertencessem à categoria dos “homens bons”. Esse título era inicialmente privilegiado da nobreza de Portugal. Mas, com o tempo, os proprietários de terra da colônia passaram a fazer parte dessa camada e conseguiram dominar as câmaras municipais. Com frequência entraram em conflito com as outras autoridades, os funcionários reais, mas geralmente esses confrontos foram tolerados pelos governadores. Afinal, os ricos proprietários de terra contribuíam para que a colonização atingisse os principais objetivos: ocupar, povoar e defender a colônia, procurar metais preciosos e produzir mercadoria que rendiam lucros aos comerciantes portugueses e à Coroa (SANTOS e COUTO, 1989, p. 54).

Neste universo de funcionamento de uma cidade aos moldes de Lisboa, foram capturados milhares de índios, principalmente tupiniquins e tupinambás, que foram escravizados. Posteriormente, também milhares de africanos dos grupos etno-lingüísticos bantos e sudaneses foram trazidos para a colônia como escravizados. Seria todo este contingente de pessoas escravizadas que movimentaria as estruturas financeiras da cidade, dando a esta autonomia de capital o que era característica do capitalismo mercantil, em que o

Estado controlava e monopolizava toda a vida econômica (e social) das colônias, que Portugal utilizava para acumular capital, reproduzindo o referido sistema capitalista. Segundo Mattedi (1978):

O sistema de urbanização inicial permaneceu com as mesmas características até meados do século XVII. Nesta época encontrava-se o Brasil sob domínio espanhol e o Recôncavo sofria as consequências das invasões holandesas. Em decorrência disso, desde as duas últimas décadas do século anterior, criava-se um sistema de defesa da cidade por mar. Esse sistema de fortificações circunscreveu a forma urbana até meados do século XVIII (MATTEDI, 1978, p. 346).

A cidade de São Salvador desenvolveu-se além das aspirações do projeto do monarca português, ampliando-se geograficamente, especialmente com relação a sua população. Número que foi reduzido quando, por motivos que incluía fiscalização do ouro e de outras jazidas, a capital da colônia foi transferida para a cidade do Rio de Janeiro, em 1763, como evidencia Santos (1980):

...O espaço portanto é um testemunho ele testemunha um movimento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas (SANTOS, 1980, p. 138).

No início do século XIX, os acontecimentos históricos nacionais e locais não favoreceram um crescimento da urbanização. Neste período, as lutas pela independência e a implantação de uma nova ordem não possibilitaram um grande avanço arquitetônico com novas construções em Salvador, fato apenas modificado na segunda metade do século XIX³⁵, sobretudo na região comercial, que envolvia atividades portuárias.

³⁵ “Movimento constante de barcos, gentes, animais, rodas, cores - esta é a imagem da cidade do Salvador, na segunda metade do século XIX. As águas calmas, azul profundo, da Baía de Todos os Santos, riscadas por longas espirais de brancas espumas, abrem-se em leque, como a chamar navios de longo curso que, com suas bandeiras de cores variadas, aproxima-se da área portuária. As alvarengas - tipo grande de escaler movido a remo -, em agitação frenética, por vezem chocam-se umas contra as outras, carregando e descarregando mercadorias de grandes navios, até as precárias pontes de madeira dos muitos trapiches que se alimentam na borda da área comercial. Vapores de menor porte fazem a navegação de cabotagem, transportando passageiros e mercadorias. Entre a grande variedade de embarcações que cortam as águas mansas da baía, os saveiros, com suas velas brancas enfunadas ao vento, são as mais belas. Equilíbrio perfeito, como se estivessem emergido das águas; curvam-se para o lado que as ondas chamam, sem que essas ousem invadir-lhes o bojo. Chegam a todas as vilas e cidades do Recôncavo, levando para Salvador os mais diversos gêneros alimentícios, frutas, peixes, azeite de baleia de Itaparica, farinha de Nazaré, tigelas, potes de barro, tijolos e cerâmica variada de Maragogipe e produtos sem conta, para atender ao mercado doméstico. Trazem de volta tudo aquilo de que as populações ribeirinhas precisam. Destinados ao comércio de exportação, transportam sacas de açúcar e muito fumo, sustentáculos da economia da Província, secundados pelo diamante, café, couros e outros itens menores. Salvador foi o porto mais movimentado do País, pelo menos até 1873, quando perdeu definitivamente a liderança para o Centro-Sul cafeeiro” (SAMPAIO, 2005, p. 17).

Data dessa época um crescimento paralelo na área agrícola, marcada pela demanda dos países europeus, que estavam envolvidos com a Revolução Industrial, possibilitando aos agricultores brasileiros comercializarem seus produtos com aqueles países, muitos deles preocupados em aperfeiçoamento industrial, o que favoreceu as transações financeiras que vieram a expandir a economia e a exportação dos produtos na própria cidade do Salvador. As autoridades do período do XIX já se preocupava com o transporte como podemos perceber em Sampaio (2005)³⁶:

Na Bahia, o então presidente da Província, barão de Caçapava, mandou publicar a Lei no. 224, de 4 de maio de 1845, que concedia "privilégio exclusivo por dez anos a qualquer companhia que queira estabelecer uma linha de ônibus, desde as Pedreiras até a Baixa do Bonfim, ou além, e para qualquer outra direção da cidade (SAMPAIO, 2005, p. 133).

Sampaio (2005) continua a narrar este período da introdução dos processos de urbanização da cidade do Salvador, que os governantes tanto almejavam:

Quatro anos se passaram sem que mais ninguém se dispusesse a testar as vantagens asseguradas pela nova lei, o que se compreende por ser esse um período de grande instabilidade política-administrativa, durante o qual sete governantes se sentaram na cadeira presidencial: o barão de Caçapava, Manuel Messias de Leão, Antonio Inácio de Azevedo, João José de Moura Magalhães, Joaquim José Pereira de Vasconcelos, João Duarte Lisboa Serra e Francisco Gonçalves Martins. O tempo no poder de cada um deles variou entre um ano e oito meses e 31 dias (SAMPAIO, 2005, p. 134).

Salienta-se que, o contingente populacional teve um crescimento substancial, dado as migrações que ocorreram. Diferente da metade do século XVIII, quando a capital foi transferida para a cidade do Rio de Janeiro, no século XIX, Mattedi relata:

O crescimento demográfico da cidade foi bastante intenso até fins do século XIX. Se no final do século anterior até 1805 foi registrado uma população urbana de 45.000 habitantes, no ano de 1900 a cidade já contava com 206.000 habitantes, ou seja, mais de quatro vezes aquele índice (MATTEDI, 1978, p. 349).

³⁶³⁶ “Esperava-se que o empresariado local saísse da letargia em que mergulhara e investisse seus recursos nos muitos serviços públicos de que a cidade tanto necessitava. Era preciso fazer girar as fortunas estocadas em bancos ou aplicadas com fins especulativos e usurários. Os esforços do barão de Caçapava, no entanto, demoraram a ter resultados positivos. Há indícios de que alguém se apresentou para gozar de tal privilégio, mas sem sucesso. Os obstáculos eram muito grandes, pois o trecho que ligava a extremidade norte da Cidade à área comercial era cheio de buracos, ribanceiras, com enormes pedras no meio da precária estrada, além dos muitos charcos, que se alargavam por ocasião das chuvas. Os animais se cansavam rapidamente, quebravam pernas, morriam. Os carros, de construção rudimentar, transportavam mais mercadorias do que pessoas, pois estas preferiram a secular via marítima: os barcos a vela e os saveiros” (SAMPAIO, 2005, p. 133).

Destaca-se nesta época uma significativa alteração urbana, muitas vezes reconhecida como problemática, pois com ela houve a degradação dos espaços nobres construídos pela elite aristocrática, que foram, com o tempo, deixados de lado, em virtude da possibilidade de outro sítio para instalação de suas famílias.

Locais como o bairro da Vitória (ao sul), vieram abrigar em sua maioria proprietários rurais fixados na cidade, deixando para o lado norte sítios que foram posteriormente ocupados por populações de baixa renda. Tal fato ocorreu também com a freguesia da Sé que, por estas e outras razões, sofreu com a proliferação da degradação sócio-arquitetônica, agravada pela migração de milhares de pessoas provenientes de várias cidades da Bahia para a capital, que vislumbravam uma possível melhora de vida. Mateddi (1978) continua:

Tal expansão do “tecido urbano” se deu graças à instalação de novas vias de transporte e comunicação. Alguns viadutos foram construídos objetivando a união de bairros até então não comunicáveis entre si (...) grande parte da cidade Baixa foi aterrada para construção de novas ruas e prédios e um elevador hidráulico foi inaugurado para unir os dois planos da cidade (MATTEDI, 1978, p. 349).

A ampliação dos serviços se estabelece do meio do século XIX³⁷ para o século XX, a partir dos anos 40, fato considerado por alguns historiadores como de extrema importância para evolução física da cidade, pois incluía serviços de infraestrutura, saneamento básico, inspetoria de obras públicas, urbanização da península Itapagipe, continuação e ampliação do canal da Jequitaia, sustentação da encosta da Montanha, canalização do Rio das Tripas, levantamento cartográfico de Salvador, construção obrigatória de calçadas e passeios, assim como o início do sistema de transporte com a instalação de bondes no centro da cidade e linhas de penetração nos bairros da Barra, Rio Vermelho, Brotas, Retiro, Liberdade e Itapagipe. Brito esclarece:

Funcionavam os elevadores Gonçalves e Pilar. Linhas de telefone já estabeleciam as comunicações no trecho mais densamente povoado da cidade. O abastecimento de água havia evoluído das antigas fontes para chafarizes, casas de vendagem... Havia uma usina elétrica para a iluminação da cidade todos esses serviços eram

³⁷ “Em agosto de 1849, aquela primeira companhia, que, estimulada pelo Governo, se propôs a fazer transporte urbano na Província, foi posta em leilão por seu dono. O arrematante foi Rafael Ariani. Havia muito ele desejava estabelecer uma fábrica de carros que rivalizassem com os da Corte e, com esse projeto em mente, de algo novo e moderno, foi procurar o presidente da Província, Francisco Gonçalves Martins, no dia 14 de setembro de 1849. Daí por diante dominaria, de modo absoluto, o transporte sobre rodas em Salvador. Rafael Ariani montou, nos primeiros meses de 1850, com o apoio do Governo e o dinheiro ganho nos muitos leilões que realizou, “um grande estabelecimento de carros”. Mesmo voltado para o transporte urbano, não deixou de imediato a lucrativa atividade de leiloeiro. Os anúncios estampados no Diário de Notícias de 28 de janeiro de 1860 e no Diário da Bahia de 23 de abril de 1860 mostram que ele agora estava mais interessado em animais e carros” (SAMPAIO, 2005, p. 134).

explorados por empresas que recebiam grandes vantagens por parte do Estado (BRITO, 1978, p. 349).

Com esta nova estrutura física da cidade, o centro foi sendo cada vez mais ocupado pelas classes de baixa renda da população. Os grupos de poder aquisitivo alto desejavam cada vez mais estar fora daquele ambiente, agora visitados e habitados por diferentes grupos sociais.

Novas habitações foram construídas ao sul da cidade de Salvador, deixando o centro antigo entregue a médios e pequenos proprietários, que foram, aos poucos, abandonando, alugando o respectivo espaço para uma população de baixa renda, o que foi configurando um ambiente com grandes problemas sociais, tendo em vista o distanciamento governamental.

Nesse contexto, o centro transformou-se de um sítio anteriormente elaborado para hospedar uma nobreza, em um lugar esquecido e distante do poder público, local este que passou a ter um novo perfil de parte da localidade das antigas freguesias. Ribeiro (2008) nos traz a seguinte observação:

A sociedade hierárquica, a sociedade das oligarquias e do nepotismo, não se desmanchou após décadas de modernização capitalista intensa: está aí, inteira, com novos conteúdos e ferramentas. De um lado, temos mudanças muito velozes, que instauram o clima adequado ao império da moda e à busca insaciável por inovações tecnológicas, renovando os mercados e criando espaços luminosos. De outro, temos cristalizações e estagnações indicativas da ação estratégica que orienta a dialética construção-destruição na última modernidade. Principalmente nas sociedades periféricas, nem toda mudança é, afinal, necessária ao capital, o que permite a manutenção de alianças inter elites que são úteis no alcance de condições excepcionais de produção, apoiadas na manipulação de regras e no acesso ao capital público, e no agenciamento das contradições sociais (RIBEIRO, 2008, p. 58).

A capital e o Recôncavo no século XX passam a vivenciar um momento de fragilidade, pois conforme Pedrão (2011):

o esgotamento econômico da sociedade pós-escravagista, que se arrastou desde o fim do escravismo e se acentuou com o fechamento do mercado europeu ao início da Primeira Guerra Mundial ... significou a desvalorização das terras e a instalação de um ambiente de marasmo, que passou a condicionar as expectativas sobre o futuro da região (PEDRÃO, 2011, p. 258).

No século XX, também, houve intervenções no plano urbanístico, paralelas às mudanças sociais, culturais e econômicas, com novas estruturas produtivas, geradas por um processo industrial acionado mais fortemente a partir da década de 50 com a implantação da Petrobras e a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Soma-se, na década de 60, a implantação do moderno Parque Industrial na Região

Metropolitana de Salvador, o Centro Industrial de Aratu e o Complexo Petroquímico de Camaçari.

Vale apontar mais um fato sobre esse processo de urbanização na cidade do Salvador, o qual também é trazido por Brito:

... um forte descompasso entre o acelerado processo de urbanização e o de industrialização, trazendo consequências acentuadamente negativas à sociedade local...a incapacidade da vida da economia urbana em absorver produtivamente os fluxos migratórios e grande parcela da própria população urbana imprimiu contornos de “marginalidade” e “inchaço” à cidade. O desemprego, o subemprego, o baixo nível de renda e consumo, as condições de vida e habitação das camadas populares, as deficiências dos serviços e equipamentos urbanos são apenas alguns dos indicadores empíricos desta situação (BRITO, 1978, p. 354).

Todos esses acontecimentos forçaram a ampliação da cidade, que necessitava de novos bairros e de infraestrutura, aspectos diretamente ligados ao estabelecimento de novas formas de relação cultural entre os grupos humanos habitantes do espaço urbano.

Assim, lembrando Lefebvre, o mesmo nos instiga a refletir sobre o espaço diferencial, que se manifesta neste sistema capitalista, como uma tendência ou uma possibilidade que ainda não está plenamente realizada, embora se insinue em todos os níveis da vida urbana: a casa, a escola, o bairro e a cidade revelam diferenças que o espaço abstrato procura encobrir e oculta. O espaço diferencial, reúne o que está dividido, nomeadamente o público e o privado, demolindo as separações que exprimem o domínio de um espaço sobre outro espaço, como sucede com a separação entre o centro e a periferia.

5.3 O Recôncavo Baiano

Para que possamos compreender a importância do Recôncavo baiano, se faz necessário mergulharmos na história do açúcar, que permitiu ao espaço geográfico seu apogeu, riqueza que transformou esta localidade a partir da introdução de dezenas de engenhos, grande número de mão de obra, estruturação de um sistema escravocrata, geração de consumo de bens de luxo, construção de prédios que até o presente marca a intensidade que foi a produção do açúcar.

Entretanto, torna-se necessário compreender como surgiu no Recôncavo a plantação de açúcar e como se dá a implantação do sistema que envolvia pessoas, natureza, consumo de

luxo e transportes. Para termos uma noção da complexa estrutura açúcareira Mintz (2003) relata abaixo o ponto de partida:

As plantações de cana-de-açúcar, já instaladas no Mediterrâneo oriental no século VIII, difundiram-se na África do Norte durante a expansão islâmica. Elas foram estabelecidas na própria Espanha já no século X e levadas até as ilhas do Atlântico (Madeira, as Canárias e etc.) por volta do século XV. Mas elas não alcançaram seu auge até o Descobrimento do Novo Mundo.... Colombo levou, provavelmente, cana-de-açúcar consigo na segunda viagem até São Domingos onde açúcar foi fabricado e expedido para a Espanha a partir de 1516. Mas foram os portugueses, na sua colônia do Brasil, mas do que os espanhóis, que providenciaram a maior parte do açúcar consumido nas primeiras épocas do crescimento do consumo europeu, que começou no final do século XVIII (MINTZ, 2003 p. 42).

A evolução da capital de São Salvador estava desde o início atrelada aos demais sítios do Recôncavo, que possibilitava tabaco, mandioca, peixe, açúcar, farinha, carnes, outros tipos de materiais e objetos, além de comunicações com outras áreas. Pinto (1997) ao relatar o recôncavo baiano nos traz importantes informações sobre este período:

Sendo a vida social e econômica do Recôncavo uma resultante da presença e da atuação desses fatores de unidade e de diversidade impõe-se, mudanças, analisar as principais configurações socioeconômicas ali encontradas, que caracteriza, por sua vez, as suas diferentes zonas ou subáreas. Parece justo distinguir, no Recôncavo, as seguintes subáreas:

- 1) Zona da pesca e do Saveiro – na orla marítima e nas ilhas;
- 2) Zona do açúcar - nas terras do massapé;
- 3) Zona do fumo – mais recuada do litoral;
- 4) Zona da agricultura de subsistência – área descontínua, conjunto de manchas, roças de mandiocas, milho, feijão, hortaliças, frutas, associadas ao pequeno criatório – que se espalhe por todo o Recôncavo, completam outras culturas principais (principalmente a do fumo), concentrando-se mais na direção das fronteiras do Sul e do Sudeste;
- 5) Zona do Petróleo
- 6) Zona urbana de Salvador (PINTO, 1997, p. 31).

Nesse contexto, a sociedade baiana utiliza por quase cinco séculos os saveiros, que preenchiam funções variadas na Bahia, entre estas de vasos navais artilhados para a defesa da Baía de Todos os Santos - BTS, embarcações para o transporte de cargas comerciais e de pessoas entre as cidades do entorno da BTS e do Recôncavo baiano. Smarcevski (2001) traz relevante informação sobre os locais em que eram construídos estes saveiros:

No recôncavo baiano, por séculos, foram festados e paridos nos estaleiros de diversas localidades: Massaranduba e Cabrito em Itapagipe, Santo Amaro, São Roque, Cachoeira, São Félix, Ilha de Bom Jesus, Madre de Deus, São Francisco do Conde, Santo Amaro do Catu, Tubarão, Salinas da Margarida, Conceição de Salinas, Itaparica, Caboto, e em outros locais dotados de estaleiros de menor porte. Saveiros construídos, todos eles, com as características comuns aos barcos do recôncavo.

Os saveiros de barra-fora, bem mais robustos, proa de pouco lançamento, mastreação múltiplas, possuíam características próprias para a navegação em alto mar e eram construídos na costa-sul da Bahia: Taperoá, Valença, Cairú, Camamu, Cajaíba, Ilha Grande, Ilhéus, Comuruxatiba, Canavieiras, Porto Seguro, Caravelas, Nova Viçosa e outros locais de menor importância (SMARCEVSKI, 2001, p. 27).

Entretanto no início do século XIX, com a criação da Companhia de Navegação Baiana, com sede em Londres, que utilizará as velhas rotas marítimas, antes utilizadas pelos saveiros, principia um processo de desestruturação deste meio de transporte.

5.3.1 Plano Rodoviário Estadual de 1917 e as Ferrovias

A lei 1.227, aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado da Bahia em 31 de agosto de 1917 exerceu grande influência para estabelecer no estado uma estrutura de transportes que potencializasse a entrada e saída dos produtos produzidos, além de agilizar o translados das pessoas. Anjos (2008) esclarece dados deste plano:

Este plano foi concebido através da Secretaria de Agricultura, sob a presidência do secretário Pedreira Franco. A proposta objetivava a construção de estradas de rodagem, como a ligação Salvador-Feira de Santana e Ilhéus - Itabuna, a fim de interligar zonas produtivas, portos, estações ferroviárias e mercado consumidor. O estrondoso plano, que não foi devidamente implementado, tinha uma constituição centralizadora na forma de uma “estrada de cintura”, contornando a Bahia de Todos os Santos, da qual partiriam outras “estradas de penetração” ou “regionais” e desde as quais partiriam outras linhas de interconexão ligando-se com povoados do interior e com ferrovias (ZORZO, 2000) (ANJOS, 2008, p.9).

Anjos (2008) ainda nos informa que com esse plano rodoviário de 1917 dava início a construção da primeira estrada de rodagem, que buscava todos os parâmetros técnicos daquele período para oferecer segurança aos seus usuários. Tratava-se da estrada entre a Capital e Feira de Santana. Esse projeto concluído e inaugurado em 25 de abril de 1929, passou a ser a principal via terrestre entre essas duas cidades, desencadeando uma movimentação rodoviária, para aquele período histórico, de grande alcance.

Desta forma, Salvador entrava em um circuito que passava a privilegiar as estradas em detrimento das vias marítimas fato que vai se repercutir nas demais décadas, quando o sistema rodoviário se amplia e se aperfeiçoa. Faz parte desse processo o aperfeiçoamento das vias ferroviárias, que juntamente com a malha rodoviária, vem contribuir significativamente para rapidez, comodidade, segurança de produtos e pessoas, que passaram a reconhecer nestes tipos de transporte maior garantia para resolver suas necessidades. Anjos (2008) oferece contribuição para compreendermos o processo de aperfeiçoamento dos transportes:

O sistema de ferrovias que aparentemente não entrava no novo *boom* rodoviário, entretanto, foi decisivo para o desenvolvimento rodoviário, pois o conjunto de vias férreas deu consistência ao sistema rodoviário em implantação na Bahia. A ferrovia foi o suporte que havia desencadeado, em grande quantidade, os caminhos de ligação que faziam parte dos planos rodoviários em gestação. Além disso, cabe lembrar que a implantação das novas rodovias veio a reboque das mudanças tecnológicas de engenharia introduzidas pela ferrovia, tais como os cálculos plani-altimétricos e estruturais e o uso dos equipamentos mecanizados de construção (ANJOS, 2008, p. 9).

Desta forma, com a unificação, pelo governo federal, das redes ferroviárias e sua complementação com as estradas de rodagem³⁸, inicia-se um acentuado declínio do uso dos transportes marítimos, a exemplo dos saveiros e seus proprietários, que passam assistir o deslocamento do transporte de mercadorias e pessoas para novos tipos transportes, sistema que acentuaria com o passar do tempo o colapso da utilização destas embarcações.

5.3.2 A Criação da Petrobrás³⁹: Impactos para o Recôncavo baiano

Na década de 50, o Brasil estava envolvido com os planos de gestão dos militares⁴⁰, nesta época inicia a estruturação da empresa Petrobras de economia mista. Para chefiar o

³⁸ A partir do fim dos anos de 1940, com a criação do DNER no âmbito nacional, em 1937, o rodoviarismo tomou um peso dentro das políticas de desenvolvimento nacional. Adhemar Fontes (“Rodoviarismo na Bahia”, 1961, apud ZORZO, 2000) relata que esse período, que foi marcado pela atuação do Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia (DERBA), resultou na conclusão da BR-13, de Feira de Santana à Barra do Tarrachil no São Francisco e nos 100 km baianos da BR-4, a Rio – Bahia, além do trecho Feira de Santana – Ipirá da BR-28. Em 1938, revisou-se o Plano Rodoviário do Estado e se previu um programa desconstrução em quatro redes, a sul, a central, a radial e a do Recôncavo, sendo concluídas ligações como Cipó – Paulo Afonso, Ibicarai – Brumado, Muritiba – Itajuípe, São José – Camacan, Tanquinho – Jacobina, entre outras (ZORZO, 2000).

O ano de 1945 é considerado pelos técnicos rodoviários como divisor de águas para a construção das vias. Esta foi alimentada pelos vultosos recursos financeiros do Fundo Rodoviário Nacional - FRN, criado pelo Decreto - Lei nº. 8.463, de 27 de dezembro de 1945, a chamada "Lei Joppert", em homenagem ao seu mentor, o ministro Maurício Joppert da Silva. Essa política rodoviária deu autonomia administrativa e financeira aos órgãos encarregados do sistema rodoviário e garantia de recurso alocado na construção da rede de vias, independente dos nomes integrantes dos governos. O modelo de financiamento do setor rodoviário, baseado no FRN, foi responsável pela construção de um patrimônio representado por cerca de 68.000km de rodovias federais, dos quais 51.000km pavimentados. As obras de pavimentação rodoviária tiveram um grande incremento nos anos 50, quando, fruto do intenso intercâmbio de técnicos do extinto DNER, produziu-se uma grande transferência de tecnologia oriunda dos Estados Unidos da América do Norte. Entre os anos de 1945 e 1955, no campo de atuação do governo federal, o avanço se deu na construção da BR-4 (atual BR-116) e no do governo estadual, a interiorização alcançou o vale do São Francisco. Foi a época da pavimentação da BR-28, Salvador – Feira de Santana, a atual BR- 324, o que somente se concluiu em 1960 (ANJOS, 2008, p 24).

³⁹ Criada a Petrobras com um aporte de capital inicial de Cr\$ 4 bilhões (cerca de U\$ 67,1 milhões) subscritos pela União, e determinadas as fontes de suprimento de capital para sua implementação, a empresa foi formalmente constituída em maio de 1954, com a determinação de atender às necessidades prementes de auto-suficiência em petróleo sob a crítica constante (interna e externa) dos grupos políticos e econômicos que a todo o momento tentavam desacreditar a aventura do Estado brasileiro em manter o domínio do monopólio e o abastecimento do mercado nacional com petróleo brasileiro e derivados (BRITO, 2008, p 98).

Departamento de Exploração desta empresa, foi contratado o geólogo norte-americano Walter K. Link, antigo funcionário da Standard Oil Company. Neste período o país não tinha graduação em geologia e os técnicos eram contratados de outras empresas, que poderiam ser engenheiros de minas ou engenheiros civis (DIAS & QUAGLINO, 1993).

A nomeação de Link e a contratação de dezenas de geólogos e geofísicos norte-americanos justificam-se, desse modo, por uma dupla perspectiva. Primeiro, a de que o know-how norte americano para a exploração era o melhor que poderia ser adquirido no mercado e transferido para o corpo técnico, em formação, da empresa. Eram esses os técnicos e professores escolhidos para dar início ao estudo de geologia de petróleo no país. Segundo, a de que os resultados, em termos de descobertas e de produção, no curtíssimo prazo, só poderiam ser obtidos com ampla ajuda desses profissionais. Os geólogos e geofísicos brasileiros, somente na medida em que fossem formados em número e qualidade apropriados, deveriam ir recuperando essas posições de comando. Desse modo, a decisão fundamental fora tomada, a estratégia de formação de pessoal já estava delineada, mas o petróleo brasileiro, para boa parte da imprensa, continuava em mãos estrangeiras (DIAS & QUAGLINO, 1993, p. 138).

Desta forma, (DIAS & QUAGLINO, 1993) destaca que houve três etapas na implantação da Petrobras, são elas: 1ª que compreende os anos de 1954 a 1964; a 2ª que se estende de 1965 a 1974 e a 3ª e última que se faz a partir de 1975 a 1985. Na primeira fase, 1954 a 1964, se destacam os estudos de geologia de superfície no Recôncavo baiano, em Sergipe, Alagoas, na bacia do Maranhão e Piauí, bacia do Paraná, Mato Grosso, Goiás, Espírito Santos, Campos e a Amazônica.

A segunda fase, são concentrados esforços de exploração nas áreas do Recôncavo baiano, Sergipe-Alagoas e Tucano Sul, (DIAS & QUAGLINO, 1993). Neste período há satisfatório sucesso com as bacias terrestres. Sendo que a implantação das plataformas submarinas, ocorrerá posteriormente a partir de 1967 com o projeto de perfuração submarina, fator de maior esforço financeiro desta empresa. Neste período o preço do petróleo no mercado era "barato" conforme os citados autores, e os investimentos eram realizados paulatinamente a depender dos resultados da exploração.

40 É nessa senda que ganha fôlego o projeto de autonomia do desenvolvimento nacional liderado pelos militares, com especial destaque para a implantação da grande indústria do aço no Brasil. A instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em meio a uma conjuntura de guerra internacional, contou com o apoio financeiro, tecnológico e gerencial de empresas e do Governo dos Estados Unidos, país considerado nos meios palacianos e empresariais privados brasileiros como o grande parceiro econômico e militar do Brasil. Ainda durante a Segunda Guerra, por razões de segurança, o Governo federal criou a Fábrica Nacional de Motores (1940), para produzir motores de avião, tratores, caminhões, automóveis e refrigeradores; a Companhia Nacional de Álcalis (1943), para manter o fluxo de matérias-primas para as indústrias de derivados de barrilha; a Companhia Vale do Rio Doce (1942) para o fornecimento de minérios de ferro à futura indústria do aço e outros empreendimentos estatais (BRITO, 2008, p 94).

A transição para o mar, desse modo, veio a repor em novas bases os mesmos impasses da década de 50. Havia, por um lado, a necessidade de capacitação simultânea em várias áreas do conhecimento e tecnologia, o que exigia recursos financeiros e, sobretudo, humanos. Por outro lado, havia a urgência de resultados, para justificar, desta vez, o abandono das diretrizes anteriores. A solução, a rigor, foi a mesma, com idênticos êxitos e dificuldades, contratando os serviços e adquirindo tecnologia, mas desenvolvendo, paralelamente, uma estratégia ampla de formação de recursos humanos (DIAS & QUAGLINO, 1993, p.148).

Vale salientar que com a introdução, aperfeiçoamento e expansão da exploração do petróleo a sociedade brasileira passou a depender cada vez mais esta fonte de energia, fato que impulsionava sempre mais a necessidade deste produto para diversos setores da economia brasileira.

A terceira fase da Petrobras, conforme Dias & Quaglino, ocorre de 1975 a 1985, momento de êxitos e críticas ao modelo da Petrobrás, especialmente o abandono da exploração da porção terrestre. Há uma preocupação dos novos rumos da exploração e a necessidade de estabelecer as reservas de petróleo. Fato que ocasionará relevante, impulso para as atividades de perfuração e descobertas dos campos de Garoupa, Namorado, Bonito, Pampo, dentre outros, trouxe grandes lucros para esta empresa.⁴¹

Esta implantação teve impactos imediatos no Recôncavo baiano⁴², local que nos anos 50 parecia ser ideal para o início das explorações, fase os estudos ainda precários sobre outras áreas, que estabelecia para esta empresa dúvidas de lucro. Brito (2008) completa:

As respostas negativas das pesquisas de petróleo em outras partes do país, as recomendações dos técnicos e a necessidade do suprimento de óleo requerido pela demanda nacional, a qual se ampliava a cada ano, fizeram com que a Petrobras, por medida econômica, buscasse intensificar a produção de óleo no Recôncavo baiano (BRITO, 2008, p. 99).

⁴¹ No que se refere à exploração de petróleo por companhias privadas, nacionais e internacionais, sob o regime de contrato de risco, finalmente adotado em 1975, os resultados foram pouco significativos. E tal situação ocorreu, na verdade, independentemente da Petrobrás, à qual foi entregue a administração das licitações e que se mostrou bastante liberal na cessão das áreas para os contratantes. Do mesmo modo, por parte das companhias estrangeiras houve razoável interesse. Se na primeira rodada poucas propostas chegaram a ser apresentadas (em 15 de junho de 1976) e por parte das grandes companhias (a BP fechou contrato com uma área de Santos, a Shell e a Elf com áreas no rio Amazonas), nas rodadas que se seguiram mais de 30 empresas candidataram-se à exploração nas mais diversas áreas do país (DIAS & QUAGLINO, 1993, p. 156).

⁴² O grande volume de óleo produzido no Recôncavo Baiano era surpreendente. Segundo as metas de produção nacional de óleo da Petrobras, o volume mínimo a ser produzido deveria chegar a 40 mil barris de petróleo por dia (bpd) no período de 1956 a 1960, ou seja, 21% do consumo e 33% do petróleo refinado no país. Todavia, em fins de 1957, essa meta já havia sido atingida (LANGE, 1959) e em 1958 chegou a 75 mil bpd (BARROSO, 1959), com a perspectiva de ultrapassar a barreira dos 100 mil bpd em 1960. De acordo com os dados oficiais (PETROBRAS, 1993 *apud* RAMIRES, 1991, p. 124), até 1973 o Recôncavo Baiano era responsável por 80% da produção nacional de petróleo, diminuindo progressivamente com as descobertas de grandes jazidas petrolíferas noutras partes do país, em especial, na plataforma continental, com destaque para a Bacia de Campos-RJ (BRITO, 2008, p. 99).

As forças políticas deste período acreditavam que com os empreendimentos diretos e indiretos da Petrobras haveria certa reativação da economia baiana agora em bases industriais. Entretanto, isso não veio a acontecer, fato que trouxe séria insatisfação junto aos grupos políticos e econômicos regionais, pois esta companhia não se comprometia com nenhum aspecto de retorno para os agentes sociais. Brito (2008) traz dados relevantes sobre este quadro conflituoso:

Se no plano eminentemente local e isolado, concomitantemente com o início das explorações de petróleo no Recôncavo baiano por meio do CNP (na década de 1940), registraram-se algumas reações por parte dos fazendeiros e usineiros, em outro plano e, um pouco mais tarde, diante da falta de iniciativa da Petrobras em implantar indústrias na Bahia, o sentimento de insatisfação se generalizava no Governo estadual. Esse fato tornava-se patente com a constatação de que o estado da Bahia continuava empobrecendo e sua economia, acanhada, subsistia com a exploração de atividades primário-exportadoras, isso após quase duas décadas de produção ininterrupta e fornecimento exclusivo à nação de todo o óleo ali produzido até então (BRITO, 2008, p. 101).

Brito (2008) ressalta que, este quadro de pobreza econômica e social estava atrelada há décadas anteriores, que privilegiou os grupos locais, a saber: grandes comerciantes, usineiros, banqueiros, coronéis e fazendeiros. Agentes que dominavam a economia por gerações, não realizando planos de longo alcance para o estado da Bahia.

A Bahia apenas passou a ter grande recursos quando em 1955 iniciou o pagamento de royalties aos municípios petrolíferos, mas em virtude de disputas políticas entre a Petrobras, a União e o Estado da Bahia, o pagamento destes royalties apenas foi normalizado 1961. Entretanto, não há registro que com estes royalties os municípios petrolíferos tenham revertido a situação precariedade nas áreas de saúde, moradia, renda, transporte e etc.

Com a necessidade de crescimento das operações da Petrobras, sua direção estabelece novas articulações para empreender a descoberta de outras bacias petrolíferas e para tanto era necessário o deslocamento de grande quantidade de material, máquinas, equipamentos, pessoal para trabalho nos campos e ainda parte do óleo cujo transporte era feito por caminhão e trem, (BRITO, 2008, p. 116) a Petrobrás investiria volumosos recursos da ordem de Cr\$ 300.000.000,00 (US\$ 2.355.527,64), valor que viria a subsidiar os planos do Governo do estado da Bahia, no financiamento do programa rodoviário estadual:

O montante de recursos envolvidos na execução das obras rodoviárias formava uma quantia superior à quota investida pela empresa que era de Cr\$ 135.000.000,00 (US\$ 1.059.987,44), a partir de 1956. Os recursos da quota-parte do Governo estadual para execução dessa parte do programa rodoviário eram provenientes da taxa de 1%

de royalty devida aos municípios petrolíferos e que até 1956 era paga por intermédio do Governo estadual. Conforme explica Barroso (1959), por conta desse convênio, durante o período de 1956 a 1960, foram abertas várias estradas asfaltadas de acesso aos campos de petróleo em várias partes do Recôncavo Baiano (BRITO, 2008, p. 117).

O alto investimento da Petrobras em parceria com o Governo da Bahia, dotou o estado de uma malha rodoviária que tanto beneficiava a Bahia petrolífera, das empresas que se instalaram, das comunidades que se deslocavam por meios mais rápidos, mas trouxe novos desafios para os agentes marítimos, que operavam trazendo mercadorias e pessoas para diversas áreas dentro da Baía de Todos os Santos sendo necessário adaptações. São exemplos deste processo a introdução das rodovias BR-116 em 1967 e a BR-101 em 1972, entretanto as populações do Recôncavo continuaram excluídas dos processos de aperfeiçoamento econômico. Pedrão (2011) completa:

[...] excluía as populações ribeirinhas do Recôncavo, dependentes de meios artesanais de transporte, e fechava, em 1967, o porto de São Roque do Paraguaçu. Cachoeira foi condenada ao esquecimento enquanto Feira de Santana despontava como principal entroncamento rodoviário na relação com o Sertão, apesar de enfrentar o descaso pelo centro industrial do Subaé e os repetidos fracassos no planejamento do baixo Paraguaçu, principalmente representados pela represa de Pedra do Cavalo (PEDRÃO, 2011, p. 259).

Assim, o Recôncavo mergulha em um processo longo de decadência. Azevedo (2011) nos ajuda a compreender este processo desencadeado, especialmente com a criação da Petrobras:

A atividade petrolífera provoca profundas mudanças econômicas, urbanização e relações sociais da região. A lavra do petróleo em inconciliável com as atividades tradicionais, como o canavial e a agricultura de subsistência, ou de novas, que começaram a prosperar na região, como o cultivo do cacau, do dendê, de hortaliças e a avicultura. O volume de recursos derramados na região sob a forma de salários, contratos de serviços, compras efetuadas no mercado local era enorme e provocava uma infração local, especialmente na habitação e nos salários, que as demais atividades podiam acompanhar. Os poços de petróleo se esgotariam em um quarto de século e a Petrobrás concentra suas atividades na RLAM e no TEMADRE (AZEVEDO, 2011, p. 211).

Somam os impactos econômicos com a instalação portuária de uso privado a partir do Terminal Aquaviário de Madre de Deus, construído em 1957, o Terminal da Usiba a partir de 1972, o Terminal da Dow Química criado em 1977, o Terminal da Ford e o Terminal Portuário Cotegipe em atividades desde 2005 (FARIA, 2000). Faz parte deste processo de aperfeiçoamento a partir da Lei no. 9.478, de 06 de agosto de 1997, a regulamentação da Lei do Petróleo, que estabeleceu novo modelo de exploração e produção. Nesse caso o Estado

passa a ser detento dos recursos minerais, e transfere as atividades de exploração e produção a empresas por meio de contrato de concessão celebrado com a Agência Nacional de Petróleo (FIRMO, 2013).

Ainda temos a fiscalização da Marinha junto aos barcos de construções artesanais, a introdução da Companhia das Docas e a continuidade do Ferryboat realizando as mesmas rotas que eram anteriormente utilizadas pelos saveiros.

A partir destes acontecimentos há forte precarização do sistema econômico, que envolvia as populações do Recôncavo, que por meio da Baía de Todos os Santos comercializavam seus produtos nas primeiras décadas do século XX, utilizando os saveiros, que aportavam em locais como a Rampa do Mercado Modelo e a Feira de Água de Meninos e posteriormente de São Joaquim.

A Rampa do Mercado, a Feira de Água de Meninos, substituída pela Feira de São Joaquim, serão os redutos para abrigar a resistência das populações do Recôncavo, que passam a enfrentar cotidianamente diferentes problemas, sejam eles nas áreas de transporte, alimentos, passageiros, instalação de grandes empresas de abastecimento de gêneros alimentícios, proibição da Capitania dos Portos para transporte de pessoas realizado pelos saveiros, acelerado processo de desmatamento que ocasionou em proibições para a fabricação de novos saveiros, a implantação das malhas rodoviárias e ferroviárias. Santos (1996) nos ajuda a compreender este processo vivenciado pelos homens e mulheres baianos:

Com a globalização, a especialização agrícola baseada na ciência e na técnica inclui o campo modernizado em uma lógica competitiva que acelera a entrada da racionalidade em todos os aspectos da atividade produtiva, desde a reorganização do território aos modelos de intercâmbio e invade até mesmo as relações interpessoais (SANTOS, 1996, p. 242).

Resta, neste processo devastador para as populações do Recôncavo da Bahia e da capital, se aliar de todas as formas ao novo modelo, que estava sendo implantado e resistir dando continuidade às formas artesanais de plantio, comercialização dos gêneros alimentícios e objetos, ainda insistindo na utilização dos saveiros. Resistência que continuar existindo nas feiras a margem do processo econômico em constante modificação.

A “economia” das populações do Recôncavo, a partir do século XX, passa a ser absorvida pelo sistema econômico mundial, onde os alimentos passavam a ser transportados de outras regiões, por novos meios de transporte mais eficientes. Aspecto que desestruturou, de certa forma, as agricultoras locais. Santos (1996) colabora para pensarmos sobre este processo de globalização:

Cria-se, praticamente, um mundo rural sem mistérios onde cada gesto e cada resultado deve ser previsto, de modo a assegurar a maior produtividade e a maior rentabilidade possível. Plantas e animais já não são herdados das gerações anteriores, mas são criaturas da biotecnologia, as técnicas a serviço da produção da armazenagem, do transporte, da transformação dos produtos e da sua distribuição, respondem a modelo mundial e são calcadas em objetivos pragmáticos, tanto mais provavelmente alcançados, quanto mais claro for o cálculo na sua escolha e na sua implantação... O todo é movido pela força (externa) dos mitos comerciais, essa razão do mercado que se impõe como motor do consumo e da produção (SANTOS, 1996, p. 242).

Nesse contexto as pequenas agriculturas das cidades do Recôncavo baiano, os conhecimentos do *saber fazer*, sejam panelas, rendas, saveiros e tantos outros conhecimentos, passam a ser marginalizados, esquecidos e negados. Acarretando colapso na transmissão de conhecimentos, abandono dos saveiros às margens das praias do Recôncavo, migração de milhares de pessoas para a capital, inchaço das áreas nas cidades, desemprego e outras formas de violência no espaço urbano.

5.4 Os Ventos das Transformações: Novos Percursos

A cidade de Salvador foi uma das muitas “cidades-capitais” que nasceram “luminosas” como as conceitua Lefebvre (2000), pois sua existência estava atrelada às possibilidades de domínio e riqueza para seus idealizadores. As demais vilas do Recôncavo também abrigavam sua luminosidade, haja vista que a riqueza das fazendas de açúcar, tabaco, café, algodão propiciou a existência de uma elite rural, que também habitava a capital Salvador. Lefebvre ajuda a refletir sobre este processo urbano:

No sistema urbano que procuramos analisar se exerce a ação desses conflitos específicos: entre o valor de uso e valor de troca, entre mobilização da riqueza (em dinheiro, em papel) e o investimento improdutivo na cidade, entre a acumulação de capital e sua dilapidação nas festas, entre a extensão do território dominado e as exigências de uma organização severa desse território em torno da cidade dominada (LEFEBVRE, 2000, p. 06).

A luminosidade do Recôncavo baiano pode ser percebida até o presente com os casarios, igrejas barrocas, conventos, artes móveis, grandes obras como a ponte em ferro fundido instalada entre as cidades de Cachoeira do Paraguaçu e São Félix, no período do Segundo Reinado, e outros fragmentos de riqueza de demais cidades daquela região. Além é claro da arquitetura, monumentos, teatro, festas religiosas e populares da capital Salvador.

Entretanto, no final do século XIX a praga no açúcar, a concorrência do açúcar no Caribe e, posteriormente, com a implantação das estradas de rodagem, trouxe a quebra do sistema açucareiro, e com isto inicia-se um processo de decadência desta região. Ressalta-se que as famílias dos produtores muitas vezes deixaram tudo, mesmo seus empregados e escravizados, e partiram para morar na cidade do Salvador. Azevedo (2011) nos ajuda a compreender este processo:

No final do século XIX, a agroindústria do açúcar, que sempre viveu altos e baixos, devido ao protecionismo e à concorrência internacional, recebe seu tiro de misericórdia devido a uma praga e ao agravamento da concorrência do açúcar do Caribe. Nem a criação do Imperial Instituto Baiano de Agricultura (1877), em São Francisco do Conde, e dos engenhos centrais estimulados pelo Governo Imperial, como o Bom Jardim (1880), em Santo Amaro, com tecnologia industrial, contornariam a crise da agroindústria de exportação (AZEVEDO, 2011, p. 210).

Neste processo de ganhos para alguns, outros milhares ficaram a margem do processo econômico, onde o valor de uso foi emparedado pelo valor de troca, que deixava a margem tudo aquilo que não era lucro, cidades, homens, mulheres, crianças, presente e futuros esquecidos.

Com o processo capitalista de exclusão, os esquecidos continuaram suas vidas, insistiram com suas formas de comércio, transgredindo as regras, utilizando das microfissuras e rugosidades do sistema capitalista para sobreviver. Lefebvre (1973) nos revela que “[...] a posição entre o valor de uso (a cidade e a vida urbana, o tempo urbano) e o valor de troca (os espaços comprados e vendidos, o consumo dos produtos, dos bens, dos lugares, e dos signos) surgirá em plena luz” (LEFEBVRE, 1973, p. 27).

Destas fissuras e rugosidades no presente, pode-se contatar que os espaços possibilitam, ainda que de forma mínima, a sobrevivência das economias locais. É o caso da permanência da Feira de São Joaquim, que substitui a Feira de Água de Meninos e abriga ainda os “homens lentos”, aqueles alijados do poder capitalista. Fato que, também ocorre com a Rampa do Mercado Modelo, que após o incêndio há 102 anos, deslocou este mercado para um sítio próximo, mas em certa medida longe da margem do mar, modificando as relações sociais, culturais e econômicas das populações provenientes da BTS.

Ainda refletindo sobre as feiras locais, que no passado eram as únicas formas de integração dos produtos provenientes do Recôncavo, para o comércio na grande capital, hoje ainda continua a abrigar os excluídos, que envia por meios de transporte rodoviário ou pelos saveiros “É da Vida”, “15 de Agosto”, “Sombra da Lua”, suas produções agrícolas, que não conseguem competir com os grandes mercados modernos e transnacionais, mas que ainda

permitem comercializar seus produtos para continuar acreditando nas possibilidades de sobrevivência.

Assim, os espaços vividos, concebidos e percebidos da capital Salvador, no tempo-espaço, estão imbricados ou forçosamente integrados com a Baía de Todos os Santos, que integra as cidades esquecidas, empobrecidas e subutilizadas do Recôncavo. Neste contexto forças, que muitas vezes permanecem nos bastidores, manipulam vidas. Lefebvre (1991) nos traz a seguinte contribuição: “forças muito poderosas tendem a destruir a cidade. Um certo urbanismo, à nossa frente, projeta para a realidade a ideologia de uma prática que visa à morte da cidade” (LEFEBVRE, 1991, p. 100-101).

Das populações do Recôncavo banhadas pela Baía de Todos os Santos enxergamos as possibilidades de resistência, que envolve e revela o projeto de uma capital, que inicia com um planejamento arquitetônico colonial português, com seus momentos de glória, disputas e esquecimento.

Tanto em Salvador como nas cidades do Recôncavo, os espaços sobrevivem. Homens e mulheres são forçados a viverem nas fissuras do sistema econômico vigente, que ao mesmo tempo lhes enfraquecem, mas também lhes possibilitam resistência para superar as tormentas. Aspecto que, nos faz chegar ao que Lefebvre compreende como o direito à cidade, e explicita:

O Direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito a liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (LEFEBVRE, 1968, p. 135).

Logo, consideramos que desde a criação da Cidade de São Salvador o sistema capitalista implantado trouxe impactos violentos aos seus habitantes, o que envolve o “habitar e o habitat”. Tudo foi modificado, utilizado, e muitas vezes esgotado para dar abertura às novas intervenções, onde os grupos privilegiados eram sempre os mesmos. Assim, trazer à tona reflexões sobre as relações de força entre Salvador, a Baía de Todos os Santos e o Recôncavo consiste em um exercício para constatar as perdas de capital simbólico, econômico, social e cultural que correram nestes cinco séculos.

Constata-se que, para grande maioria dos cidadãos, que foram aleijados dos processos econômicos, os mesmos convivem esquecidos, buscando a todo tempo recriar formas de sobrevivência para “solucionar” seus particulares problemas. Percebe-se que surgem soluções práticas para casos específicos, nos sítios dos habitantes do Recôncavo, pessoas que ainda conseguem bem querer suas terras natais.

Neste contexto, temos uma nostálgica “Velha Bahia” e sua simbologia, signos, personagens lendários convivendo e em contradição com a “Moderna Bahia”, veloz e egocêntrica, liderada por empresários que apenas enxergam o valor de troca, o lucro sem responsabilidade, que quebra possibilidades e arrasta graves problemas sociais. Bauman (2005), nos chama atenção para este processo que envolve nossa identidade em um mundo veloz, que a todo tempo nos instiga a compreendê-lo para continuarmos existindo neste:

É nisso que nós, habitantes do líquido mundo moderno, somos diferentes. Buscamos, construímos e mantemos as referências comunais de nossa identidade em movimento - lutando para nos juntarmos aos grupos igualmente móveis e velozes que procuramos, construímos e tentamos manter vivos por um momento, mas não por muito tempo (BAUMAN, 2005, p.32).

Assim, concluímos que, caminhamos sem saber de que lado os “homens rápidos ou velozes” a depender de suas vontades, nos manipulam. Sendo urgente reconhecer seus projetos para os espaços urbanos entre Salvador, a Baía e o Recôncavo. Apenas dessa forma poderemos enxergar as respostas necessárias, em tempo apropriado, para amenizar o fosso entre direitos e deveres no século XXI.

CAPÍTULO 6 - OS HOMENS DAS ÁGUAS: OS SAVEIRISTAS

Do ponto de vista social, e ao longo da história humana, os agentes decisivos na articulação da oferta e procura de mercadorias têm sido não apenas os governantes, mas, é claro, os comerciantes. (Appadurai, 2008, p.50)

Este capítulo objetiva refletir a formação do saveirista, situando-o nos processos socioeconômicos instituídos entre os séculos XVI e XX, quando os saveiros, se encontram em grave risco de extinção, com significativos reflexos sobre importantes aspectos da cultura material e imaterial, especialmente aqueles referentes às profissões correlatas.

Ilustração 20: Mestre Xagaxá, 78 anos



Foto: Antonio Marcos Passo, 2013

A formação do povo brasileiro tem como referência básica três grupos de diferentes raças e etnias ameríndias, europeias e africanas. Na Bahia, no período dos séculos XVI ao XVIII, estes grupos se encontraram, via colonização, quando os portugueses ao chegar nestas terras iniciaram o processo de escravização dos nativos, e posteriormente de povos africanos aqui trazidos em grande número. Ribeiro (s/d) nos permite melhor compreender este complexo encontro e choques de culturas que deu origem ao povo brasileiro:

A sociedade e a cultura brasileiras são conformadas como variantes da versão lusitana da tradição civilizatória europeia ocidental, diferenciadas por coloridos herdados dos índios americanos e dos negros africanos. O Brasil emerge, assim, como um renovo mutante, remarcado de características próprias, mas atado genesicamente à matriz portuguesa, cujas potencialidades insuspeitadas de ser e de crescer só aqui se realizariam plenamente (RIBEIRO, p. 20,s/d).

As questões acima apresentadas tornam de extrema importância discutir a formação das identidades destes sujeitos, em face de sua condição de senhor, empregado e escravizado. Nesse sentido, Bauman (2005) permite que façamos reflexões sobre a volátil condição destes, que envolve diferentes formas de identidades e pertencimento:

... Tornamonos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm solidez de uma rocha, não são garantidos por toda vida, são bastante negociáveis e renováveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade”. Em outras palavras, a ideia de “ter uma identidade” não vai ocorrer às pessoas enquanto o “pertencimento” continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa (BAUMAN, 2005, p. 17-18).

Esta identidade e este pertencimento podem ser constatado com a instalação dos engenhos de açúcar no Recôncavo baiano, período em que era necessário um grande contingente de embarcações. Os engenhos precisavam de embarcações para realizar o transporte do açúcar e outros produtos que eram embarcados para a Europa. A cidade do Salvador também tinha nestas embarcações grande interesse, pois os mesmos também traziam produtos agrícolas para o abastecimento da capital. Wagner (2012) realiza uma análise do papel das máquinas em diferentes tempos e contextos, que mostra como esta permitem que as sociedades reinventem novas formas de domínio da natureza:

A tecnologia é sutil arte de combinar mecanismos complexos sobre os quais o “evento natural” se impõe de maneira a sustentar o funcionamento deles. Seu planejamento e sua eficiência dependem de nossa capacidade de prever. Máquinas são cultura, são controles convencionais concretos que simultaneamente objetificam os eventos fenomênicos impostos como “natureza Culturalizada” (eletricidade,

cavalo-vapor, “energia”, desempenho) e são por sua vez objetificados como “Cultura naturalizada” (máquinas dotadas de capacidades, “poderosas”, “inteligentes” e assim por diante). O que elas produzem em termos de ineficiência, fricção, inércia ou de “desconhecido” é nossa palpável percepção da natureza como uma entidade que se opõe a nós (WAGNER, 2012, p. 183).

Nesse aspecto, os homens que operavam este processo eram os brancos pobres, negros de origem africana e mestiços, muitos destes dois últimos escravizados. Sujeitos responsáveis pelo manejo dos barcos e que de certa forma os dotavam de liberdade, pois realizavam viagens entre os rios que banhavam as vilas e o mar da Baía de Todos os Santos. O estudo de Araújo (2011) contribui para que possamos compreender este sistema náutico, ao afirmar que:

A utilização da força eólica na tração das embarcações trazidas pelos navegadores portugueses revolucionou a tradição indígena. As jangadas e canoas cavadas nas cascas de sucupiras sem bancos e sem velas ganharam várias armações de aparelhos vélicos para se tornarem operacionais no transporte de pequenas cargas e passageiros. Surgiram as pequenas canoas com velas de espicha, as velozes canoas de passageiros com uma vela latina e as resistentes canoas de pesca que, quando armavam uma grande vela e mezena de proa, lembravam as galeras do século XVII. Às tecnologias indígenas e portuguesa veio somar-se a tecnologia africana das canoas de navegação no Rio Congo, principalmente no formato do caso e na técnica de sua construção. (ARAÚJO, 2011, p. 61)

Ilustração 21: Mestre Lourão, 68 anos



Fonte: Antonio Marcos Passos.

O Saveiro era o elemento de unificação entre Recôncavo e a capital, responsável pelo escoamento da produção de tabaco e açúcar dos vales do Paraguaçu e Subaé, do azeite de dendê e piaçava do Recôncavo sul, e pela troca de mercadorias, notadamente na cadeia de gêneros alimentícios (farinha, frutas, carne de fumeiro, caixas de açúcar), barris de cachaça, balaios de compras, peças de madeira, mudanças, materiais da construção civil, artesanato, mobiliário, animais vivos de pequeno e médio porte (galináceos, caprinos e suínos), dentre diversos outros produtos oriundos do Grande Recôncavo, além dos industrializados vindos da capital, através da via marítima de abastecimento entre as localidades dessa região e a Cidade da Bahia. O Mestre Lourão, do distrito de Coqueiros de Maragogipe, nos traz esta memória e a partir do seguinte diálogo narra fatos de sua experiência que nos permite compreender a dinâmica destas viagens comerciais:

...quantas vezes íamos para São Joaquim... eu carregava direto o barco carregado de panela para lá (Salvador). Um dia a gente zarpou as 08 horas da manhã, e chegamos lá as 05 horas da tarde, a viagem foi bacana e ele também foi comigo, eu fiquei descarregando e ele com as coisas dele lá, aquelas barracas, depois no outro dia fomos embora... levávamos panelas, os barcos é que levavam... não tinha caminhão para levar (risos)...

Ainda no século XIX o governo brasileiro busca formas de contornar o problema do mercado açucareiro, mas o fim deste ciclo estava traçado como mencionado por mudanças internacionais e com isso toda a estrutura capitalista também buscava se reorganizar, o que envolvia os trabalhadores, escravos e libertos, que sofreria pelos processos externos. O trabalhador do mar o saveirista busca também outras formas de subsistência, pois este e os demais tinham como aliadas suas próprias sortes. Azevedo discorre sobre esta questão registrando que:

No final do século XIX, a agroindústria do açúcar, que sempre viveu em altos e baixos, devido ao protecionismo e à concorrência internacional, recebe seu tiro de misericórdia devido a uma praga e ao agravamento da concorrência do açúcar do Caribe. Nem a criação do Imperial Instituto Baiano de Agricultura (1877), em São Francisco do Conde, e dos engenhos centrais estimulados pelo Governo Imperial, como o Bom Jardim (1880), em Santo Amaro; Pojuca (1882), em Catu; e Iguape e Rio Fundo (1886), em Santo Amaro, com tecnologia industrial, contornariam a crise de agroindústria de exportação (AZEVEDO, 2011, p. 210).

Estes homens e sua habilidade no manejo da “cana” dos saveiros, tipo de controle das velas, começam a aprender o ofício ainda criança e são responsáveis pelos pequenos trabalhos a bordo dos saveiros e outros barcos. O tempo de serviço nessas embarcações e suas próprias

motivações os levavam para serem reconhecidos como marinheiros e a partir de algum tempo estes se tornavam ‘mestres de saveiros’. Smarcevski (2001) nos traz uma passagem da construção do menino que com o tempo se torna mestre saveirista:

A iniciação dos jovens nas lides do mar se faz aos 10 anos de idade no Recôncavo e, nas costas da Bahia, aos 14 anos. A sua primeira função é de cozinhar, ser ajudante e manter a limpeza. Pela manhã, baldear - molhar – o convés, ainda muito cedo com o sol frio e antes de qualquer serviço. A operação é repetida à tarde, antes do pôr-do-sol. Dos 18 aos 19 anos, o rapaz é promovido a “moço de convés” e, posteriormente, a “marinheiro”. Somente muito depois, com mais de 40 anos de idade, dependendo dos conhecimentos adquiridos por vivência própria ou por transmissão oral dos mestres na marinharia e na geografia local, torna-se “mestre na região”, com a autorização da Capitania dos Portos. Finalmente, a honra maior, após muita experiência e liderança reconhecida, torna-se “mestre da grande costa do mar” da Bahia a fora (SMARCEVSKI, 2001, p. 92).

Mestre Lourão de Coqueiros em entrevista no dia 20 de junho de 2013, fala da iniciação com seus 14 anos, idade que os filhos eram introduzidos na navegação pelos seus pais e avôs:

O primeiro barco que eu viajei aos 14 anos tinha este nome aí, “Vencedor das Lutas”. Foi de meu cunhado, ele faleceu, e eu disse que ia fazer um pequeno para mim, do mesmo jeito do dele para mim. Tem o meu que é o Feliz Ano Novo, que está lá registrado na Capitania dos Portos. Tenho caderneta e posso dizer que sou marinheiro, tirei em setembro tã a bichona (bate na palma da mão – ênfase), posso dizer que sou marinheiro em qualquer lugar.... Então ‘... Eu, Muruim também não deixa acabar o barco dele é..., tiraram o tijupá dele, a gente ainda vai colocar o tijupá dele ainda...

Sahlins (2003) nos chama a atenção para o conceito de habitus como é definido por Bourdieu, como um processo em que, muitas vezes, os seus participantes não têm consciência:

[...] entre os tuareg, falta à população uma apreciação histórica das principais categorias culturais (Bonte e Echard, 1976-270 s.). Para eles a cultura é, na sua maior parte “vivida” – tanto na prática quanto no habitus. Suas vidas funcionam com um domínio inconsciente do sistema, algo parecido com o domínio que a pessoa comum tem das categorias gramaticais, junto com os conceitos domésticos do que é bom e que lhe permite improvisar as atividades cotidianas ao nível do pragmático. Esse domínio irrefletido da percepção e do preceito é chamado por Bourdieu de habitus: “esquema de pensamento e expressão... [que] são a base da invenção não-intencional da improvisação regulada” (SAHLINS, 2003, p. 75).

A constituição da identidade⁴³ do saveirista se dá no cotidiano entre rios, mares, feiras livres, comércios diferenciados de mercadoria e nos remete ao conceito de habitus em

⁴³ “A construção da identidade, por outro lado, é guiada pela lógica da racionalidade do objetivo (descobrir o quão atraente são os objetivos que podem ser atingidos com os meios que se possui). A tarefa de um construtor

Bourdieu (2011), que possibilita aprofundar divergentes vertentes sobre esta identidade, neste momento em sério estágio de extinção:

[...] o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural – mas sim o de agente em acção: trata-se de chamar a atenção para o “primado da razão prática” de que falava Fichte, retomando ao idealismo, como Marx sugeria nas Teses sobre Feuerbach, o “lado activo” do conhecimento prático que a tradição materialista, sobretudo com a teoria do “reflexo”, tinha abandonado (BOURDIEU, 2011, p. 61).

No que tange ao contexto internacional, o lucro gerado pelo açúcar no Brasil com a venda nos mercados da Europa, despertou a atenção dos holandeses, exímios comerciantes e ávidos pelo lucro, que em 1630 invadem Pernambuco, maior produtor de açúcar da época. Estes adquiriram habilidade e competência para cultivo da cana-de-açúcar, e, após serem expulsos do Brasil, introduziram o cultivo da cana-de-açúcar nas Antilhas, criando um mercado concorrente entre os séculos XVII e XVIII, fato que deu início a uma mudança econômica que posteriormente veio a ser sentida no Brasil.

Wagner (2012) traz uma relevante argumentação sobre o processo dinâmico e destrutivo das sociedades ocidentais, nos diz que “nossa tão celebrada “história ocidental” é na verdade a invenção situada “fora da consciência”; é a dialética experimentada como evento, como natureza” (Wagner, 2012: 361). O autor ainda nos chama a atenção para um elemento importante o “tempo”, que invisibilizado nos dota de competências para inventar diferentes culturas e estar pleno neste mundo:

O tempo, como a essência dessa espontaneidade inata e inevitável, é nesse sentido nosso mais importante produto. Nós fazemos o tempo (e não só quando estamos “datando”). Assim como o espaço, o tempo jamais poderia ser percebido sem as distinções que lhe impomos. Mas nos protegemos com uma barafunda de sistemas e distinções temporais capaz de deixar zonzos um consciencioso sacerdote maia. Nós criamos o ano, acadêmico e fiscal, e o dia, feriados ou útil, em termos dos eventos e situações que os tornam significativos e proveitosos, e fazemos isso prevenindo-os, e vendo então como os eventos e situações se impõem às nossas expectativas sazonais são todos dispositivos “de previsão” para precipitar o tempo (e fazer com que nos surpreendamos com ele, e não o tornemos previsível). Eles são um meio para preparar expectativas que, ao ser cumpridas ou não, se tornam “a passagem do tempo”, “o tempo” [meteorológico], “bons momentos”, “um ano ruim”. Ao estender nossas calibrações e nossas expectativas por períodos de anos, décadas e mesmo milênios, tornamo-nos capazes de precipitar (estatisticamente ou de outra maneira) uma “realidade” temporal e muitas vezes cíclica. Temos fases de “boom” e de “crise” econômica; depressões e recessões; “desenvolvimento”, ciclos e “eras” históricas (WAGNER, 2012, p. 186-187).

de identidade é, com diria Lévi-Strauss, a de um bricoleur, que constrói todo tipo de coisas com o material que tem à mão [...]” (BAUMAN, 2005, p. 55).

Este Habitus desenvolvido durante quase quatro séculos, ‘formando’ contingentes de saveiristas, a partir da metade do século XX, devido a introdução de novas bases econômicas para o Brasil, como a implantação de novo sistema de transportes náuticos, trouxe profundas transformações no Recôncavo Baiano e consequentemente na perda da força dos saveiros frente a outras formas de escoamento da produção e transporte de pessoas, gerado colapso destas embarcações e da formação de mão de obra a esta vinculada.

Fotografia 22: Novos Saveiristas, Mudo, 26 anos, e Claudemir, 33 anos.



Fotos: Antonio Marcos Passos, 2013.

Assim, o tempo que trouxe tantas riquezas, também preparou o fim do mercado europeu para o açúcar brasileiro, fato que geraria novas problemáticas para os senhores de engenho, os escravos e os “libertos”. Estes acontecimentos precipitam o abandono do recôncavo e seus engenhos pro seus senhores e suas famílias para capital, dando curso a um processo tumultuado de ruptura da organização social. O saveiro e seus trabalhadores, que antes serviam ao senhor de engenho, agora como muitos outros trabalhadores, que foram esquecidos pelo regime colonial, passam a sobreviver articulando suas próprias estratégias.

No Brasil do início do século XX ocorre a aprovação do Plano Rodoviário Estadual de 1917 e, trinta e dois anos mais tarde há a unificação pelo governo federal da rede ferroviária, ambas na tentativa de integrar por terras as regiões do estado. Os planos do governo do estado da Bahia e do governo federal envolviam dinamização do comércio e mudanças estruturais na sociedade, acontecimento que desestruturava ainda mais os sistemas de barcos para escoamento da produção agrícola e de transporte de pessoas. Wagner (2012) completa sua argumentação sobre o tempo, que pode muito bem a nos ajudar a compreender este processo e esfacelamento do sistema açucareiro do Recôncavo baiano:

O que queremos dizer com “tempo”, e a coisa que está por detrás de toda essa paisagem de ciclos – o situacional, o inatamente humano, o movimento e a evolução da “forma natural” e o mundo fenomênico – é a dialética inventiva: o aspecto contraditório, paradoxal e propulsor da cultura. Nossa cultura da previsão intencional e da acumulação de conhecimento precipita esse movimento dialético ao contrainventá-lo, e, em razão do inevitável mascaramento que oculta a forma de objetificação, eximimo-nos de assumir responsabilidade por isso. Dizemos que isso é inato em nós, que “é” o que somos, que é a “realidade”, mapeada nos ritmos da natureza e na urgência de nosso mundo fenomênico. Isso subjaz e serve de fundamento ao nosso profundo e peculiar temor da mortalidade, da doença e da morte que também precipitamos de tantas maneiras. Não “fazemos” isso, apenas “jogamos” com isso, ou o percebemos, a ponto de que nossas noções mesmas de “invenção”, “jogo” e “metáfora” são relegadas ao baú do “meramente simbólico” (WAGNER, 2012, p. 189-190).

Ainda utilizando a categoria “tempo” e como este atua tão intensamente junto aos saveiros e saveiristas, em 1947 são demarcados os Campos de Aratu, Candeias, Dom João, Bimbarra, Paramirim e Socorro para exploração de petróleo. Em 1950 passa a funcionar a Refinaria de Mataripe, em 1967 cria-se o Centro Industrial de Aratu (CIA), nos municípios de Simões Filho e Candeias, e posteriormente o Complexo Petroquímico de Camaçari.

Com estas mudanças iniciam-se novos processos econômicos também no Recôncavo baiano, fato que vem a contribuir para a escassez de demanda para os serviços dos saveiros. Matoso (1978) nos apresenta revelantes aspectos deste processo de transformação socioeconômica que afetou profundamente todo o sistema de transporte náutico: “Estas novas atividades introduziram profundas mudanças socioeconômicas na região, atingindo primeiro a pequena lavoura de subsistência para em seguida afetar o que restou da agroindústria açucareira” (MATTOSO, 1978, p.14).

Os saveiros continuaram saindo das cidades do Recôncavo baiano para abastecer a capital com os produtos das agriculturas familiares. A Rampa do Mercado Modelo, a Feira de Água de Meninos, incendiada em 1964 e substituída em sitio próximo pela Feira de São Joaquim, continuaram recebendo os produtos agrícolas transportados pelos saveiros. Wagner (2012) traz importante argumentação para que possamos refletir sobre o saveiro enquanto objeto, em sua valorização como elemento econômico para as comunidades do recôncavo e a população da capital: “objetos e outros fenômenos humanos que nos cercam – na verdade, todas as coisas dotadas de valor ou significância cultural – são nesses aspectos “investidos” de vida; fazem parte do eu e também o criam” (WAGNER, 2012, p. 193).

Vale salientar que também os saveiros trazem aventuras para seus mestres e tripulação. Mesmo tendo que enfrentar tantas dificuldades, os “pegas” momento que os mestres mostram sua destreza no uso da “cana”, controle do barco, e mesmo nos bordejos e regatas formais, há

uma oxigenação da importância e beleza dos saveiros na vida desses homens e suas famílias. Mestre Lourão nos traz a seguinte passagem:

...eu desce com a maré de 02 horas da tarde, o vento estava brisado, o vento estava em cima da maré, ai a gente tem que colocar o bico para fora (riso)....Nós saímos de Itaparica de uma corrida que fizeram lá da (Associação) Viva Saveiro, da Barra de Itaparica, a gente saiu meio dia , quando a gente chegou lá em 2º lugar, Vendaval quebrou foi o mastro parece, viração disgramada deu naquele dia, ai tirei em 2º (lugar), ai pronto, nesta luta Itaparica-Salvador, eles (Viva Saveiro) fizeram também, era para meu cunhado está lá, deram a vela nova e ele não foi, foi um erro muito grande,....

Com a implantação do sistema petrolífero no século XX, trabalhadores como saveiristas, calafates, carpinteiros, pescadores, agricultores (agricultura familiar) e outros mestres do saber tradicional tiveram suas vidas impactadas socioeconômica e culturalmente. Esses trabalhadores esquecidos pelos poderes públicos foram obrigados a aderir aos processos de modernização. Fato que contribuiu para o abandono das profissões tradicionais e seus instrumentos de trabalho como os saveiros, que foram abandonados nas margens das praias ou queimados pelos próprios proprietários, pois não tinham mais colocação neste sistema econômico que estava sendo implantado.

Conforme Mascarenhas e Peixoto (2010), a Marinha teria passado a cobrar documentação e responsabilidade técnica dos fabricantes artesanais de embarcações para transporte de volumes. Em Marau e Camamu, eles chegaram a incendiar os barcos por medo de retaliações e perseguições”. Sobre a cobrança da responsabilidade legal pelos estaleiros: “sequer sabiam assinar o próprio nome, num sistema que ainda [se] reproduz em muitos estaleiros da Bahia”. A construção da Ponte do Funil em 1968 (uma das primeiras obras de concreto pré-moldado da Bahia), veio constituir a ligação entre Ilha de Itaparica e o continente, como complemento viário do sistema ferryboat no terceiro quartel do século XX.

Outro fator responsável pelo esfacelamento dos saveiros enquanto transporte foram os procedimentos instituídos pelo Sindicato de Estivadores e Doqueiros para carga e descarga, somando-se ainda a estes a implantação da Central de Abastecimentos na periferia norte da cidade, que veio a contribuir para a redução de mercadorias transportadas por saveiros. Mestre Lourão nos fala das dificuldades atuais que os saveiristas encontram:

..a gente sofreu, eu, o pai dele (pai de Fragoso), Xagaxá, esse pessoal todo. Os barcos iam morrer, como é que a gente ia deixar? Como eu lhe disse ontem, tive que tomar dinheiro no Banco do Brasil para fazer a obra dele, não tinha dinheiro na mão. O pai dele também estava com barco junto com o meu lá (Estaleiro). Eu sei que não era uma boa, mas tinha que tomar dinheiro emprestado para pagar em 03 anos. Eu falei com eles da Viva Saveiro, cheguei aqui e falei (telefone), eles

disseram “faça que a gente vai dá”, deu você que não estava junto? Assim, ele fez com a gente, fez a gente de palhaço, comigo, Xagaxá, Muruim que é o pai dele (Fragoso), ... eu estou tirando da minha aposentadoria, a gente não podia pagar mais que 01 salário, aí a gente reserva 01 salário. Então está descontando no meu dinheiro. Quer dizer que eles têm o benefício para o barco e não ajuda a gente, a embarcação vai morrer, acaba, acabou, morreu! Então a gente aqui, tomando dinheiro no banco, fazendo as coisas da embarcação, a gente gosta daquilo e ele não, esse da Viva Saveiro, esses outros, nenhum ajudou em nada, como é que a gente pode ficar com uns homens desses? E ainda disse que não ia ajudar mais. A gente nasceu dentro da embarcação, pai foi mestre de barco, agora eu já sou mestre, esse aí também, todo mundo tem caderneta, a gente gosta da embarcação e não quer deixar morrer, nossos pais, nossos avôs já vem disso. Então a gente foi mantendo. Se eu morrer tem meu filho, tem o outro, dirige caminhão, mas é mestre de barco também, quando eu acordei 06 horas, ele já estava em cima do saveiro espalhando a vela no barco, fazendo tudo, é gosto. Se não tivesse gosto não ia então é isso.

6.1 Novos ventos para Saveiros e Saveiristas

Os saveiristas e os barcos tinham notável importância para dotar o sistema açucareiro do Recôncavo baiano. No final do século XIX, mesmo com a quebra do sistema açucareiro, estes equipamentos náuticos buscaram se adaptar, mas o século XX e o sistema que envolvia a indústria do petróleo veio a desarticular as forças produtivas que envolviam essas embarcações.

Assim, a trilogia elaborada por Guido Araújo com os filmes “Maragogipinho” (1969), A “Feira da Banana” (1971) e o “A Morte das Velas do Recôncavo” (1976), nos revela como os saveiros foram desaparecendo, e com eles o habitus, as cores de suas madeiras, as vidas de homens ligados às marés e as ondas do mar da Baía de Todos os Santos. Guido Araujo deixou registrado sua impressão sobre este processo de destruição dos objetos e trabalhos tradicionais do Recôncavo:

Estava fadado que dentro em pouco, com o avanço da construção do “ferryboat” e o surgimento da “Ponte do Funil”, ligando a Ilha de Itaparica ao continente, a Baía de Todos os Santos já não seria a mesma. O caminhão viria substituir o saveiro no transporte, tirando toda a beleza plástica das velas soltas, que, tangidas pela viração das tardes, enchiam de encantos as águas e o céu da Baía de Todos os Santos.

Restou para os saveiristas teimosamente ser pequenos comerciantes de produtos agrícolas e manufaturados como painéis, tijolos, telhas, além de areia, brita e outros elementos para construção civil. Homens que passaram a ser o elo entre a zona decadente do Recôncavo e sua economia de subsistência e a capital com sua rapidez, concorrência, reformas na Feira de São Joaquim (2012) que impossibilitaram mais uma vez a desembarque

de produtos. Wagner (2012) discutindo a invenção do “eu” permite aprofundar questões que sintetizam esta identidade do saveirista no século XXI:

Criamos o eu a partir do mundo da ação e o mundo da ação a partir do eu. Uma vez que ambos os reinos – não importa qual deles tomemos como domínio da convenção – são igualmente produtos da invenção dialética, nenhum deles pode ser descrito de forma inequívoca como a fonte de nossas dificuldades pessoais e emocionais. As crises e atribulações da “psique” individual são experimentadas e criadas (e por tanto “mascaradas”) mediante concepções de “propensões” e motivações inatas e compulsões externas ou “espíritos-guia”, produtos do compromisso do ator com uma orientação convencional particular. (WAGNER, 2012, p. 195)

Os Saveiristas, ao tentarem buscar meios de continuidade de suas funções como comerciantes se aproximam do que Certeau (2012) conceitua de “homem lento”, agente que envolvido com a sociedade, busca a todo custo estabelecer conexões com sua família, seu trabalho, a natureza e demais seres e ambientes em um processo dialético:

Este herói anônimo vem muito longe. É o murmúrio das sociedades. De todo o tempo, anterior aos textos. Nem os espera. Zomba deles... Os projetores abandonaram os atores donos de nomes próprios e de brasões sociais para voltar-se como o coro dos figurantes amontoados dos lados, e depois fixam-se enfim na multidão do público. Sociologização e antropologização da pesquisa privilegiam o anônimo e o cotidiano onde zooms destacam detalhes metonímicos – partes tomadas pelo todo. (CERTEAU, 2012, p. 55)

Na atualidade, devido as mudanças velozes que as sociedades enfrentam, percebemos que há um processo de aniquilamento das profissões tradicionais, que sem conseguir renovar os *habitus*, vem perdendo considerável conhecimento, que muito poderia contribuir para os avanços socioeconômicos necessários.

Ao mesmo tempo em que este projeto mundial econômico faz surgir um extermínio de culturas, este mesmo sistema cria processos de patrimonialização, que veremos mais a diante ao analisar os discursos que propiciaram a patrimonialização do Saveiro de Vela de Içar Sombra da Lua, dito um dos últimos saveiros da Baía. Como também os contradiscursos dos saveiristas, que não compreendem o reconhecimento sem consulta aos agentes cotidianos que operam os últimos saveiros da Baía de Todos os Santos.

A pesquisa de campo nos apresenta um desmoronamento ou nova adaptação do *habitus*⁴⁴ do saveirista, pois as atividades econômicas que envolvem esta profissão não

⁴⁴ A construção da identidade assumiu a forma de uma experimentação infundável. Os experimentos jamais terminam. Você assume uma identidade num momento, mas muitas outras, ainda não testadas, estão na esquina esperando que você as escolha. Muitas outras identidades não sonhadas ainda estão por ser inventadas e cobiçadas durante a sua vida. Você nunca saberá ao certo se a identidade que agora exhibe é a melhor que pode obter e a que provavelmente lhe trará maior satisfação (BAUMAN, 2005, p. 91).

estabelecem desejos concretos entre os jovens e adulto-jovens das cidades do Recôncavo. O colapso parece ser inevitável, não há política pública para fomentar o saber-fazer da profissão e das demais correlatas. Assim, ofícios tradicionais respiram provavelmente suas últimas décadas caso os poderes constituídos não estabeleçam programas específicos de reestruturação.

CAPÍTULO 7 - O TOMBAMENTO DO SOMBRA DA LUA: ENTRE ÉTICA, ESTRATÉGIA E TÁTICA

A ética procura, pois, saber, em primeiro lugar, em que consiste a felicidade; em segundo lugar, qual a forma de organização política que assegure a felicidade geral.
(COMPARATO, 2006, p. 99)

Este capítulo apresenta discussões sobre ética, estratégia e tática. Para este exercício nos reportaremos a Oliveira (1996) e Certeau (1998), que contribuem para que possamos refletir as posições do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, da Associação Viva Saveiro e da Associação dos Saveiros de Vela de Içar da Bahia, que direta e indiretamente estão envolvidos com a patrimonialização do Saveiro Sombra da Lua, ocorrido entre 2010 e 2012.

Ilustração 23: Sombra da Lua



Foto: Antonio Marcos Passos, 2013

Para este exercício, analisamos abaixo individualmente as práxis das três instituições citadas, que representam posições definidas no jogo de poder, no que tange a autoridade de "reconhecer", de apontar e de buscar posição no campo do patrimônio cultural.

7.1 A Ética do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional⁴⁵

A Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, na década de 30, século XX, cria o Decreto Lei no. 25 de 1937, primeiro instrumento jurídico que organizará a proteção do patrimônio cultural no país. Este documento estabelece no artigo 1º:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (DECRETO-Lei 25, de 30 de novembro de 1937, Art. 1º).

Desta forma, esta agência oficial de proteção do patrimônio cultural brasileiro, estabelecerá a primeira formação dos especialistas em bens culturais do país, fato que produzirá efeitos em longo prazo. Estabelecendo lógicas de análise, tramites burocráticos, escolhas de alguns bens e reconhecimento de outros como patrimônio em conformidade os parâmetros desta instituição.

Procedimentos que estabeleceram as primeiras diretrizes éticas, que foram sendo aperfeiçoadas com o passar das décadas, especialmente quando esta instituição passou a ser dirigida por Aloísio Magalhães. Este, a partir de sua experiência junto a diversificados grupos sociais, empreendeu esforços para inserir também os conhecimentos populares no patamar de patrimônio cultural, fazendo repercutir novos raciocínios a cerca do que são os referenciais culturais dos povos, que constituem esta nação.

Ressalta-se que, esta ética em construção da principal agência de regulação do patrimônio cultural brasileiro, desde de sua existência conviveu com restrições orçamentárias.

⁴⁵ (...) a instituição dos monumentos é sempre um ato político: envolve a apresentação de referenciais simbólicos que informam, em diversos níveis (de maneira mais ou menos generalizada, mais ou menos consciente) esquemas e repertórios ideológicos, acervos e veículos de tradição, balizando processos interativos, comunicativos e de ordenação social; tem a ver, muitas vezes, com estratégia de distinção e dominação; reflete, quase sempre, a afirmação, a construção ou a manipulação de identidades sociais e étnicas; viabiliza, acompanha ou conforme procedimentos de legitimação, a princípios e normas percebidas como fundamentais para a organização de um grupo em sociedade; não raro propicia a demarcação de espaços sociais diferenciados (SERRA, 1991, p. 91).

Reis (2011) nos traz observações importantes sobre a ausência de recursos financeiros e de pessoal, que prejudicaram e continuam a prejudicar os processos de salvaguarda e acompanhamento dos bens tombado:

[...] podemos concluir que as formas de preservação do patrimônio cultural nos centros urbanos mudaram de escala, mas os procedimentos não foram adaptados às novas dimensões. Os sistemas operacionais precisam ser revistos. Essa constatação nos leva a uma discussão sobre novos critérios de preservação (REIS, 2011, p. 119).

Desta forma, percebemos que nos primeiros quarenta anos do século XX o Brasil estabeleceu uma ética própria para salvaguardar os referenciais culturais, que estavam comprometidos com as classes sociais, que estabeleciam os projetos ideológicos hegemônicos, em suas diversas áreas. Fato este que repercutiu uma rigidez e distanciamento para tudo que viesse das populações negras, indígenas, ribeirinhas, ciganas e demais.

Apenas a partir da década de 70, fomentado por diversos processos de Cidadania dentro e fora do país, é que o governo brasileiro iniciará o movimento pioneiro, com a criação do Centro Nacional de Referências Culturais - CNRC.

A partir deste momento, se alarga a responsabilidade do IPHAN para com os referenciais culturais de todos os grupos pertencentes a esta nação. Fato que será consolidado com a Constituição de 1988⁴⁶, nos artigos nº 215 e nº 216, que traz para a nação brasileira a emergência de compreender novos sujeitos de direito, sejam estas populações indígenas, quilombolas e povos tradicionais. Ocorre então juridicamente a ampliação da noção de patrimônio cultural junto aos especialistas do IPHAN, e consequentemente de outras instituições com a mesma potencialidade.

Abreu (2008) no contexto de uma nova ordem discursiva analisa o artigo 216 da Constituição, que prevê a proteção jurídica dos bens materiais e imateriais portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (indígena, quilombolas, caiçaras, caboclos, caipiras), suas formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver e as criações científicas artísticas e tecnológicas, qualificando tais bens como patrimônio cultural brasileiro (Abreu, 2008, p. 70).

⁴⁶ Uma "nova ordem discursiva" foi colocada em marcha a partir da promulgação da Constituição de 1988, quando, a partir da perspectiva da etnicidade, legitimou-se, por meio da Carta Magna brasileira, a emergência de novos sujeitos de direitos com proteção especial garantida por lei: os povos indígenas, os quilombolas, as populações tradicionais. Podemos considerar a Constituição de 1988 um discurso fundador que desencadeia novas possibilidades e novos projetos de lei visando ao reconhecimento e à proteção dos direitos das comunidades locais e populações indígenas de se beneficiarem coletivamente por seus conhecimentos tradicionais e de serem compensadas pela conservação dos recursos genéticos, mediante remuneração monetária, bens, serviços, direito de propriedade intelectual ou outros mecanismos (ABREU, 2008, p. 69).

Vale Salientar, que os artigos supra mencionados são frutos de discussões acirradas de instituições como o IPHAN, que aprendeu com a trajetória reconhecer na diferença a potencialidade do povo brasileiro. Desta forma, a partir dos citados artigos, ocorrerem reflexões ainda mais sistemáticas sobre a etnicidade no Brasil e o consequente alargamento do conceito de patrimônio cultural. Potencializando a reflexão sobre “conhecimento tradicional”, “biodiversidade” e “recursos genéticos”.

Como reflexo de diferentes visões sobre a preservação dos Bens Culturais no país, em 1991 é instituído o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), mediante a Lei nº 8313, com a finalidade de promover a captação e a canalização de recursos e, entre outros objetivos, fomentar a preservação dos bens culturais materiais e imateriais. Conforme este Programa foi implementado pela Lei Rouanet (Lei 8.313/1991), com a finalidade de estimular a produção, a distribuição e o acesso aos produtos culturais, proteger e conservar o patrimônio histórico e artístico e promover a difusão da cultura brasileira e a diversidade regional, entre outras funções.

Gonçalves (1996) nos apresenta importantes reflexões sobre o patrimônio cultural no Brasil, permitindo uma discussão sobre a construção das narrativas nacionais, a necessidade da nação por forjar “identidades” e “memórias”, aspecto que perpassa pelo fortalecimento da justiça junto às populações. Neste sentido, Marina (2009) adiciona uma importante contribuição ao afirmar que:

Admitir que somos autores, apesar da tramóia entre determinismo e acaso que parece guiar nossas vidas, é uma das principais tarefas da ética. O homem, que é um ser de persistência e hesitações, renuncia facilmente à condição de autor para se transformar num Robô, num plagiário ou numa marionete (MARINA, 2009, p. 10).

Os demais documentos patrimoniais idealizados com a participação do IPHAN viabiliza projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão material e imaterial do patrimônio cultural. Programas de apoio e fomento, que buscam estabelecer parcerias com instituições dos governos federal, estadual e municipal, universidades, organizações não governamentais, agências de desenvolvimento e organizações privadas ligadas à cultura e à pesquisa.

O Decreto-Lei 3.551/2000 é um dos exemplos do aperfeiçoamento técnico e ético do IPHAN, pois este documento permite novas possibilidades de compreender além da materialidade de objetos e manifestações, fator decisivo para a ocorrência de processos de patrimonialização. Fonseca (2003) esclarece a base para criação do Decreto citado e suas repercussões:

No Brasil, a publicação do Decreto 3.551/2000, insere-se numa trajetória que se vinculam as figuras emblemáticas de Mário de Andrade e de Aloísio Magalhães, mas em que se incluem também as sociedades de folcloristas, os movimentos negros e de defesa dos direitos dos indígenas, as reivindicações dos grupos descendentes de imigrantes das mais variadas procedências, enfim, os “excluídos”, até então, da “cena” do patrimônio cultural brasileiro, montada a partir de 1937. Contribuem, ainda, pra essa reorientação não só o interesse de universidades e institutos de pesquisa em mapear, documentar e analisar as diferentes manifestações da cultura brasileira, como também a multiplicação de órgãos estaduais e federais de cultura, que se empenham em construir, via patrimônio, a “identidade cultural” das regiões em que estão situados (FONSECA, 2003, p. 62-63).

No século XXI diferentes e ricos processos na área do patrimônio cultural são realizados, provenientes dos reflexos dos movimentos sociais do século XX, no qual são elaboradas e executadas ações de patrimonialização, quebrando velhas e superadas mentalidades. Destacamos o caso do tombamento do Terreiro da Casa Branca em Salvador-Bahia, em 1986, que colocou em xeque o IPHAN como instituição de defesa do patrimônio cultural brasileiro, pois neste episódio as discussões teóricas e políticas possibilitaram um satisfatório passo para esta instituição, que até então não havia idealizado a preservação de um templo de matriz afro-brasileira.

Este debate repercutiu de forma ampla dentro e fora do governo federal, e muito contribuiu para desencadear possibilidades de outros espaços e manifestações terem o reconhecimento oficial como patrimônio brasileiro. Bauman (1997) contribui com reflexões sobre a necessidade de repensar as identidades e consequentemente as formas para preservá-las na atualidade:

Se deve definir a identidade de uma comunidade pela força com que mantém os eus que ela “situa” e consequentemente pela extensão do consenso moral que é capaz de gerar neles, então a própria idéia de fronteiras de comunidade (especialmente as fronteiras à prova d’água, policiadas e impermeáveis, experimentadas pelas nações-estado; mas também fronteiras no sentido um tanto mais alto de uma linha entalhada circunscrevendo uma população relativamente uniforme, homogênea cultural/moralmente) torna-se sempre tão fácil, se não impossível, de manter (BAUMAN, 1997, p. 54-55).

Logo, os documentos e as ações realizadas, em aproximadamente oito décadas, em defesa do patrimônio cultural de diversificados grupos sociais, nos fazem constatar que há uma Ética no IPHAN. Que permite para essa agência operar os patrimônios culturais, para estabelecer as políticas, programas e projetos de salvaguarda os bens materiais e imateriais. Entretanto, devemos compreender também, que neste jogo há diversas correntes políticas, fato que envolve poder de autoridade, empoderamento, escolhas políticas e diplomacia.

7.2 A Estratégia da Associação Viva Saveiro

O final do século XX e início do século XXI proliferaram organizações não governamentais no ocidente, fato também ocorrido no Brasil. Na Bahia no campo do patrimônio naval, em 14 de maio de 2008, foi fundada a Associação Viva Saveiro, sendo os seus membros formados por profissionais liberais, que adquiriram e restauraram o Saveiro Sombra da Lua, dando início às ações de patrimonialização que vieram a resultar em seu tombamento individual.

No artigo 2º do Estatuto desta associação, publicado no site⁴⁷ desta, traça seu objetivo e os focos que delineiam o trabalho a ser executado por esta associação, que tem como foco a valorização do Saveiro de Vela de Içar e seu tombamento patrimonial; a recuperação e preservação dos últimos saveiros existentes; o incentivo e desenvolvimento de ações, projetos e tecnologias de inclusão social e geração de renda para sustentabilidade dos Mestres Saveiristas, de sua cultura tradicional e de atividades correlatas; a adequação da tecnológica e do saber tradicional da fabricação dos saveiros às exigências ambientais e econômicas contemporâneas; a disseminação de novas tecnologias para a mão de obra dos estaleiros remanescentes.

Neste artigo ainda há as premissas do desenvolvimento de programas de treinamento e reciclagem que possibilite a revitalização das atividades dos saveiristas; a promoção e fortalecimento do Turismo Cultural e do Turismo Náutico de bens culturais materiais e imateriais da Bahia; o incentivo à qualificação dos profissionais artesãos (saveiristas, canoeiros, pescadores, calafates, carpinteiros, marisqueiras, costuradores de velas, oleiros e outros) e sua inserção ao mercado; o companheirismo e troca de conhecimentos entre os amantes do saveiro; a promoção do voluntariado; e a promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais. (ASSOCIAÇÃO Viva Saveiro, 2008, p.01).

Para conseguir implantar o que o artigo II indicava, esta Associação estabeleceu o convite a profissionais liberais e empresários de dentro e fora da Bahia para apadrinhar as embarcações com necessidade de restauro. Este inovador sistema baseava-se no apadrinhamento por cinco a seis meses de uma das embarcações. Tempo que os padrinhos contribuem com parcelas mensais, conforme a necessidade de cada saveiro. Desta forma, os

⁴⁷ Fonte de consulta site www.vivasaveiro.org.br.

saveiros restaurados até o presente foram: Saveiro Sombra da Lua, Saveiro Sonho Meu, Saveiro 15 de Agosto, Saveiro Novo Cruzeiro e Saveiro Sempre Feliz.

Conforme dados do site da Associação Viva Saveiro, o saveiro Sombra da Lua, anteriormente de propriedade do Mestre Bartô, Bartolomeu Brito, foi comprado e restaurado por esta associação. Sua operação cotidiana passou a responsabilidade do Mestre Jorge. A restauração custou R\$26.000,00 reais e ocorreu entre 2006 a 2007.

O saveiro Sonho Meu de propriedade do Mestre Fernando, teve um custo de R\$5.000,00 reais, pois sua restauração foi parcial, ocorrida em 2008. O saveiro 15 de Agosto, da Ilha de Maré, de propriedade do Mestre Joquinha, devido ao seu estado degradado, custou R\$35.000,00 reais e foi restaurado entre 2008 a 2009. O saveiro Novo Cruzeiro de propriedade do Mestre João Mérico, teve a participação financeira deste mestre e da Associação Viva Saveiro para que este fosse restaurado entre 2009 a 2010. O saveiro Sempre Feliz, da Ilha de Maré, de propriedade do Mestre Nelson, iniciou sua restauração em 2012 e até o ano de 2014 não tinha sido concluído, devido à falta de recursos.

Esta trajetória é relatada por meio da fala do presidente da Associação Pedro Bocca, que em evento público em comemoração ao aniversário da cidade do Salvador, comemorado em 27 de março de 2012, no Museu Eugênio Teixeira Leal, relata a trajetória e as estratégias encontradas para materializar as ações idealizadas no estatuto:

... a Associação Viva Saveiro, que é uma ONG, de caráter educativo, todo mundo é voluntário... os cinco amigos se agregaram e começaram a fazer os trabalhos, mas era uma coisa para fazer devagar, uma coisa prazerosa, com calma. Nisso ganhou uma velocidade enorme, cresceu de uma maneira que a gente nunca imaginava e acabou dando certo, era para dar certo, mas deu certo tão rápido e o negocio ficou complicado, porque ai a gente começou a restaurar um saveiro restauramos o saveiro 15 de agosto, eram a colaboração de 40 amigos. A Associação Viva Saveiro hoje é muito grande, porque foi agregando pessoas. Quarenta amigos nossos começaram a colaborar com 200 reais por mês durante cinco meses. Com este dinheiro a gente restaurou () o 15 de Agosto. Isso o IPHAN ficou sabendo e nos procurou, Foi Brasília, através do Departamento do Patrimônio Nacional, uma diretoria do IPHAN, estiveram aqui, foram vê este saveiro, a finalização da reforma, viram os saveiros velejando, ficaram encantados, ficamos parceiros. Nos informaram que existia um Projeto Barcos do Brasil criado pela UNESCO junto a um órgão da ONU, mais algumas, e o projeto Monumenta, que é de resgatar nossos monumentos e salvar o patrimônio naval no Brasil, na verdade este projeto não decola, porque há muita burocracia são muitos órgãos envolvidos. Então eles (IPHAN) ficaram muito encantados porque nós não temos governos, não temos nada de apoio, nós simplesmente partimos para fazer. Sabemos que tem muita conversa, “quem sabe”, a gente não sabia, mas não tínhamos medo de errar, vamos entrar, vamos fazer e aprender no caminho.

Em 2010 o trabalho desenvolvido pela Associação Viva Saveiro trouxe a esta entidade a outorga do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade do Instituto do Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional – IPHAN e o saveiro Sombra da Lua tombado como patrimônio da paisagem cultural brasileira. Também neste ano o Governo do Estado da Bahia lhe entrega o troféu AXÉ TURISMO. O Presidente Pedro Bocca narra este processo também:

Então a pedido do IPHAN para entrar com este projeto no concurso nacional anual do IPHAN, para serem eleitos os melhores projetos do Brasil de preservação de nosso patrimônio imaterial que é conhecimento, saber, saber fazer que é capoeira, musicas, cantigas de roda, samba de roda, samba de Ilha de Itamaracá, banda de pífaro, renda de bilro, todas estas coisas estão morrendo, são a nossa identidade, são a nossa história, a nossa cultura, todo mundo tem, algumas pessoas que estão aqui viveram os saveiros, vieram para Salvador pela primeira vez também de saveiros, passaram infância passeando de saveiro. Ai nos escrevemos e ganhamos, tomamos um SUSTO! Entre 50 e 100 projetos, fomos pré-selecionados por seus estados, formou-se uma comissão em Brasília, e nós ganhamos. Então pela primeira vez o patrimônio naval foi reconhecido, foi honrado, com esse prêmio, como o melhor projeto do Brasil de preservação do patrimônio, no caso o patrimônio naval, o saveiro. Esse premio deu uma projeção, entrevista em televisão, todo mundo voluntario. Entramos na restauração de outro saveiro, enlouquecemos totalmente. Fizemos a primeira semana do saveiro, fizemos a segunda, terceira e quarta semana do saveiro.

Em 2013 a associação lança o livro “Viva Saveiro”⁴⁸ e em parceria com Empresa de Correios e Telégrafos lança o selo “Saveiros”, com objetivo de divulgar a história do Saveiro como bem cultural. Conforme seu presidente a arrecadação da venda os livros serão utilizados para restaurar outros saveiros. Atos de promoção dos saveiros que traz para esta associação uma repercussão nos diversos meios de comunicação. Este presidente também nos fala sobre este ponto:

Ai muita gente nos procurando querendo fazer estágio, instituições como da Claudia [Instituto ACM], o pessoal do filma Quinca Berro d'águas, o filme Capitães de Areia, a produção digita aqui, digita lá, “nunca vi um saveiro” traz os mestres para cá”, restaura mais dois saveiros, dois barcos, devolvido aos mestres. Então, ocorre o tombamento do Sombra da Lua. Nós conseguimos casualmente, por sorte, não sei quem foi, uma dessas semana dos Saveiros nós fizemos uma parceria com a Fundação Pierre Verger, as parcerias têm sido muitas, o Iate Clube adotou um saveiro, depois restauramos. O Mestre continuaria a não ter dinheiro para manter o saveiro para manutenção, pois o que eles ganham não dá para manter a família do mestre e dois ajudantes. Então como haveria de juntar dinheiro para dar manutenção? Ele tinha recebido o saveiro novo, a vela nova, tudo restauramos, o 15 de agosto que é de Ilha de Maré, mestre que faleceu e hoje está com o filho dele, ai quando tivemos no Iate Clube, nós começamos a contar a história, ai eles disseram “para, para, nem precisa contar o resto, o que vocês precisam, o que vocês querem? nós apoiamos, nós entendemos que é a história da Bahia, temos que desenvolver as regatas, a náutica na Bahia, a vela o manejo”. Então vocês adotam este barco por ano, pagam a manutenção, isso esta acontecendo, este barco não morre mais, porque o Iate Clube tomou a ajuda e o restauro. Assim o projeto de tombamento do Sombra da Lua foi levado em 2010, na última reunião do Conselho do IPHAN foi apresentado o projeto para o tombamento, nisso foi aprovado. Então

⁴⁸ RIBEIRO, Carlos, BOCCA, Pedro & SOUZA, Nilton. Viva Saveiro Patrimônio Naval da Bahia. Salvador: Solisluna, 2013.

o saveiro Sombra da Lua, que na realidade representa todos os demais saveiros, porque dá uma visibilidade, dá uma chancela, um destaque. Esse barco é história, do Brasil, o saveiro é um barco que tem que ser preservado é a nossa história, foi tombado. Então Sombra da Lua tombado como patrimônio no Brasil. Por coincidência dois anos depois recebemos uma correspondência do Ministério da Cultura informando o fim do processo, depois que o IPHAN tomba, isso vai para o ministério, tem todo um processo e ele é inscrito no livro do tombo.

Desta forma, contata-se que esta associação desenvolveu estratégias de que lhe permitiram realizar ações técnicas de salvaguarda dos saveiros, por meio do envolvimento de pessoas e empresas, estabelecendo relevante alcance junto aos órgãos de preservação e conspicientemente na mídia nacional. Certeau (1998) estabelece o seguinte conceito de estratégia:

Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e os objetos da pesquisa etc.) Como na administração de empresas, toda racionalização "estratégica" procura em primeiro lugar distinguir de um "ambiente" um "próprio", isto é, o lugar do poder e do querer próprio. Gesto cartesiano, quem sabe: circunscrever um próprio num mundo enfeitado pelos poderes invisíveis do Outro. Gesto da modernidade científica, política ou militar. (CERTEAU, 1998, p. 99)

Estas estratégias, conforme Certeau (1998), estabelecem um domínio no tempo, uma posição de destaque para ver e ser visto, um tipo de poder do saber, que permite ao grupo ou indivíduo estabelecer novas trajetórias históricas, configurando o destaque para aquilo que lhe é mais caro e que de certa forma a sociedade reconhece como legítimo.

Logo, podemos constatar que a Associação Viva Saveiro estabeleceu uma estratégia, que inicia com a formação dos membros da diretoria em sua grande maioria profissionais liberais, que compreendem a importância do saveiro como patrimônio cultural, reconhecem a posição simbólica privilegiada do IPHAN como agência oficial do patrimônio cultural no país, e busca também para si a posição de destaque. Associação que adquire um saveiro, restaura esse e outros, subsidia emprego e renda para alguns saveiristas, realiza pesquisas e lança os frutos destas pesquisas em livros de alta qualidade gráfica, com fotos de diversos ângulos, mostrando a beleza plástica dos saveiros. Ressaltam-se as parcerias com a Marinha do Brasil, Empresa de Correios e Telégrafos para lançamento do selo comemorativo Saveiros.

Ações que repercutem em premiações, mídia espontânea, fortalecimento da imagem da Associação Viva Saveiro e de seus diretores, dentro e fora da sociedade baiana, como

agência responsável pela preservação da memória naval do povo baiano, e que consequentemente referência para outras instituições nacionais e internacionais.

7.3 A Tática da Associação dos Saveiros de Vela de Içar da Bahia

Em 16 de abril de 2013 um grupo de Mestres Saveiristas do distrito de Coqueiro, cidade de Maragogipe, liderados pelos Mestre Lourão e Mestre João Mérico, interessados em ter sua própria associação, organiza uma reunião no Sítio Santo Antonio de propriedade do Mestre João Mérico, para fundarem a Associação dos Saveiros de Vela de Içar da Bahia. Antonio Fragoso, filho do Mestre Muruim, Neto do Mestre Nute, torna-se presidente interino desta Associação, o mesmo relata os motivos para criação:

A gente teve uma grande necessidade, temos uma grande necessidade, porque uma grande necessidade? pelo motivo dos saveiros está sendo todo defasado, as histórias que são importantes para o município, que levava alimentos para Salvador, tanto alimentos como artesanato da região. Então aquela questão, a necessidade da gente buscar perante o governo federal, governo estadual e o IPHAN poder tombar um saveiro de nossa associação e daí a gente dá início a recuperação, porque o Vendaval [saveiro] tem uma história maravilhosa dentro do rio, todos da Bahia conhece o Vendaval e está lá naufragado no cais de Maragogipe. Quando a maré enche ele desce, quando a maré baixa ele sobe, está todo acabado, precisa de uma reforma urgente. Então mais outros como de seu Lourão [Mestre Lourão], tem de meu pai, sou filho de saveirista também que é o dono do Rei do Oriente, tem outros saveiros que necessitam muito: o de Nelson que está lá na Ilha de Maré, com a água enchendo e vazando e não tem recurso para reformar. Então esta é a necessidade maior nossa, por dentro da Associação, fazer um projeto, deste projeto trazer recursos para fazer as reformas dos saveiros, dá o mínimo de dignidade aos donos dos saveiros, a história dos saveiros da Bahia que é importante, essa é a maior necessidade nossa e o maior projeto nosso, de fazer isso, para não deixar esta história se perder no tempo

Ação impulsionada pela insatisfação destes saveiristas com a Associação Viva Saveiro, que outrora era sua parceira. Conforme os relatos dos mestres há críticas aquela associação, que se afastou dos compromissos firmados, deixando-os a parte dos processos de melhoria dos saveiros. O presidente prossegue:

Eu analiso esse sistema, eu acho assim, sou um pouco radical, muita gente vinha de vários estados, vinha pra aqui, explorava a mão de obra que eu falo, o conhecimento do saveirista e lá fora lançava e nunca mais vinha aqui retribuir. Seu Lourão tem um conhecimento vasto, se vai buscar o conhecimento vai buscar via associação, então a gente vai amarrar isso, por que independente de você e qualquer outra pessoa, quando eu falo você não estou falando diretamente para você, falo que a pessoa gente para escrever um livro, a associação estará na frente, pois parte dos recursos deste livro tem que vir para a Associação dos saveiros, e

não é só você vir buscar o conhecimento. Meu tio, Nute, tem Lourão, tem Memeuzinho, tem Xagaxá que tem 78 anos de vida em cima de uma embarcação que foi de geração para geração, Nute foi de geração para geração, 92 anos. O cara suga o conhecimento que eles tem, escrevem o livro e os recursos não vem, como o Vendaval está ai acabado. Vendaval, o de Nelson que não está navegando. Então eu vejo como um crime, porque você suga o conhecimento daquela pessoa, aquela pessoa você esquece, só precisa naquele momento? É história, nós estamos falando da história do município, que até tem um projeto na Câmara dos Vereadores [Maragogipe], que a história dos saveiros tem que virar história na sala de aula, é importante para os saveiros, entendeu?

Desta forma, a nova associação dá início a um processo novo para si, no sentido que os mestres saveiristas e seus filhos, sem experiência no campo do patrimônio cultural, ao criar sua Associação, buscará condições para que os saveiros, saveiristas e demais profissões correlatas possam também sobreviver. Percebemos que esta associação e seus associados, por força das circunstâncias, criam suas próprias soluções, que permitem desencadear respostas a patrimonialização, abrindo frentes de ações para salvaguardar seus interesses. Fato que se aproxima do que Certeau (1998) compreende por Tática:

Chamo de tática ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar no terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter a si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento "dentro do campo de visão do inimigo", como dizia von Bulow, e no espaço por ele encontrado. Ela não tem portanto a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as "ocasiões" e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumenta a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. E astúcia (CERTEAU, 1998, p. 100).

Nota-se que todos os membros desta Associação pertencem ao complexo mundo dos saveiros. Estes trazem na memória os maiores carregamentos de banana, cana, panelas e outros, os problemas com os ventos de viração, os naufrágios, os bordejos, e as competições, especialmente a velocidade do Vendaval II do Mestre Nute, os experientes mestres na cana do saveiro, tipo de leme, a fé na dona das águas "Iemanjá", a paixão por seus saveiros com seus nomes tão significativos, os problemas atuais de manutenção, e a esperança de novos ventos para esta profissão e seus operadores.

Assim, a tática da nova associação está intrinsecamente ligada às histórias e memórias destes homens e de sua lida com os rios do Recôncavo e o mar da Baía de Todos os Santos. Lida esta que envolve comércio de areia, brita, frutas e outros produtos. Comércio não

possibilita uma vida digna e que precisa de novos tipos de tática para gerar renda e possibilitar a manutenção dos poucos saveiros que ainda existem no Recôncavo. Certeau (1998):

Em suma, a tática e a arte do fraco.(...) O poder se acha amarrado a sua visibilidade. Ao contrario, a astúcia é possível ao fraco, e muitas vezes apenas ela, como ultimo recurso: Quanto mais fraca as forcas submetidas aa direccao estratégica, tanto mais esta estará sujeita a astúsia. Traduzindo: tanto mais se torna tática (CERTEAU, 1998, p. 101).

Logo, compreendemos que a Associação de Vela de Içar da Bahia, desenvolveu e faz uso de sua tática, para estabelecer posição neste jogo de poder, que se constitui a patrimonialização de apenas um saveiro. Esta entidade, formada exclusivamente por saveiristas e familiares, buscam também voz junto aos órgãos de salvaguarda do patrimônio cultural, mas compreendem que o primeiro passo é a visibilidade, que lhes permitirá assumir o controle dos processos de preservação de seus referenciais a partir de suas experiências pessoais e coletivas, que estes vêm construindo há muitas décadas.

7.4 O Tombamento do Saveiro Sombra da Lua: Análise Documental

A partir dos princípios da Ética, Estratégia e Tática buscamos identificar os agentes que fazem parte deste tombamento. O primeiro é identificado como a Associação Viva Saveiro, que solicitou o tombamento do Saveiro Sombra da Lua; o segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que recebeu e deliberou os processos para o registro; e o terceiro sendo a “comunidade saveirista”, aqui representada pelos saveiristas do distrito de Coqueiros, cidade de Maragogipe – BA, que ficaram à margem deste processo e apenas tomaram conhecimento do tombamento através dos meios de comunicação.

Assim, para compreender este pedido de tombamento analisamos os documentos que compõem o arrolamento realizado pelo IPHAN. Primeiramente, analisando a carta da Associação Viva Saveiro endereçada ao IPHAN. Esta composta por apenas duas laudas, traz interessantes justificativas para o êxito do tombamento da citada embarcação. Inicialmente, são apresentadas questões históricas e socioeconômicas do Recôncavo baiano e de Salvador, que durante aproximadamente quatro séculos teve nesta embarcação seu aporte para transporte de pessoas e mercadorias, transações financeiras, movimentação de cartas e outros documentos.

Segundo, a Associação vincula o saveiro e a paisagem da Baía de Todos os Santos, como premissas de uma só atmosfera socioeconômica e cultural que precisa ser preservada para que a própria história e memória baiana possam ser reconhecidas pelas demais gerações.

Terceiro, o documento é muito específico no que tange ao processo de extinção dos saveiros, que nos últimos 50 anos estão vivenciando um processo de desaparecimento crescente, fato que problematiza junto ao governo federal a necessidade de realizar a ação de salvaguarda. Observa-se, que nesta carta, esta associação ressalta seu compromisso em dar seguimento, quando necessário, ao restauro, conservação, originalidade e uso da embarcação. Entretanto, enfatiza a necessidade do tombamento oficial. Assim, esta associação compreende a importância de ter a chancela do IPHAN para reconhecimento da embarcação como patrimônio cultural.

Neste documento, não enxergamos nenhum vínculo direto com ações de preservação de embarcações a partir do governo federal. Logo, este pedido tem sua constituição a partir de reflexões dos membros da Associação Viva Saveiro, que percebe no IPHAN uma estratégia para dotar também o saveiro Sombra da Lua de proteção estatal. Fazem parte do arrolamento de documentos:

- A carta e o consequente pedido de tombamento abrem o processo de análise da historicidade da embarcação e são arrolados outros documentos oficiais pelo IPHAN, que refletem a construção do patrimônio cultural no país, documentos como:
- Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, que regula os arts 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências;
- Portaria no. 127, de 30 de abril de 2009, que estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira;
- Acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Cultura, o IPHAN, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;
- Acordo de Cooperação Técnica do ICMBio e o IPHAN para desenvolver ações integradas na operacionalização do “Projeto Barcos do Brasil”;
- Publicação O projeto Barcos do Brasil: Origens, parceiros e perspectivas;
- A publicação Patrimônio Naval Brasileiro de autoria de Dalmo Vieira Filho, em processo de revisão para publicação; a publicação Análise especializada sobre madeiras utilizadas na carpintaria naval de autoria de Armando Gonzaga;
- O livro “Embarcações do Recôncavo” de autoria de Pedro Agostinho, e diferentes artigos sobre os saveiros e a Baía de Todos os Santos.

A partir do recebimento da carta da Associação Viva Saveiro e o pedido de registro do Saveiro Sombra da Lua, desencadeia-se o processo interno no IPHAN, que arrola os documentos supra citados e englobam diferentes perspectivas que envolvem a patrimonialização de um objeto que tem seu vínculo com a paisagem cultural, a memória local, a problemática da extinção e outros fatores que envolve a preservação desta embarcação como mais uma importante cultura material nacional.

Assim, neste arrolamento encontramos a Portaria nº 127, que estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira do IPHAN, de 30 de abril de 2009. Portaria que está imbricada com o Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937, período do Estado Novo no Brasil, que estabelece a organização do patrimônio cultural brasileiro a partir da criação da Secretária do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que teve na gestão de 40 anos de Rodrigo Melo Franco de Andrade seu alicerce.

Este documento tem suas bases também na Constituição Brasileira promulgada em 1988, que conceitua a Paisagem Cultural Brasileira nacional e mundial, contribuindo para estimular e valorizar a motivação da ação humana, valorizando a relação harmônica com a natureza, estimulando a dimensão afetiva com o território e tendo como premissa a qualidade de vida da população, ainda neste aspecto há a preocupação com os instrumentos legais vigentes que tratam do patrimônio cultural e natural.

Há neste arrolamento dos documentos o Decreto-Lei 3.866 de 29 de novembro de 1941, do período do governo de Getúlio Vargas, que estabelece o cancelamento do tombamento de bens do patrimônio histórico e artístico nacional, caso ocorram impasses com o direito público.

Faz parte a Lei no 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Documento que estabelece a salvaguarda dos objetos encontrados sob a tutela do poder público, que perpassa o controle na escavação realizada por particulares, por instituições científicas federal, estadual e municipal, das descobertas fortuitas, da remessa, para o exterior, de objetos de interesse arqueológico ou pré-histórico, histórico, numismático ou artístico,

Outro documento arrolado vem a ser o Decreto 3.551 de 04 de agosto de 2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial, que abre importantes reflexões para que os patrimônios das populações negras, indígenas, ciganas e outras passem a figurar nas diretrizes estabelecidas e a serem estipuladas para o orçamento federal.

Faz parte deste processo a Lei 10. 257/2001 que estabelece o Estatuto da Cidade, que sistematiza uma série de referenciais a partir de cartas internacionais que reconhecem a paisagem cultural e seus elementos como patrimônio cultural e preconiza sua proteção; há referência aos “fenômenos contemporâneos de expansão urbana, globalização e massificação da paisagem urbana e rurais em risco contextos de vida e tradições locais m todo o planeta.”; a necessidade de iniciativas institucionais na atualidade para preservação dos contextos culturais complexos; amparado em diferentes outros aparatos jurídicos elaborados a partir da criação da SPHAN, hoje IPHAN, estabelece normatização para que o cidadão possa solicitar aos órgãos federais da Cultura a chancela que estabelece a paisagem cultural.

Desta forma, fica subentendido que este documento ampara também a deliberação para deflagrar o tombamento do Sombra da Lua, documento que traz os principais pressupostos para garantir a legitimação do patrimônio em seus aspectos materiais e imateriais.

Analizamos também o Acordo de Cooperação Técnica celebrado pela União, representada pelos Ministérios da Cultura (MinC) e Meio Ambiente (MMA), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – (IPHAN), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, visando à doação de bens apreendidos para utilização de recuperação de Patrimônio Cultural Brasileiro em 31 de dezembro de 2009.

Este documento preconiza a necessidade de constantes restaurações dos bens culturais materiais, como saveiros e demais objetos. Compreendemos que ao adicionar este documento ao arrolamento de tombamento do Saveiro Sombra da Lua, o governo federal busca por meio de suas diferentes agências, maneiras para ratificar caminhos que possibilitem matéria prima para conservação e restauração dos bens materiais, que devido à escassez na natureza, proveniente de um processo de destruições dos recursos renováveis, veem prejudicando os reparos habituais. Assim, este documento permite que os diferentes “mestres do saber” possam concretamente ter meios para preservação e seus conhecimentos compreendidos como “bens culturais”.

Outro documento encontrado é o Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN para desenvolver as ações integradas na operacionalização do “Projeto Barcos do Brasil”, conforme o Protocolo de Intenções para o Projeto Barcos do Brasil, e promover ações conjuntas de salvaguarda, preservação e promoção do patrimônio naval e seu contexto sociocultural e ambiental.

Este acordo de cooperação técnica busca dotar o Projeto Barcos do Brasil com suportes para que o mesmo concretamente aconteça. Nas primeiras páginas deste documento há uma busca por estabelecer questões financeiras entre as instituições para subsidiar as ações técnicas junto à salvaguarda, preservação e promoção do patrimônio naval, seu contexto sociocultural e ambiental. Conteúdos que envolvem as comunidades tradicionais brasileiras. Percebe-se a busca por estabelecer obrigações às instituições elencadas, especialmente no que tange aos planos de trabalho, apoio técnico e financeiro, detalhamento, logísticas, treinamento, avaliação e impactos na sociedade.

Nestes documentos no item “b” busca-se a aplicação de metodologias de inventário do patrimônio material e imaterial nas comunidades tradicionais atendidas em Unidades de Conservação federais seu entorno. Posteriormente, destaca-se uma preocupação com os Planos de Trabalho que deverão ter suas atividades concluídas dentro do prazo de vigência do acordo, estabelecendo diretrizes para o acompanhamento, controle e fiscalização; relatórios (parciais e finais).

Há ainda procedimentos para cada instituição envolvida e o estabelecimento de normas jurídicas pelas mesmas, sendo de responsabilidade de cada uma assumir integralmente os ônus. No que tange aos Recursos Humanos, para efeito de contratação de profissionais por tempo determinado para execução do projeto Barcos do Brasil, não haverá meios para vínculo empregatício com a união

Fato também acordado nos Recursos Financeiros, que será realizado a partir da dotação de cada órgão envolvido com este Projeto. São outros itens deste documento: dos bens, da participação no resultado dos trabalhos, da divulgação, promoção e publicidade, das alterações, da publicação, da vigência e da prorrogação, da restrição e denúncia, e do Foro.

O primeiro aspecto que observamos, é que este documento encontra-se no arrolamento, mas não há nenhuma assinatura e data completa apenas o ano de 2008. Entretanto, no site do IPHAN pode ser encontrado um informe que “Iphan e Instituto Chico Mendes assinam acordo de cooperação para fomentar o Projeto Barcos do Brasil”, que traz os presidentes do Iphan, e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), assinando em 17 de dezembro de 2008, em Brasília, na sede do IBAMA um acordo de cooperação técnica para desenvolver ações integradas na operacionalização do Projeto Barcos do Brasil.

O segundo, este acordo e suas intenções, ainda que busquem instrumentalizar o Projeto Barcos do Brasil para concretamente sair do papel, ainda nos instiga a refletir sobre a

sua execução, pois não permitem compreender os limites das instituições elencadas no que tange ao repasse financeiro para as ações junto aos patrimônios culturais tradicionais.

Logo, mesmo com esta dubiedade quanto aos repasses financeiros para execução do Projeto Barcos do Brasil, compreendemos que há um trabalho em curso por parte do governo federal. Este envolve a estruturação das ações técnicas nos bastidores do poder das esferas institucionais e, especialmente, um “jogo político” para trazer também a questão da preservação do patrimônio naval brasileiro. Sendo este projeto instituído em outubro de 2008, fato que vem a contribuir com o pedido da Associação Viva Saveiro, aspecto que envolve articulações e necessidades políticas, retorno social, utilização de outros instrumentos legais para tombamento de demais objetos do mundo naval.

Fazem parte ainda publicações de artigos, relatório e livro do IPHAN, assim como de outros agentes retratando as embarcações, os saveiros a carpintaria naval, são eles: em formato artigo: *Velejar para a cultura e o lazer* veiculado pela revista Viver a Bahia - Turismo Náutico, sem data; *Vida, vento, vela leva-me daqui* (edição Saveiros), veiculado pelo Jornal Correio da Bahia, janeiro de 2009; *Cultura dos saveiros resiste aos novos tempos*, em 20 de janeiro de 2009, veiculado pelo Jornal A Tarde; *Bahia resgata a cultura dos saveiros*, em 28 de março de 2009, veiculado pelo jornal Tribuna da Bahia; *Assim navega o Brasil, em outubro de 2009*, veiculado pela revista Náutica; *Saveiros nos ventos do tombamento*, em 05 de setembro de 2010, autor Sylvio Quadros, veiculado pelo Correio da Bahia; *Viva a Baía de Todos os Santos*, de autoria de Maria Helena Bellini, s/d, veiculado pela empresa Perini.

Destes artigos, o “*Velejar para a cultura e o lazer, Assim navega o Brasil, Saveiros nos ventos do tombamento*”, traz depoimentos de alguns saveiristas, que falam da importância desta embarcação na história e economia do Recôncavo e da capital Salvador, além de denunciar o processo de extinção deste tipo de transporte naval.

Das publicações arroladas temos: o livro *Embarcações do Recôncavo: Um estudo de Origens*, de autoria de Pedro Agostinho da Silva, ano de 1973; *O Projeto Barcos do Brasil: Origens, parceiros e perspectivas*, autoria IPHAN, s/d; *Patrimônio Naval Brasileiro*, versão em revisão, de autoria de Dalmo Vieira Filho; e Análise especializada sobre madeiras utilizadas na carpintaria naval, vinculada ao IPHAN, Projeto Barcos do Brasil, autoria de Armando Gonzaga, do ano de 2010. Há ainda um texto do presidente da Associação Viva Saveiro, Pedro Bocca, intitulado *História resgatada do saveiro Sombra da Lua*.

Tanto os documentos elencados como as publicações arroladas ao pedido de registro no IPHAN, somam aproximadamente mais de 300 páginas de referenciais que justificam o processo de tombamento do saveiro Sombra da Lua. Em nenhum destes documentos

encontramos o entendimento dos saveiristas, no que tange eleger o citado objeto a ser patrimonializado.

A ausência do discurso dos saveiristas chama atenção, pois ao realizar a pesquisa de campo junto em Coqueiros, distrito de Maragogipe, encontramos uma atmosfera de animosidade para com a Associação Viva Saveiro, o Saveiro Sombra da Lua e seus tripulantes, pois conforme um dos informantes, em nenhum momento o governo federal, nem a citada Associação reconheceu junto a estes a ‘autoridade’ para escolher o saveiro a ser patrimonializado. Na visão de alguns interlocutores de pesquisa, o saveiro Sombra da Lua não é o mais antigo, nem autêntico e foi escolhido para ser reconhecido sem o aval daqueles que realmente vivem, sobrevivem e conhecem a história dos saveiros, os mestres saveiristas.

7.5 Problematisações: o encontro e desencontro dos discursos

Reconhecer a trajetória da Ética grega até a contemporaneidade nos provoca a repensar na antropologia os atos realizados junto ao patrimônio cultural no Brasil. É claro que houve o alargamento do conceito de patrimônio cultural neste país, proveniente de manifestações sociais no século XX, pressões dos diversos agentes e agências, que contribuíram para novos princípios na Constituição de 1988. Marina (2009) nos ajuda a aprofundar esta questão, que envolve uma construção de uma nova moral para este país:

A moral é um dos fios que tecem o tapete da cultura. Existem muitos outros: a linguagem, as crenças religiosas, as instituições sociais, a arte, as explicações científicas e mitológicas, a técnica, as formas de sentir etc. Poderíamos dizer que o homem é produto da cultura, que é produto do homem, que é produto da cultura etc. e ocupar o livro inteiro com essa referência causalidade recíproca (MARINA, 2009, p. 81).

Compreendemos que o pedido de tombamento realizado pela Associação Viva Saveiro tem seu mérito, que consiste em chamar atenção dos órgãos responsáveis pela salvaguarda da memória e história nacional naval para preservar um bem cultural em processo de extinção. A Associação Viva Saveiro buscava um meio de contribuir com a preservação da embarcação citada e para tanto utilizou a via oficial para concretizar seus anseios.

Lembramos que este pedido surgiu do grupo da citada Associação formada por profissionais liberais, funcionários públicos e artistas, que compreendem a importância do objeto pela sua plasticidade, que envolve a paisagem da Baía de Todos os Santos, as relações

entre o “Recôncavo histórico” e a “velha Bahia” e as memórias bibliográfica de pessoas como Lev Smarcevski, Dorival Caymmi, Carybé, Pedro Agostinho, Diógenes Rebouças e outros, que relatam por diversas formas o que eram, para que serviam, como eram os saveiros, seus caís, os estaleiros, as velas, os pequenos portos, rampas e feiras livres.

Entretanto, há uma lacuna, pois aqueles profissionais que elegeram o Sombra da Lua como representante dos demais barcos, não tem vivência concreta com estes saveiros e com seus operadores, os saveiristas. Vivências que trazem as dificuldades, experiências de velejar, o reconhecimento das marés, a utilização dos ventos, as necessidades de operacionalizar os pequenos comércios para a sobrevivência, a problemática de ter seu ofício em um processo de extinção. Aspectos que envolvem relações sociais, econômicas e políticas entre o grupo de saveiristas e outros agentes e agências do cotidiano deste universo náutico.

Assim, compreendemos que o “saber”, o “fazer” e o “saber-fazer”, que está tão presente em alguns dos documentos do IPHAN, neste caso ficaram a margem do processo de tombamento. Constata-se que apenas houve a consulta aos documentos oficiais e dados enviados pela Associação Viva Saveiro, esquecendo-se dos agentes que dão vida a esta embarcação, os saveiristas.

Ilustração 24: Lançamento do Livro e Selo Viva Saveiro



Da Direita para Esquerda: Nilton Souza (fotografo), Bel Borba (Artista Plástico), Pedro Bocca (Presidente da Associação Viva Saveiro), Mestre Jorge (Mestra do Saveiro Sombra da Lua), Robinson Almeida (Secretário de Comunicação do Governo do Estado) e Marcelo Schwab (Diretor Regional dos Correios). Foto: Antonio Marcos Passos, 2013.

Fazendo também um contraponto, o trabalho desenvolvido pela Associação Viva Saveiro de restauro de saveiros a partir de apadrinhamentos, lançamento de livros, parceria com a empresa de Correios e Telégrafos para lançamento do Selo Saveiros, a premiação do IPHAN com o prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade e outros, representa um processo de patrimonialização de relevante envergadura. Para falar brevemente sobre a condição do Sombra da Lua que estava para ser abandonado pelo seu dono o Mestre Bartô e consequentemente extinto, o Mestre atual deste barco Sr. Jorge, em entrevista em 26 de outubro de 2013, no porto de Cachoeira – BA fala:

Eu tenho já 25 anos embarcado, na idade de 15 anos comecei a viajar no Sombra da Lua, hoje eu tenho 45 anos, sempre gostei de viajar, para mim é muito importante eu gosto muito do saveiro, eu comecei a viajar com meu tio, ele saiu devido a problema de doença. Eu até hoje estou embarcado no Sombra da Lua, eu estou muito feliz com esse pessoal que são o dono do Sombra da Lua, pois comprou o Sombra da Lua, por que já estava se acabano, ia se acabar, o dono não tinha condições de consertar. As quilhas já tinham acabado, já não estava transportando nada, já não tinha nada transportando. O dono mesmo já tinha decidido abandonar o saveiro, deixar no porto. Ai que surgiu esse Malaca, seu Pedro, compraram o Sombra da Lua. Eu fiquei tomando conta, ai veio a pergunta: “Se eu comprar o saveiro Jorge você continua tomando conta?” Eu disse sim, eu gosto de fazer isso, essa é minha paixão, eu só sei fazer isso, eu só sei fazer isso, trabalhar com saveiro. Até hoje estou no saveiro, estou muito feliz. Hoje o saveiro está parado com a reforma da Feira de São Joaquim, não dá para descarrega, e também a gente transportava cerâmica de Maragogipinho para Salvador, mas com a reforma na feira de São Joaquim o saveiro ficou parado, só faz alguns passeios de vez em quando. Eu fiquei muito feliz com o saveiro Sombra da Lua tombado, o Brasil inteiro sabe que é um patrimônio do Brasil, é uma coisa muito feliz para mim, ele tem mais de 90 anos. Ele passou por mais de 10 reformas. Hoje trabalha eu e outra pessoa, Luciano. Hoje no Sombra da Lua fazemos apenas bordejos.

Soma-se também a entrevista do artista Bel Borba, em 26 de outubro de 2013, que faz parte da Associação Viva Saveiro e vem desenvolvendo diferentes ações para promoção deste barco. O mesmo nos fala sobre o processo de patrimonialização:

Bom na realidade a estratégia de tombamento deste saveiro, ele começa quando Roberto Carlos, o nosso querido Malaca resolve, junto ao grupo de amigos, adquirir um velho saveiro, mantê-lo restaurado, e mais importante manter na rota original para não se tornar uma escuna ou a um saveiro qualquer. Até chegar ao tombamento foi uma longa caminhada com Pedro Bocca, Dede, Regina, Bomfim, eu, dentro de minhas possibilidades, não me sinto um diretor, me sinto um conselheiro. E até o formato, o formato é bom. Acho que tem vários recados, o recado do serviço e trabalho voluntário a serviço da defesa do nosso patrimônio histórico, um exemplo que se pode fazer, o de começar de uma maneira super informal e de repente acabar com o tombamento, com um peso desta envergadura. Eu fico muito feliz por que de uma forma, eu sou baiano, soteropolitano, mas acho eu só me tornei o baiano autêntico, o soteropolitano autêntico depois deste apront depois desta aproximação que o saveiro me proporcionou deste universo, da Bahia escrita e narrada por Jorge Amado, cantada, ilustradas em versos, prosas e tela dos nossos mestres Calazans, Carybé e muitos outros. Isso me fez uma aproximação definitiva da rampa do Mercado Modelo, da cidade de Maragogipe que é a terra do meu pai. Este evento me possibilitou comecei e dar mais valor a minha terra.

Aspectos que acarretaram séria celéumas entre os Saveiristas de Coqueiros – Maragogipe com o IPHAN, pois esta “comunidade” compreende a função, importância e a responsabilidade desta autarquia. Também acirrou o desentendimento com a Associação Viva Saveiro, que nos primeiros momentos (de 2008) procurou estes saveiristas e começou a realizar ações de restauro de alguns barcos, mas que posteriormente em 2010 se afastou destes, gerando ainda mais animosidade nestas relações.

As entrevistas junto aos saveiristas de Maragogipe, coloca em cheque a posição do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Associação Viva Saveiro, pois estes consideram o trabalho desenvolvido, que ratificou o Sombra da Lua como principal saveiro por sua originalidade, idade e condições materiais, insatisfatório para estabelecer concretamente a importância do objeto a ser patrimonializado. O presidente da Associação dos Saveiros de Vela de Içar da Bahia, em entrevista em 21 de junho de 2013, nos relata a posição da associação e de seus associados:

Olha só... qual é a visão. Minha visão eu acho assim, seu eu tiver errado, queria que você me ajudasse também. O IPHAN ele tomba, vira o patrimônio cultural as embarcações mais velhas, não é isso? Um dos critérios dele é essa, idade, autenticidade, antiguidade. Eu estou falando como pessoa e presidente,, tem muitos saveiros mais velhos do que o Sombra da Lua, que não foi tombado, como o Rei do Oriente, como Cruzeiro da Vitória, aquele nome tem 10 anos, mas se você buscar a história daquele saveiro tem mais de 130 anos, o Rei do Oriente tem também esta quantidade de tempo. Então acho que isso aí foi uma injustiça pros donos de saveiros, porque até para dá o incentivo, o critério é esse.. Então vamos usar esse critério, que acho que lei não foi feita para ser discutida e sim para ser cumprida. Se você mantém alguns critérios dentro de sua secretaria ou dentro do IPHAN, qualquer órgão tem que ser cumprida aquelas coisas. Eu acho que não era para ser o Sombra da Lua, não que o Sombra da Lua não mereça, mas tinha saveiro de mais importância, de história, dentro do rio do que o Sombra da Lua. Eu acredito que seja assim. O [Saveiro] Vendaval dentro da regata, de qualquer regata dentro do rio, de barra fora, dentro da baía, não tem um saveiro que tenha mais premiação do que o Vendaval . Então tem história para contar. Se você chegar agora na casa do meu tio (Nute) ... ele tem 92 anos, você fica o dia todo conversando com ele. Ele tem história para contar do saveiro dele, porque ele foi nascido e criado dentro do saveiro dele. É igual a Muruim, é igual a Lourão, é igual a Xagaxá, é igual a outros, é igual a João Mérico, até mais. Então porque só o Sombra da Lua? ... Então minha opinião sobre o tombamento do Sombra da Lua, que eu achei que não era para acontecer, porque teve alguns critérios que o IPHAN coloca, o mais velho, o mais histórico, então vamos pesquisar e não chegar lá... vamos dá um nome, Rei do Oriente, Vendaval ou de Xagaxá o Cruzeiro da Vitória estes são os mais velhos, (bate na palma da mão), a gente vai levar os documentos da Capitania dos Portos pegar documentações para mostrar que estes são os mais velhos. Qual o critério agora que vocês vão utilizar para fazer o tombamento e o que necessita mais, ele (IPHAN) vai ter que vir aqui para fazer uma fiscalização para dizer falta isso, isso e isso e agente vai ter que providenciar. ... essa é minha opinião sobre o tombamento do Sombra da Lua, eu acho que foi um tombamento irregular, injusto, mesmo porque tem outros saveiros que tem mais história, não sendo repetitivo, tem outros saveiros que tem mais história do que o Sombra da Lua.

Em 11 de janeiro de 2014, em Coqueiros, Maragogipe, entrevistamos o Sr. Manuelino Cândido Silva, que nos trouxe referências sobre o primeiro Saveiro Sombra da Lua de propriedade de seu pai Júlio Cândido da Silva. Este conteúdo abre novas perspectivas para repensar esta patrimonialização e outras lacunas desse reconhecimento oficial pelo IPHAN:

O Sombra da Lua tem muitos anos (gestos com os dedos), o Sombra da Lua tem, eu tava com.. idade certa, idade certa eu não lembro. Eu estava com a faixa de 20 anos quando foi construído, eu estava na faixa de 20 anos quando fez o Sombra da Lua, eu já estou com 82, vou fazer agora. Porque tem outro o Sombra da Lua, o de agora é de Capanema, não é o Sombra da Lua de papai, o de papai era saveiro de 400 e tantos sacos de farinha, foi vendido por 136 contos. Tinha Mestre Dudu. .. agora o ano certo não sei não...

Ilustração 25: Manuelino Cândido(filho)/ Ilustração 26:Júlio Cândido da Silva (pai)



Fonte: Família de Júlio Cândido.

O Sr. Manuelino Candido continua sua narrativa nos dizendo que:

Esse saveiro que eles dizem ser o Sombra da Lua, esse saveiro é um saveiro selado de Capanema, de Capanema. Sombra da Lua, quando vez este de Capanema, o Sombra da Lua já tinha vendido há muitos anos já (gesto com os dedos). O Sombra da Lua já tem uma faixa de uns foi feito de uns 60 anos. Não se sonhava fazer nem o saveiro de Vicente, o Vendaval. O Vendaval, que é um saveiro de 50 e tantos anos.. Eles estão apresentando o saveiro como se fosse o Sombra da Lua como se fosse o Sombra da Lua. Esse Sombra da Lua é o de Capanema. O Saveiro de Capanema é

saveiro de uns umas 15 toneladas. O Sombra da Lua (1º barco) era de mais de 20 toneladas... Foi vendido, veja naquele tempo, por 136 contos... papai vendeu ele e fez outro, fez o saveiro teimoso. Teimoso era saveiro de 300 sacas de farinha, 15 toneladas. Foi o que eu vendi ao rapaz ali chamado “Lourão”, foi pro fundo no Portal de Itaparica, bateu. Foi uma fase que acabou de fazer o Sombra da Lua e o Saveiro Sol, imitando o tamanho do Sombra da Lua (atual). O Sombra da Lua (1º Sombra) era um saveiro mais cargueiro (...) Esse que eles dizem que é o Sombra da Lua, não é o Sombra da Lua velho, esse é de Capanema, o outro é daqui (Coqueiros – Maragogipe)... (participação de familiares na conversa)...

A partir dessas informações, empreendemos pesquisa junto aos arquivos da Capitania dos Portos da Bahia e constatamos a existência de registro de 07 (sete) embarcações que trazem o nome Sombra da Lua. Destas, destacamos uma de propriedade de Júlio Cândido de Souza, construída na década de 40, em Coqueiros, distrito de Maragogipe, e a embarcação tombada outrora de propriedade do Mestre Bartolomeu Brito, registrada na Capitania dos Portos, em 1977, o que nos possibilita a construção de quadro comparativo entre os dois saveiros com o mesmo nome (Quadro 01).

Quadro 01 - Comparação entre os saveiros Sombra da Lua

Nome	SOMBRA DA LUA	SOMBRA DA LUA Patrimonializado
Numero de Registro na Capitania dos Portos da Bahia	(...) 2004 (dados Etnográficos)	200106-15800
Proprietário	Júlio Cândido de Souza (Falecido)	Bartolomeu Brito (1º dono) Associação Viva Saveiro (atual dono)
Mestres	Dudu e Santinho (Falecidos)*	Bartô e Jorge (vivo até o presente – 2014)
Carpinteiro	Tércilio \ Dadinho (Falecidos)*	José Simão
Local de Construção*	Coqueiros - Maragogipe, (BA)	Capanema (BA)
Data de Registro Capitania dos Portos da Bahia	Década de 40, século XX	03/04/1977

Data de fabricação *	Década de 40	Década de 60 a 70
Construção *	Barco Torrado	Barco Selado
Carga *	20 toneladas*	14 a 15 toneladas
Comprimento	14 metros*	12,50 metros

Fonte: Trabalho de campo.

Mestre Renato ratifica o que foi colhido na entrevista com Sr. Manuelino Candido, que é tio do mesmo, e traz as seguintes argumentações:

O Sombra da Lua foi de meu avó. O Sombra da Lua deve ter seus 50 anos exato. O Sombra da Lua gozou este nome que foi do meu avó, não é esse Sombra da Lua que tem poucos anos. O Sombra da Lua que foi do meu avó tem 82 anos para frente, foi construído com o pessoal daqui mesmo. Eles (Viva Saveiro) fizeram com a mídia deles uma história do Sombra da Lua. Eles tombaram para que estavam com o patrimônio nas mãos, mas não é tão bem assim como eles dizem, o Sombra da Lua é isso, aquilo... Tem barco que é mais velho do que o Sombra da Lua. O Sombra da Lua foi feito outro dia, gozou o nome desse Sombra da Lua em reforma. Era do meu avó, vou pegar algumas coisas do Sombra da Lua dos meus tios, o Sombra da Lua não é nada disso, esse deve ter seus 40 anos. (João Mérico completa: ele tem seus 46 anos). Colocaram o nome porque é bonito na mídia, foi quando eles colocaram o nome Sombra da Lua, eu pedir a Teco para colocar no meu o nome de "Paraguaçu VI" para preservar o nome de nosso rio, para dar continuidade a nossa cultura.

Neste aspecto, constatamos que não ocorreu pesquisa de campo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional⁴⁹, que poderia revelar a posição dos saveiristas sobre a indicação do saveiro Sombra da Lua ou outro de suas preferências. Fato que revelaria a importância deste na memória dos saveiristas, a preocupação em reconhecer de comum acordo esta embarcação, a discussão sobre o tombamento do saveiro enquanto objeto coletivo e não apenas um exemplar, o saber fazer que envolve diversos tipos de ofícios (o mestre, o saveirista, o carpinteiro, o calafetai e outros) e as condições dos saveiros atualmente, que necessitam de recursos para continuar essa história e as memórias.

Desta forma, o tombamento dessa embarcação tem sérias lacunas, que destoam totalmente dos postulados da Ética do IPHAN, que busca observar como se encontra

⁴⁹ Em geral, existe muito pouco envolvimento de grande parte das pessoas na construção dos significados e objetos patrimoniais. Daí também sua grande negligência/esquecimento, desconhecimento e abertura de caminho para a tirania do saber histórico e/ou de alguns especialistas (TEDESCO, 2004, p. 89).

sobejamente distutido em seus documentos oficiais. Não obstante a postura do tombamento nos parece precipitado e perigoso.

Precipitado por não ter tomado como instância de descoberta e verificação a pesquisa etnográfica, incluindo as análises processuais, os contrapontos que poderiam revelar as relações sociais por um prisma multifacetado, com depoimentos de diferentes sujeitos que fazem parte da cadeia de existência dos saveiros (ideia incompleta). Identificando documentação consistente para dotar este registro, não apenas para uma embarcação, mas para o seu conjunto, propiciando também política pública específica para a preservação do saber, do fazer e do saber fazer que envolve este objeto cultural.⁵⁰(idem)

Em nossa avaliação a atuação do IPHAN também foi temerária, pois revelou uma supervalorização técnica dos agentes e consultores desta instituição, em detrimento dos cidadãos, representados pelos saveiristas. Posição que revelou ainda os resquícios do Estado Novo, com sua hierarquização, valorização extrema dos conhecimentos acadêmicos, como únicos dotados de expertise para estruturação e organização dos documentos, os procedimentos para julgar este assunto e estabelecer o resultado do pedido de registro nos livros da instituição.

Compreendemos que o IPHAN, como representante oficial do governo federal, agiu de forma não articulada, esquecendo-se dos seus próprios documentos de preservação do patrimônio cultural no país, se falendo apenas de informações geradas do senso comum, que privilegiava um discurso de uma suposta “autenticidade”, sem real verificação institucional.

Entretanto, em outros processos de patrimonialização o IPHAN atuou de forma muito diferente em outros registros, como por exemplo, do reconhecimento do acarajé como patrimônio cultural, quando inúmeras pessoas foram convidadas a participar com seus discursos para tecer argumentações sobre o registro da iguaria africana.

No caso específico do Saveiro Sombra da Lua⁵¹ ficou patente nos atos burocráticos envolvendo Decretos e Leis, a expertise dos acadêmicos das áreas da história e antropologia.

⁵⁰ Precisamos vincular as discussões sobre identidade a todos aqueles processos e práticas que têm perturbado o caráter relativamente "estabelecido" de muitas populações e culturas: os processos de globalização, os quais, eu argumentaria, coincidem com a modernidade (HALL, 1996), e os processos de migração forçada (ou "livre") que têm se tornado um fenômeno global do assim chamado mundo pós-colonial. As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Têm a ver não tanto com as questões "quem nós somos" ou "de onde nós viemos", mas muito mais com as questões "quem nós podemos nos tornar", "como nós temos sido representados" e "como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios" (HALL, SILVA & WOORWARD, 2012, p. 108).

⁵¹ A Portaria no. 75 de 19 de junho de 2012 homologa o tombamento do Saveiro de Vela de Içar, de nome Sombra da Lua, no Recôncavo Baiano, no estado da Bahia.

Vale salientar que boa parte dos documentos arrolados, menciona diferentes estratégias para a participação popular, infelizmente aspectos desconsiderados pelos agentes oficiais envolvidos.

Assim, refletir sobre este tombamento nos parece extremamente pertinente, pois possibilita observar que em pleno século XXI, momento que se busca a participação popular, especialmente no que tange aos registros dos patrimônios culturais neste país, ainda temos um abismo entre os aspectos conceituais e as ações práticas.

Desta forma, precisamos rever a Ética que envolve as instituições como o IPHAN que, em algumas ocasiões, não conseguem transitar entre a produção de seus documentos e a aplicação desses nos momentos necessários, repercutindo ações hierarquizadas e alheias às comunidades que são os sujeitos a serem “beneficiados” com estas ações.

Logo, consideramos que o IPHAN deveria, em outros processos de tombamento, estabelecer critérios mais consistentes, buscando nos agentes sociais, maiores informações para reconhecer um bem como objeto a ser patrimonializado. Com este procedimento ocorrerão outros desfechos, que privilegiem o saber, o fazer e o saber-fazer. Postura que muito contribuirá para a qualificação do conhecimento tradicional, fortalecimento da cidadania e elevação da autoestima, especialmente das pessoas simples, que a todo instante desenvolvem e adotam “táticas” que lhes permitem sobreviver nos limites impostos pelo conjunto de fatores sociais.

CAPÍTULO 8. BORDEJOS FINAIS

A política (no sentido mais amplo de relações, suposições e disputas relativas ao poder) é o que vincula valor e troca na vida social das mercadorias. (APPADURAI, 2008, p.78)

Esta dissertação buscou identificar e compreender o papel que os saveiros desempenham na memória, história, no transporte naval, assim como nas mudanças e adaptações que processaram nas últimas décadas. Para tal foi necessário conhecer as imagens dos saveiros e relações socioeconômicas de seus operadores (saveiristas e demais profissionais), que vivenciam diariamente as lides nos saveiros. Nossa intenção foi de conhecer esses aspectos para incorporar à discussão sobre a patrimonialização do Saveiro Sombra da Lua.

Para conseguir nossos objetivos fizemos uso da *observação participante*, que nos permitiu ultrapassar as fronteiras dos documentos oficiais e estabelecer conexões com o cotidiano e pensar dos saveiristas e de outros sujeitos, para constatar que os documentos que fundamentam as ações do IPHAN desde 1937, e, que são reconhecidos como parâmetros para outorga de locais, objetos e manifestações como patrimônio cultural, se tornaram frágeis no momento de sua utilização, no que tange ao caso específico do tombamento do Saveiro Sombra da Lua.

Desta forma, o Capítulo 1. *O Mapa, o Projeto* trouxe para discussão o panorama das agências envolvidas, preparando o leitor a compreender as relações entre o pesquisador e o objeto pesquisado, que se pautavam em construir diferentes contrapontos para situar o processo de patrimonialização em questão. Para permitir sustentação à pesquisa, o Capítulo 2. *Os Processos Metodológicos: Os Percalços da Pesquisa* buscou esclarecer o fazer antropológico, que está repleto de variáveis, que podem ou não contribuir, mas que sempre são importantes para compreender a construção da etnografia.

O Capítulo 3. *Os Referenciais para o Embarque*, subdivididos nos Referencial Teórico Conceitual, Referencial Histórico-Jurídico-Patrimonial e Autenticidade: quem escolhe e como é autenticado o Patrimônio Cultural, buscou nortear a patrimonialização a partir das lentes da antropologia. Buscamos também compreender a construção dos referenciais de salvaguarda do patrimônio cultural para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Este

possibilitou nortear o capítulo 4. *Os Saveiros e suas Imagens: Percepções Temporais* baseou-se no uso de imagens dos séculos XVI ao XXI, para apresentar a construção da imagem dos saveiros em meio a diferentes processos. Imagens que retratam costumes, modos, pessoas e especialmente o saveiro e sua presença no Recôncavo baiano e em diversos cais e rampas de Salvador.

Estruturamos o Capítulo 5. *As Relações entre os Saveiros, a Baía de Todos os Santos e Salvador*, para permitir ao leitor compreender uma imersão nas complexas relações entre estes sítios e a utilização dos saveiros como meio de transporte. No Capítulo 6. *Os Homens das Águas: Os Saveiristas*, o objetivo foi conferir a visibilidade a um dos agentes que dão vida aos saveiros, profissionais que vem construindo uma trajetória com altos e baixos, e que até o presente estão invisibilizados em publicações que se restringem a apresentar o objeto, saveiro, com desprezo para os que são a razão deste existir e resistir às mudanças.

O Capítulo 7. *O Tombamento do Sombra da Lua: Entre Ética, Estratégia e Tática*, foi dedicado a discutir as premissas e os papéis de três agências, o IPHAN, a Associação Viva Saveiro e Associação dos Saveiros de Vela de Içar da Bahia, e suas perspectivas, articulação e poder.

Conclusivamente, acreditamos que os documentos arrolados neste tombamento, assim o foram para constar tecnicamente no processo que se iniciou em 2010 e finalizou em 2012, mas que não trouxe para este registro, conteúdos que permitissem uma sólida base teórico-metodológica para análise do objeto a ser tombado.

Destacamos como o principal e sério equívoco a ausência de pesquisa etnográfica sobre o objeto Sombra da Lua, pois o Estado-Nação apenas se sustentou em informações superficiais da instituição que solicitava o tombamento, negligenciando fontes históricas, jurídicas e etnográficas.

Vale ressaltar que o governo brasileiro passou décadas sem realizar ações oficiais de preservação do patrimônio naval e durante vários períodos estas realizações foram construídas por pessoas físicas que preservaram de muitas formas as referências das embarcações por compreender a importância para posteridade.

Apenas no ano de 2008 o governo criou o Projeto Barcos do Brasil, em parceria com inúmeras instituições federais, para lhe oferecer sustentação logística e financeira, fato que nos leva a refletir sobre a "ética e a política" do Estado. Percebemos que a partir daquele momento, o governo brasileiro se apossou de diferentes experiências em processo no país para envolver em suas políticas públicas, o que nos parece algo preocupante, pois revela uma racionalidade alicerçada em autoritarismo, hierarquização e distanciamento, tudo aquilo que

os documentos de salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro busca se distanciar. Oliveira (1996) nos traz um relevante esclarecimento sobre o poder do estado.

Em países como o Brasil onde o Estado é o todo poderoso provedor de recursos para a pesquisa, aplicada ou não, a sua democratização é tão importante para assegurar condições de viabilidade das comunidades de argumentação de que me referi, e de outras que operem no plano das decisões sobre o uso e distribuição desses recursos, tanto quanto é igualmente importante para a implementação de transformação da realidade social (OLIVEIRA, 1996, p. 29).

Salienta-se que a Associação Viva Saveiro, com sua expertise, contribuiu para processos de salvaguarda dos saveiros, pois sem seu pedido esses estariam ainda mais esquecidos dos governos (municipal, estadual e federal). Sua participação neste contexto foi também de protagonista, pois as informações oferecidas ao Estado-Nação privilegiava o objeto de sua propriedade, que foi apresentado com mais de 83 anos em alguns documentos arrolados no processo do IPHAN.

Entretanto, a pesquisa etnográfica junto aos saveiristas de Coqueiros-Maragogipe traz a tona vários aspectos que colocam em questão a patrimonialização do saveiro Sombra da Lua, na medida em que aqueles saveiristas questionam a historicidade e autenticidade desta embarcação em comparação com outras. Fato constatado na pesquisa realizada na Capitania dos Portos da Bahia, Seção de Registro de Embarcações, local que encontramos a existência de 07 (sete) embarcações registradas, no século XX, com o nome "Sombra da Lua", sendo duas em destaque, uma registrada na década de 40 e outra na década de 70.

A primeira, de propriedade do Sr. Julio Cândido da Silva, embarcação que foi vendida na década de 60, do século XX, para o sul da Bahia e que não temos notícias de sua posterior trajetória. E a segunda, registrada em 1979, de propriedade do Sr. Bartolomeu Brito, embarcação que foi comprada pela Associação Viva Saveiro em 2008, restaurada e apresentada ao IPHAN como tendo 83 anos para ser tombada.

No que tange a Associação dos Saveiros e de Vela de Içar da Bahia, criada em abril de 2013, essa é fruto do desgaste que a comunidade de saveiristas de Coqueiros teve com o reconhecimento do citado objeto, que foi tombado em detrimento das demais embarcações e seus donos, tripulação e familiares. Aqueles ficaram extremamente perplexos com o reconhecimento do Saveiro Sombra da Lua, sem ter algum tipo de "aceite" dos saveiristas de Maragogipe, local que abriga a grande maioria destes barcos.

Desta forma, esta etnografia buscou contrapontos para desvelar e compreender o jogo de poder das instituições elencadas. Constatamos que o processo de tombamento invisibilizou

e desumanizou a figura dos saveiristas, dos demais saveiros; criou celeumas sérias entre os saveiristas de Coqueiros-Maragogipe (Ba), a Associação Viva Saveiro e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, aspecto que mancha este último, pois espera-se sempre um trabalho técnico de alto nível para reconhecimento de um bem cultural, mas que neste caso o ganho "politico-midiático" se mostrou mais lucrativo para o Estado.

A legislação sobre o Patrimônio nos traz uma importante passagem que se centra na construção da cidadania, referência que se destaca e que fortalece ainda mais nossa crítica construtiva a este processo de patrimonialização. Este documento revela:

No mundo contemporâneo, preservar o patrimônio cultural é uma questão de cidadania. Todos os brasileiros têm o direito à memória, mas têm também o dever de zelar pela salvaguarda de nossos bens históricos para as atuais e futuras gerações. O conhecimento da legislação, é condição indispensável a essa tarefa, para que o Brasil possa se reconhecer no futuro como uma nação que preserva seu passado (LEGISLAÇÃO sobre o patrimônio, 2010, p.12).

Assim, ressaltamos que os aportes teóricos, históricos e jurídicos sobre o patrimônio cultural no Brasil criados pelo IPHAN, caso fossem tecnicamente revistos no processo do tombamento do saveiro em questão, poderiam potencializar ainda mais os esforços que envolvem o Projeto Barcos do Brasil.

Em virtude da ausência de uma aplicabilidade mais bem definida, este tombamento gerou informações truncadas, que foram reproduzidas e que passam a ser "verdades"; crises dentro e entre os agentes - saveiristas - com a Associação Viva Saveiro e mesmo desconfiança sobre este ato realizado pelo IPHAN.

Ao mesmo tempo que os sujeitos envolvidos reconhecem a autoridade do IPHAN no que tange à patrimonialização de um objeto, entretanto, esperam o retorno desta agência oficial para que possa ocorrer demais políticas públicas para salvaguardar os bens culturais materiais e imateriais, para que a patrimonialização tenha plena realização entre os saveiristas, calafates, carpinteiros navais e demais profissionais ligados ao cotidiano embarcações.

Assim, compreendemos que realizar esta etnografia se tornou um exercício antropológico que se debruça em compreender as "éticas", os campos de poder e suas disputas, assim como refletir sobre o instrumento do tombamento. Enfatizamos que, em vista do tombamento do Saveiro Sombra da Lua, faz-se necessário refletir sobre as políticas públicas concretas para salvaguarda do patrimônio naval, que poderia ter continuidade com projetos como Barcos do Brasil.

Entretanto, esses projetos de salvaguarda do patrimônio naval deveriam ser elaborados buscando aportes orçamentários, estratégias de coleta de dados etnográficos,

bibliográficos e jurídicos. Pilares que melhorariam sensivelmente a atuação dos governos e da iniciativa privada junto às populações e seus patrimônios navais.

Destacamos ainda que durante a pesquisa constatamos a existência de uma lacuna na salvaguarda dos conhecimentos tradicionais navais nos níveis estadual e municipal. Verificamos completa ausência de programas e projetos do Governo do Estado da Bahia e das prefeituras municipais (Salvador, Cachoeira, São Félix, Maragogipe, Itaparica e outras prefeituras) para com objetos como os saveiros, embarcações que durante mais de quatro séculos foram responsáveis por transações econômicas e consequentes desenvolvimentos municipais e que, conseqüentemente, fazem parte das histórias locais destes sítios. Ações que poderiam reverter o processo de extinção deste patrimônio cultural, que muito diz sobre a formação do povo baiano.

Ressaltamos a necessidade da participação da iniciativa privada, que muitas vezes utiliza a imagem dos saveiros e dos profissionais que estão diretamente ligados a este ofício, e pouco ou nada contribui para suas existências. Apenas com o papel ativo dos governos e da iniciativa privada teremos salvaguardado o saber, o fazer e o saber-fazer de saveiristas, carpinteiros navais, calafates e outros, que com qualidade de vida, poderão transmitir seus conhecimentos de forma plena para gerações futuras. Saberes que certamente revelarão ainda mais o potencial da Baía de Todos os Santos com suas transformações, riquezas e potencial antropológico.

O estudo de caso do tombamento do Saveiro Sombra da Lua vem contribuir para dar seguimento às reflexões sobre os processos de salvaguarda dos bens culturais, que estão a todo o momento em risco de perda, fruto de séculos de negligência do Estado-Nação. Esperamos que esta etnografia possa ser discutida em diversos fóruns, para que os bens culturais e as pessoas que lhes dão vida possam experimentar a cidadania tão falada e pouco efetiva no cotidiano.

Que venham outros ventos trazendo à área do patrimônio cultural novas práticas e, conseqüentemente, provocativas e duradoras posturas patrimoniais!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina. A patrimonialização das diferenças: usos da categoria “conhecimento tradicional” no contexto de uma nova ordem discursiva In. *Inovação Cultural, Patrimônio e Educação*. Recife, 2008.

_____. Patrimônio cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. FILHO et all (Org.). Blumenau: Nova Letra, 2007, pp. 263 a 285.

_____. Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação de antropólogos nas questões do patrimônio. Rio de Janeiro: Seminário Quando o Campo é o Arquivo - CPDOC/FGV, 2004.

_____. Regina e LIMA FILHO, Manuel. La Antropologia y el Patrimonio Cultural en Brasil. *Revista Colombiana de Antropologia*, v. 46(I), p. 133-155, 2010.

_____. A patrimonialização das diferenças: usos da categoria. In: Barrio, Ángel Espina; Motta, Antonio; Gomes, Mário Hélio. (Org.). *Inovação Cultural, Patrimônio e Educação*. 1 ed. Recife: Massangana, 2010, v. 1, p. 65-79.

AGOSTINHO, Pedro. *Embarcações do Recôncavo: um estudo de origens*. Salvador: 1973.

ANDRADE, Adriano Bittencourt. *O Outro lado da baía: a gênese de uma rede urbana colonial*. Salvador: EDUFBA, 2013.

ANJOS, Martina Rodrigues. *Avaliação da Superfície do Pavimento da Rodovia BR-324 no trecho Feira de Santana - Amélia Rodrigues*. Universidade Estadual de Feira de Santa - Departamento de Tecnologia, 2008 (Dissertação de Mestrado).

APPADURAI, Arjur. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Rio de Janeiro: EDUFF, 2008.

ARANTES, Antonio Augusto. *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papirus, 2000.

ARCHENAVE – Comissão de Arqueologia, História e Etnologia Naval. *Patrimônio Cultural Naval do Brasil*, 1ª Ed. Brasília, Banco Central do Brasil, 1990. Sphan/Pró-Memória – Ministério da Cultura.

BACELAR, Jeferson & PEREIRA, Cláudio. *Bahia Negra na Coleção Museu Tempostal*. Salvador: P555, 2006.

BAHIA, Secretaria de Indústria e Comércio. IPAC – BA – *Inventário de Proteção do Acervo, Monumento e Sítios do Recôncavo*, I parte, 2ª Ed. Salvador, 1982.

BAUMAN, Zygmunt. *Ética Pós-moderna*. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. *Ensaio sobre o conceito de Cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BELLINI, Maria Helena. *Viva a Baía de Todos os Santos*. Perini, s/d.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes*. São Paulo: Metalivros, 1994.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Iconografia Baiana do Século XIX*. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005.

BRITO, Cristóvão de Cassio da Trindade. A Petrobrás e a Gestão do Território do Recôncavo Baiano. Salvador: EDUFBA, 2008.

BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.) Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição. Textos de Milton Santos, Luiz Aguiar Pinto e Thales de Azevedo, dentre outros. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia, Universidade Federal da Bahia, 1981.

_____. Uma Proposta de Valorização do Centro de Salvador. In: GOMES, Marco Aurélio A. de. “Pelo Pelô – História, Cultura e Cidade. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, UFBa, Salvador, 1995.

BOCCA, Pedro. Carta para solicitação de Tombamento ao IPHAN. 20 de Outubro de 2010.

_____. História resgatada do saveiro Sombra da Lua. Texto de Pedro Bocca, presidente da Associação Viva Saveiro. s/d.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2001.

CAMARA, Almirante Antonio Alves. Ensaio sobre as Construções Navaes Indígenas do Brasil. Rio de Janeiro/São Paulo/Recife:Ed. Nacional, 2ª Ed.,1937.

CAMUS, Albert. Diário de Viagem: a visita de Camus ao Brasil. Rio de Janeiro: Editora Record, 1978.

CANTARINO, Carolina. Quando os Deuses se materializam. Revista Eletrônica do IPHAN, s/d.

CAROSO, Carlos. TAVARES, Fátima & PEREIRA, Cláudio. Baía de Todos os Santos: Aspectos Humanos. Salvador: EDUFBA, 2011.

CARVALHO, Celso Junior. A criação da Petrobras nas páginas dos jornais O Estado de São Paulo e Diário de Notícias. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, 2005.

CASCUDO, Luis da Câmara. Jangada. Rio de Janeiro: Editora Letras e Artes, 1964.

CASTRIOTA, Leonardo Barci, Conservação e valores: pressupostos teóricos da política para o patrimônio In. CORREA & GOMES. Reconceituações contemporâneas do patrimônio. Salvador: Edufba, 2011.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. Petrópolis:Vozes, 2012.

CHAGAS, Mário & ABREU, Regina (Orgs). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: A Experiência Etnográfica: a antropologia e literatura no século XX. 2002.

COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras. 2006.

CORREIA, Alexandre Fernandes. Patrimônios bioculturais na hipermodernidade: a crise dos critérios de autenticidade. PASOS Revista de Turismo y Patrimônio Cultural. Laguna: Universidade de La Laguna – Espanha, 2007.

CORREIO DA BAHIA. Vida, vento, vela leva-se daqui. 18 de janeiro de 2009.

- COSTA, António Firmino. Identidades Culturais Urbanas em época de Globalização. Caxambu: XXV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - Anpocs, 2002. (Conferência)
- COUTO, Ronaldo Graça & PALMER, Rothiere Duarte Kelvin de. Embarcações Típicas do Brasil. Rio de Janeiro, 1985.
- DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. Biblioteca Virtual da Universidade de São Paulo, 2013.
- DIAS, José Luciano de Mattos, QUAGLINO, Maria Ana. A questão do petróleo no Brasil: uma história da PETROBRAS. Rio de Janeiro: CPDOC: PETROBRAS, 1993.
- DINIZ, Francisco & MACHADO & Ângela. Os últimos saveiros da Bahia. Salvador: IRDEB, 1997.
- ERIKSEN, Thomas Hylland & NIELSEN, Finn Sivert. História da Antropologia. Petrópolis: Vozes, 2010.
- FARIA, Sérgio Fraga Santos. A contribuição da Baía de Todos os Santos: aspectos históricos e Etnoecológicos In: Baía de Todos os Santos: Aspectos Humanos. Salvador: EDUFBA, 2011.
- FERREZ, Gilberto. Bahia: velhas fotografias 1858-1900. Rio de Janeiro: Kosmos, 1998.
- FILHO, Dalmo Vieira. Patrimônio Naval Brasileiro. Versão em revisão. s/d.
- FILHO et all (Org.). Blumenau: Nova Letra, 2007, pp. 263 a 285.
- _____. Regina e LIMA FILHO, Manuel. La Antropologia y el Patrimonio Cultural en Brasil. Revista Colombiana de Antropologia, v. 46(I), p. 133-155, 2010.
- FILHO, Manuel Ferreira Lima; ABREU, Regina Maria do Rego Monteiro de. A Antropologia e o Patrimônio Cultural no Brasil. In: Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos. FILHO et all (Org.) Blumenau: Nova Letra, 2007, pp. 21 – 43.
- FIRMO LUCIANO, Fernando. Transformações do trabalho e dos trabalhadores do aço na Acesita. Tese de Doutorado. Brasília. UnB/PPGAS/DAN, 2013.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo. Ed. UFRJ. Rio de Janeiro, 2006.
- _____. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural In: Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. ABREU, Regina & CHAGAS (Orgs.). Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- GEERTZ, Clifford. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 2012.
- GODOY, Paulo. Uma reflexão sobre a produção do espaço. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 2004.
- GOMES, Marco Aurélio A. de F. & CORRÊA (Orgs). Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio. Salvador: EDUFBA, 2011.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.
- _____. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro, 2007.

_____. Teorias Antropológicas e objetos materiais. In: Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. MinC. IPHAN. DMCC. (Museus, Memória e Cidadania). Rio de Janeiro, 2007, pp. 13 a 42.

_____. A alma das coisas: patrimônio, materialidade e ressonância. Rio de Janeiro: Mauá X:Faperj, 2013.

_____. Autenticidade, memória e ideologias nacionais In. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, nº2, 1988.

_____. O jogo da autenticidade: nação e patrimônio cultural no Brasil. In: Ideólogos do patrimônio cultural. Rio de Janeiro: IBPC, 1991.

GONZAGA, Armando. Análise especializada sobre madeiras utilizadas na carpintaria naval. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Programa Barcos do Brasil. Brasília, 2010.

GUEDES, Max Justo. A navegação à vela no litoral Brasileiro, In: História Naval Brasileira. Vol. I, Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro, 1975.

HARVEY, David. Espaços de esperança. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HALL, Stuart, SILVA, Thomas Tadeu da. & WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2012.

HERKENHOFF (Org.). O Brasil e os Holandeses 1630-1654. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999.

HISTORIA NAVAL BRASILEIRA. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1993. V. I. Tomo I B.

HUTTER, Lucy Maffei. Navegação nos Séculos XVII e XVIII. Rumo: Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

IPHAN, A Trajetória da Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil. 2010.

_____. Cartas patrimoniais: Recomendações Paris. Paris. 2003.

_____. Centro Histórico de Salvador, Programa de Recuperação – Salvador, Currupio, 1995.

INSTITUTO MOREIRA SALES. Panoramas: a paisagem brasileira no acervo do Instituto Moreira Salles. São Paulo: FAAP, 2012.

JACOBS, Jane. Morte e vida das grandes cidades americanas. São Paulo: Martins Fontes: 2001.

JUNIOR, Alfredo Boulos. História do Brasil: Império e República. São Paulo: FTD, 1995.

LATUR, Bruno. Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador: EDUFBA, 2012.

LEÃO, Elisângela Conceição Dantas. KIRIMURÊ – Núcleo de Estudos Náuticos da Baía de Todos os Santos. Trabalho final de Graduação. Salvador: 2008.

LEFEBVRE, Henry. O Direito a Cidade. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

_____. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

_____. A Produção do Espaço. Paris: Anthropos, 4e, 2000.

LEGISLAÇÃO SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL. Câmara dos Deputados. Brasília: Edições Câmara, 2010.

- LEVASSEUR, Émile. O Brasil. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2000.
- MACHADO, Livian. Bahia resgata a cultura dos saveiros. Tribuna da Bahia, 28 de março de 2009.
- MARINA, José Antonio. Ética para Náufragos. Rio de Janeiro: Guarda-Chuva, 2009.
- MAESTRI, Mário. História da África negra pré-colonial. Porto Alegre: 1988. p. 122.
- MARTINS, Paulo César Garcez. Através da Rótula. Sociedade e Arquitetura Urbana no Brasil, séculos VXII a XX, USP/FFLCH, 2001.
- MASCARENHAS, Claudio de Carvalho & PEIXOTO, José Augusto. Saveiros de Vela de Içar: 400 anos de história Ameaçadas, Potencialidades e Propostas. Revista VeraCidade – Ano IV, nº5, Outubro, 2009.
- MATOSO, Kátia M de Queiroz. Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- MATTEDI, Maria Raquel Mattoso, BRITO, Marusia Rebouças & BARRETO, Suele Santos. Salvador: O processo de Urbanização. Salvador, 1978.
- MELLO, Luis Gonzaga de. Antropologia Cultural: iniciação, teorias e temas. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MENDES, Luis. Movimento de Patrimonialização e a Emergência de Novas Procuras de Nobilitação Rural. Coimbra: Coimbra University Press - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, 2009.
- MILLER, Joseph C. O Atlântico Escravista: Açúcar, Escravos e Engenhos. Salvador: Revista Afro-Ásia - Centro de Estudos Orientais - UFBA, 1997.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. Programa Barcos do Brasil. BRASILIA: MINC. 2008.
- MINTZ, Sidney. O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003.
- MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: O espaço da diferença. Antonio A. Arantes (Org.). Campinas, SP: Papirus, 2000, pp. 254 a 287.
- NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. Dez freguesias da Cidade do Salvador. Aspectos Sociais e Urbanos do século XIX. Fundação Cultural do Estado da Bahia, Salvador, 1986.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de & OLIVEIRA, Luís R. Cardoso. Ensaio Antropológico sobre Moral e Ética. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- _____. O Ofício do Antropólogo, ou como desvendar evidências simbólicas. Brasília: Universidade de Brasília - Departamento de Antropologia, 2007.
- ORBIGNY, Alcide d'. Viagem pitoresca através do Brasil. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.
- PAIVA, Eduardo França. História & Imagens. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- PARDAL, Paulo. Carrancas do São Francisco. Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro, 1981.
- PEDRÃO, Fernando. A Baía de Todos os Santos na realidade do imaginário da sociedade baiana In: Baía de Todos os Santos: Aspectos Humanos. Salvador: EDUFBA, 2011.

- PÉREZ, Xerardo Pereiro. Patrimonialização e Transformação das Identidades Culturais., em Portela, J, Castro Caldas, J. (Coords.): Portugal Chão. Oeiras: Celta editora, PP. 231-247
- QUADROS, Sylvia. Saveiros nos ventos do tombamento. Correio da Bahia. 05 de setembro de 2010.
- REIS, Nestor Goulart. Patrimônio cultural e problemas urbanos In. CORREIA & GOMES. Reconceituações contemporâneas do patrimônio. Salvador: Edufba, 2011.
- REVISTA VEJA – Arquitetura: O Pelourinho de Pé, 31 de março de 1993.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Homens Lentos, Opacidades e Rugosidades In: Movimentos sociais urbanos. São Paulo: UNESP, 2008.
- RODRIGUES, Donizete. Patrimônio Cultural, Memória Social e Identidade: uma abordagem antropológica. Lisboa: Universidade da Beira Interna, s/d.
- SAHLINS, Marshall. Ilhas de História. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- _____. Cultura e Razão Prática. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. 50 anos de urbanização - Salvador da Bahia no século XIX. Rio de Janeiro: Versal, 2005.
- SANSONE, Livio (Org.) Memórias da África: patrimônios, museus e políticas das identidades. Salvador: EDUFBA, 2012.
- _____. (Org.). A Política do Intangível: museus e patrimônios em novas perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2012.
- SANTOS, Alexandre. Cultura dos saveiros resiste aos novos tempos. A TARDE, 20 de janeiro de 2009.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda. Memória Coletiva e Teoria Social. Lisboa: Imprensa Universidade de Coimbra, 2003.
- SCHOY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. 3. Ed. São Paulo: UNESP, 2006.
- SELLING, Junior. A Bahia e seus veleiros. Serviço Geral da Documentação da Marinha, Rio de Janeiro, 1976.
- SERRA, José Trindade Ordep. O Simbolismo na Cultura. Salvador: EDUFBA, 1991.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras. São Paulo: EDUSP, 2000.
- SILVA, Sandra Siqueira. A patrimonialização da Cultura como forma de desenvolvimento: considerações sobre as teorias do desenvolvimento e o patrimônio cultural. Aurora: São Paulo, 2011.
- _____. Patrimonialização, cultura e desenvolvimento. Um estudo comparativo dos bens patrimoniais: mercadorias ou bens simbólicos? Rio de Janeiro: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, PPG-PMUS UNIRIO/MAST, 2012.
- SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da & FILHO, Manuel Ferreira Lima. Por uma antropologia do objeto documental: entre a "a alma nas coisas" e a coisificação do objeto. Porto Alegre: horizontes Antropológicos, 2005.

SMARCEVSKI, Lev. Graminho: A alma do Saveiro. Org. Bruno Furrer, versão para o inglês H. Sabrina Gledhill. 2ª Ed. Salvador: Governo do Estado da Bahia / Odebrecht / Centro Náutico da Bahia – CENAB, 2001.

SOTO, Willian Héctor Gómez. Espaço e política em Lefebvre. Pensamento Plural, Pelotas. 2008.

TAMASO, Izabela. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios. In: Sociedade e Cultura. V.8, n.2. Goiânia: Departamento de Ciências Sociais, FCHF/UFG, 2005, pp. 13 a 36.

TAVARES, Odorico. Bahia: imagens da terra e do povo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

TEDESCO, João Carlos. Nas cercanias da Memória: Temporalidade, Experiência e Narração. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo / Universidade de Caxias do Sul, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia. Evolução Física da Cidade do Salvador. n 12, 1980.

VERGER, Pierre, Retratos da Bahia. Salvador, Ed. Corrupio, 1980.

VIANNA, Marisa. Vou pra Bahia. Salvador: Bigraf, 2004.

VIEIRA, Natália Miranda. Autenticidade X Exploração Imagética do Patrimônio Cultural. Ilha Revista de Antropologia, 2007, p. 275.

WAGNER, Roy. A invenção da cultura. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

ZACARIAS, José Raimundo de Abreu. Os últimos saveiros da Baía, os primeiros do milênio. Escola de Administração da UFBA. Salvador/BA. (Dissertação de Mestrado Profissional).

FILMOGRAFIA

A FEIRA DA BANANA. Direção: Guido Araújo. Fotografia: Farkas, Thomaz; Bodanzky, Jorge. Cinemateca do MAM - Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. 1971. 16'.

A GRANDE FEIRA. Direção: Roberto Pires. Iglu Filmes. 1961. 91'.

A MORTE DAS VELAS DO RECÔNCAVO. Direção: Guido Araújo. Fotografia: Farkas, Thomaz. Embrafilme S.A.. 1976. 23'.

BAHIA DE TODOS OS SANTOS. Direção: Trigueirinho Neto. Fotografia: Bruno Furrer. Ubayara Filmes. 1960, 102'.

MARAGOGIPINHO. Direção: Guido Araújo. Fotografia: Vito Diniz. Salvador (BA). Universidade Federal da Bahia, 1969, 22'.

SENHOR DOS NAVEGANTES. Direção: Alosíó T. de Carvalho. Continental Filmes Ltda. 1964.

SOMBRA DA LUA. Direção: Marcelo Rabelo. 2007. 9'

OS ÚLTIMOS SAVEIROS DA BAHIA. Direção: Ângela Machaco e Francisco Diniz. 1998. 80'.

O VENTO LESTE. Direção: Joel de Almeida. Fotografia: Mush Emmons. Jaguatitica Cinema e Fotografia Ltda/Agência Nacional do Cinema. 2010. 26'.

UM DIA NA RAMPA. Direção: Luis Paulino dos Santos. Fotografia: Waldemar Lima, Marinaldo da Costa Nunes e David da Costa Nunes. Produção: E. R. Fonseca e Primo Carbonari. 1957. 09'.

ANEXOS

Documentos

11.1 Carta da Associação Viva Saveiro solicitando o Tombamento do Sombra da Lua ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 2010

11.2 Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram a união representada pelo Ministério da Cultura (Minc). Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, visando à doação de bens apreendidos para utilização de recuperação de patrimônio cultural Brasileiro. Brasília, 31 de dezembro de 2009.

11.3 Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, para desenvolver ações integradas na operacionalização do “Projetos Barcos do Brasil”, conforme o Protocolo de Intenções para o Projeto Barcos do Brasil, e promover ações conjuntas de salvaguarda, preservação e promoção do patrimônio naval e seu contexto sociocultural e ambiental. Brasília, dezembro de 2008.

11.4 PARECER TÉCNICO. Processo nº 1.615-T-2010 - Tombamento do Saveiro de Vela de Içar, de nome Sombra da Lua, no Recôncavo Baiano, estado da Bahia, 2010

11.5 Homologação do Tombamento do Sombra da Lua – Diário Oficial da União Nº119, quinta-feira, 21 de junho de 2012



IPHAN/PROTOK.SEDE
01450.014843/2010-38
22/10/2010



Salvador, BA, 20 de Outubro de 2010

Ao

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SBN Quadra 2 Edifício Central Brasília 6º andar
CEP 70040-904 Brasília DF

Ilmo. Sr.

Luiz Fernando de Almeida

Presidente do IPHAN

Prezado Senhor

Vimos através desta solicitar ao IPHAN que promova o tombamento do saveiro de vela de içar da Baía de Todos os Santos denominado **Sombra da Lua**.

Este pleito se justifica plenamente tendo em vista a importância desta embarcação para o cenário histórico e cultural da Bahia. Estes barcos aqui aportaram há mais de 400 anos, participando ativamente do desenvolvimento do recôncavo, transportando materiais, produção agrícola e pessoas, participando ativamente da guerra da independência do Brasil e inserindo-se indelevelmente na paisagem e imaginário do povo baiano.

Grandes personalidades das letras e das artes acabaram por eternizá-los através de seus ofícios, como Jorge Amado, Dorival Caymmi, Diógenes Rebouças, Lev Smarcevscki, Pierre Verger e Caribé, entre tantos outros.

Os saveiros de vela de içar, que já somaram mais de 1.500 exemplares em seus tempos áureos, em pouco menos de 100 anos foram reduzidos a apenas 18 embarcações, que ainda navegam pelo recôncavo e os rios Paraguaçu, Guai e Jaguaripe com suas enormes velas de lona costuradas à mão.

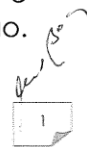
Recebido neste Gabinete

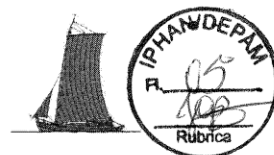
Em 25/10/10

Horas 10:10

Sanaina

RECEBIDO





Este processo de extinção começou a ser estancado com a criação da Associação Viva Saveiro, da qual fazemos parte.

O **Sombra da Lua**, saveiro de madeira, 15 toneladas e mais de 80 anos de serviço, é um dos últimos exemplares originais destas típicas embarcações que ainda hoje preservam uma longa tradição de transporte entre o Recôncavo e a rampa do Mercado Modelo, em Salvador.

Este barco foi adquirido pelo grupo que subscreve esta solicitação quando estava em vias de ser abandonado por seu proprietário, por falta de recursos para restaurá-lo e mantê-lo em atividade. Desde este momento, o objetivo foi preservar esta embarcação para a posteridade e assegurá-lo como um legítimo representante do patrimônio naval baiano e brasileiro. Entendemos que houve aí, já, um primeiro tombamento, embora informal.

Estamos preparados para assumir a responsabilidade representada por esta proposta de tombamento oficial, manter o barco em suas formas originais, assim como a sua elegante presença na paisagem baiana.

Certos de que esta distinção fortalecerá o movimento de resgate e preservação dos últimos saveiros da Baía de Todos os Santos, inspirando ainda outras ações ligadas ao patrimônio e à paisagem cultural brasileira, aguardamos vossa resposta afirmativa.

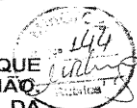
Em nome de toda a Associação Viva Saveiro.

Atenciosamente,


Pedro C. Bocca
 Presidente Associação Viva Saveiro

*Ao Depam
 para obter processo
 de tombamento.*


Luiz Fernando de Almeida
 Presidente do IPHAN



ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DA CULTURA (MinC), MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA), O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA) E INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, VISANDO À DOAÇÃO DE BENS APREENDIDOS PARA UTILIZAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO.

A **UNIÃO**, representada pelo **MINISTÉRIO DA CULTURA**, inscrito no CNPJ sob nº 01.264.142/0002-15, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B" – Brasília/DF, neste ato representado por seu Ministro de Estado, **JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 742.276 – SSP/BA e do CPF nº 232.111.485-15, residente e domiciliado nesta cidade, nomeado pelo Decreto Presidencial de 29 de setembro de 2008, doravante denominado **MINISTÉRIO DA CULTURA**, o **INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**, autarquia federal de regime especial, vinculada ao Ministério da Cultura, criado pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, inscrito no CNPJ sob nº 26.474.056/0001-71, neste ato representado pelo seu Presidente, **LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº M 2.169.075 – SSP/MG e do CPF nº 463.783.166-00, residente e domiciliado nesta cidade, nomeado pela Portaria nº 102, de 8 de fevereiro de 2006, doravante denominado **IPHAN**, o **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 37.115.375/0002-07, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B" – Brasília/DF, neste ato representado por seu Ministro de Estado, **CARLOS MINC BAUMFELD**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 023.814.593 – IFF/RJ e do CPF nº 694.816.527-34, residente e domiciliado nesta cidade, nomeado pelo Decreto Presidencial de 27 de maio de 2008, doravante denominado **MMA**, o **INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**, autarquia federal de regime especial, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, criada pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, alterada pela Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989, e nº 8.028, de 12 de abril de 1990, inscrito no CNPJ sob o nº 03.659.166/0001-02, neste ato representado pelo seu Presidente, **ROBERTO MESSIAS FRANCO**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 710.688 – SSP/MG e do CPF nº 070.233.326-34, residente e domiciliado nesta cidade, nomeado pela Portaria nº 383, de 3 de junho de 2008, doravante denominado **IBAMA**, o **INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**, autarquia federal de regime especial, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. Criado pela Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, inscrito no CNPJ sob o nº 08.829.974/0001-94, neste ato representado pelo seu Presidente, **RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 2.629.419 – SSP/PA

VISTO

e do CPF nº 083.585.082-04, residente e domiciliado nesta cidade, nomeado pela Portaria nº 532, de 31 de julho de 2008, publicada no Diário Oficial da União, de 31 de julho de 2008, doravante denominado **INSTITUTO CHICO MENDES**, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, em conformidade com as disposições contidas, no que couber, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais normas que regulamentam a espécie, às quais os partícipes desde já se sujeitam, mediante as cláusulas e condições, e

Considerando que parcela significativa do patrimônio histórico e cultural brasileiro, de natureza material e imaterial, decorre ou tem como matéria-prima, recursos renováveis como a madeira e outras espécies vegetais, muitas delas em extinção ou risco de extinção;

Considerando que a extração de algumas das matérias-primas necessárias, tendo em vista sua possibilidade de extinção, apresenta restrições ambientais;

Considerando que as expressões culturais tradicionais e a necessidade de conservação da produção histórica – civil e artística – que utiliza esses recursos renováveis não constituem a maior causa do risco de desaparecimento de espécies, mas ao contrário podem promover seu cultivo e uso sustentável;

Considerando a necessidade de conservar e preservar o patrimônio cultural brasileiro; e

Considerando a possibilidade de destinação de madeiras e recursos renováveis apreendidos em prol da conservação e preservação do patrimônio cultural brasileiro e ainda a possibilidade de ações integradas entre cultura e meio ambiente para a construção de alternativas para o cultivo de espécies em extinção ou risco de desaparecimento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem como objeto o estabelecimento de parceria visando à doação de bens apreendidos para utilização na recuperação de patrimônio cultural brasileiro.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

I – Do Ministério da Cultura e do Ministério do Meio Ambiente, conjuntamente:

a) definir, em conjunto com o IPHAN, IBAMA e o Instituto Chico Mendes, as linhas de ação, no âmbito do presente acordo e Cooperação, para utilização dos bens apreendidos – especialmente as madeiras e outros recursos renováveis – na recuperação de patrimônio cultural brasileiro, na conformidade com Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto nº 6.686, de 10 de dezembro de 2008.

b) contribuir com a disseminação de informações acerca das políticas de inclusão cultural e socioambiental decorrentes das ações previstas no presente Acordo de Cooperação Técnica;

Visto
Cláudio Pereira Dias
Consultor Jurídico



c) designar Comissão Técnica, a ser integrada por representantes do IPHAN, IBAMA e Instituto Chico Mendes, para promover, coordenar, supervisionar e acompanhar a execução das atividades previstas neste acordo.

d) definir, em conjunto com o IPHAN, IBAMA e o Instituto Chico Mendes, as linhas de ação, no âmbito do presente acordo e Cooperação, para criação e gestão de reservas naturais, prevendo o cultivo de espécies nativas em extinção e a extração sustentável de matéria-prima necessários para a conservação e preservação do patrimônio cultural brasileiro.

II – do IBAMA, do INSTITUTO CHICO MENDES e do IPHAN,

a) promover, no âmbito das respectivas competências, as ações necessárias para consecução do disposto no presente Termo de Cooperação;

b) disponibilizar o IBAMA e o Instituto Chico Mendes, ao IPHAN, as informações acerca da localização, disponibilidade e condições em que se encontram os bens, produtos e subprodutos apreendidos, a serem doados ao Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, para os fins do objeto deste Acordo de Cooperação Técnica;

c) efetuar, mediante instrumentos legais específicos, observado o disposto no Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto nº 6.686, de 10 de dezembro de 2008, as destinações de bens, produtos e subprodutos doados pelo IBAMA e Instituto Chico Mendes ao IPHAN, para recuperação do patrimônio cultural brasileiro;

d) responsabilizar-se o IPHAN, diretamente ou por meio de parcerias, pelo recolhimento, recebimento, transporte, conservação e destinação dos bens, produtos e subprodutos doados pelo IBAMA e Instituto Chico Mendes;

e) elaborar relatórios conjuntos, sobre a execução deste Acordo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS TERMOS DE AJUSTES

Para cada doação ou conjunto de doações efetuadas pelo IBAMA e Instituto Chico Mendes ao IPHAN, será elaborado um Termo de Ajuste e respectivo Plano de Trabalho, do qual constarão as metas, etapas e fases de execução, com cronogramas físicos e financeiros a serem elaborados em conjunto, pelas equipes técnicas dos partícipes, observadas as disposições da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto nº 6.686, de 10 de dezembro de 2008.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS

O presente instrumento não contempla repasse de recursos financeiros entre os partícipes, devendo cada um deles arcar com os custos necessários ao cumprimento de suas respectivas atribuições.

VISTO
Cláudio Pinto Dias
Secretário de Patrimônio Cultural



CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO

Para execução deste Acordo de Cooperação Técnica, o Ministério da Cultura e o Ministério do Meio Ambiente, serão representados, pelo IPHAN e, pelo IBAMA e Instituto Chico Mendes, respectivamente.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os partícipes designarão os respectivos gestores/responsáveis técnicos pelo acompanhamento de execução deste Acordo de Cooperação.

CLÁUSULA SEXTA – DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em qualquer ação promocional relacionada ao objeto deste Acordo de Cooperação será obrigatoriamente destacada a participação de todos os signatários, observado o disposto no art. 37, inciso 1º da Constituição Federal e Instrução Normativa nº 31, de 10 de setembro de 2003, da Secretaria de Comunicação Estratégica de Governo – SECAM e normatizações específicas de cada partícipe.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DENÚNCIA E DA RECISÃO

Os partícipes poderão denunciar este Acordo, mediante notificação, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ou rescindi-lo, em caso de descumprimento de qualquer das obrigações nele contidas.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Acordo de Cooperação é de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, se houver interesse dos partícipes, mediante a lavratura de Termo Aditivo, nos termos do inciso II, art. 57, c/c art. 116 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO – Eventuais alterações ao presente Acordo serão executadas por intermédio de Termos Aditivo, sendo vedada a mudança do objeto.

CLÁUSULA NONA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos relativos à execução deste Acordo de Cooperação Técnica serão resolvidos pelos partícipes, consignando-se as decisões, se necessário, em aditamento a este instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

O Ministério da Cultura providenciará a publicação de presente instrumento e dos Termos Aditivos até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, devendo esta ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a contar daquela data, conforme dispõe o art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666, de 1993.

Visto
Cláudio
10



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

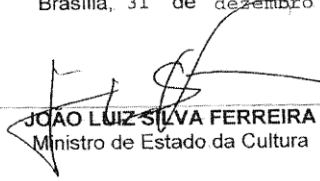
Os vínculos jurídicos, de qualquer natureza, assumidos singularmente por um dos partícipes, são de sua exclusiva responsabilidade, não se comunicando a título de solidariedade ou subsidiariedade ao outro partícipe, sob qualquer pretexto ou fundamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Na eventualidade de ocorrerem controvérsias entre os partícipes com respeito à interpretação e/ou cumprimento do presente Acordo de Cooperação Técnica, os partícipes concordam, preliminarmente, em solucioná-los administrativamente e, em última instância, submeter seus eventuais conflitos à apreciação da Advocacia-Geral da União – AGU, na forma do art. 4º, inciso XI, da Lei Complementar nº 73, de 10 de setembro de 1993.

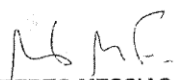
E, por estarem assim, justos e de acordo, firmam os partícipes o presente Acordo de Cooperação Técnica em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também o subscrevem, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, em juízo e fora dele.

Brasília, 31 de dezembro de 2009.


JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA
Ministro de Estado da Cultura


CARLOS MINC BAUMFELD
Ministro de Estado do Meio Ambiente


LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA
Presidente do IPHAN


ROBERTO MESSIAS FRANCO
Presidente do IBAMA


RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO
Presidente do Instituto Chico Mendes

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

RG:

Nome:

CPF:

RG:

VISTO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE



Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN para desenvolver ações integradas na operacionalização do "Projeto Barcos do Brasil", conforme o Protocolo de Intenções para o Projeto Barcos do Brasil, e promover ações conjuntas de salvaguarda, preservação e promoção do patrimônio naval e seu contexto sociocultural e ambiental.

O INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio, Autarquia Federal dotada de personalidade jurídica de Direito Público, criada pela Lei n.º 11.616, de 28 de agosto, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, CNPJ n.º 08829974/0001-94, com sede à Av. L4 Norte, SCEN, trecho 02, Brasília – DF, e jurisdição em todo território Nacional, doravante denominado **ICMBio**, neste ato representado pelo presidente ROMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO, Portador da CI n.º 262.9419 – SSP/PA, inscrito no CPF/MF n.º 083.585.082-04, nomeado pela Portaria n.º 532/08 de 30/07/2008, publicada no Diário Oficial da União de 31/07/2008, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 19 do Anexo ao Decreto n.º 6.100, de 26/04/2007 que aprova sua Estrutura Regimental, e o INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL-IPHAN, autarquia vinculada ao Ministério da Cultura, criado pelas Leis n.º 8.029 e 8.113, respectivamente de 12 de abril e 12 de dezembro ambas de 1990, com sede no Setor Bancário Norte quadra 2, Edifício Central Brasília, em Brasília, Distrito Federal, doravante denominada **IPHAN**, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o número 126474056/0027-00, neste ato representada pelo seu Presidente Sr. LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA, Portador da CI n.º M-2.169.075, expedida pela SSP/MG, e inscrito no CPF sob o n.º 463.783.166-00, domiciliado em Brasília-DF, nomeado pela Portaria n.º 102 de 7 de fevereiro de 2006, publicada no DOU de 8 de fevereiro de 2006, seção II, página 2 d, firmam, de comum acordo, e em conformidade da legislação vigente, no que couber pela Lei n.º 8.666, de 21 de julho de 1993 e alterações posteriores, o presente Termo de Cooperação Técnica para desenvolver ações que



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

implementem a identificação, documentação, conservação e promoção do Patrimônio Cultural, nos seguintes termos e condições :

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Acordo de Cooperação Técnica e Financeira que entre si celebram o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN tem como objeto desenvolver ações integradas na operacionalização do “Projeto Barcos do Brasil”, conforme o Protocolo de Intenções para o Projeto Barcos do Brasil, e promover ações conjuntas de salvaguarda, preservação e promoção do patrimônio naval e seu contexto sociocultural e ambiental. Visa no âmbito do objeto permitir ações conjuntas de preservação do patrimônio natural e cultural, tanto material quanto imaterial, das comunidades tradicionais e nas Unidades de Conservação por intermédio dos instrumentos e programas que têm sido utilizados pelo **IPHAN** almejando o reconhecimento, a valorização e a salvaguarda de bens culturais e aqueles utilizados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade na proteção do patrimônio natural e do patrimônio sociocultural das comunidades tradicionais nas Unidades de Conservação.

Parágrafo Primeiro - As atividades relativas a este Acordo serão objeto de Planos de Trabalho e Convênios específicos, elaborados em conjunto pelas partes.

Parágrafo Segundo – Deverá ser apresentado, no prazo de 60 dias da assinatura deste **ACORDO**, um Plano de Trabalho, elaborado em comum acordo entre as partes, estabelecendo as ações a serem desenvolvidas para sua execução.

Parágrafo Terceiro – Ações que venham a ser identificadas no decorrer da vigência do presente Acordo que contribuam para o alcance do objeto poderão ser desenvolvidas, desde que sejam descritas e incorporadas em Planos de Trabalho específicos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – De ambas as partes:

- a. Orientar, coordenar e supervisionar a implantação das ações objeto deste Acordo;
- b. Elaborar os Planos de Trabalho e Convênios específicos para o detalhamento das atividades;
- c. Realizar vistorias em campo para os detalhamentos requeridos nos Planos de Trabalho;
- d. Disponibilizar as informações necessárias à realização dos estudos objeto dos Planos de Trabalhos específicos;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE



- e. Normatizar, nos termos de sua competência, sobre a execução dos Planos de Trabalho sempre que se faça necessário;
- f. Controlar e fiscalizar a execução de cada Plano de Trabalho;
- g. Participar diretamente na execução dos projetos e atividades, avaliando seus resultados e impactos na sociedade;
- h. Reunir as informações técnicas geradas pelos estudos realizados pelas partes, dando os devidos encaminhamentos;
- i. Priorizar as áreas que serão trabalhadas no âmbito deste Acordo;
- j. Oferecer apoio logístico através de suas unidades descentralizadas, segundo a disponibilidade e possibilidade das mesmas;
- k. Proporcionar, dentro de suas possibilidades, apoio técnico e financeiro às ações previstas, inclusive a treinamentos ou qualquer capacitação que se faça necessária ao desenvolvimento das ações e atividades pertinentes a este Acordo;
- l. Celebrar parcerias com outras instituições públicas e/ou privadas a fim de alcançar os objetivos previstos nos Planos de Trabalho específicos;
- m. Promover ou participar da divulgação de ações do objeto deste Acordo citando a participação do **ICMBio**, do **IPHAN** e demais parceiros nos trabalhos.
- n. Promover ações de identificação, registro e valorização do patrimônio naval brasileiro e seus contextos socioculturais e ambientais;
- o. Promover ações para a proteção, preservação e salvaguarda do patrimônio naval brasileiro e seus contextos socioculturais e ambientais;
- p. Promover ações de valorização da atividade e da cultura da pesca artesanal, de qualificação profissional para pescadores artesanais, de apoio à produção e à cadeia produtiva da pesca, de apoio ao associativismo e cooperativismo, e de apoio à pesquisa e fomento tecnológico para o desenvolvimento sustentável da pesca.
- q. Promover a identificação de mestres de carpintaria náutica, a identificação e registro de técnicas tradicionais de construção de embarcações, visando a salvaguarda do patrimônio cultural;
- r. Apoiar a capacitação e a qualificação profissional dos trabalhadores envolvidos com a carpintaria náutica tradicional no país e sua inserção no mercado de trabalho.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

- s. Promover ações de valorização, qualificação e reabilitação de contextos culturais urbanos, ambientais, ocupados por população detentora de referências culturais específicas relacionadas ao patrimônio cultural naval.
- t. Apoiar ações de destinação, uso e cultivo sustentável das matérias primas necessárias à construção e reparo de embarcações tradicionais e de seus apetrechos.
- u. Promover a pesquisa sobre o patrimônio naval brasileiro, em especial no que se refere a tecnologias de construção de embarcações tradicionais.
- v. Difundir o patrimônio naval brasileiro, em especial nas formas que revertam em sustentabilidade para pescadores artesanais, trabalhadores envolvidos com a carpintaria náutica e tripulações de embarcações à vela em todo o país.

II. Do ICMBio:

- a. Apoiar ações de inventários do patrimônio cultural e natural, material e imaterial brasileiro para localizar, registrar, proteger, salvaguardar e valorizar o patrimônio cultural e os saberes tradicionais associados ao uso sustentável da biodiversidade;
- b. Apoiar as iniciativas de procedimentos e alternativas para disponibilizar matérias-primas para construção e reparo de patrimônio cultural e naval,
- c. Proporcionar apoio técnico e financeiro às ações previstas, inclusive a treinamentos ou quaisquer outras capacitações que se façam necessárias ao desenvolvimento das ações e atividades pertinentes a este Acordo, inclusive fiscalização do patrimônio cultural brasileiro nas Unidades de Conservação federais.

III – Do IPHAN :

- a. Proporcionar apoio técnico e financeiro às ações previstas, inclusive a treinamentos ou qualquer outra capacitação que se faça necessária ao desenvolvimento das ações e atividades pertinentes a este Acordo, inclusive aplicação de suas metodologias de inventários.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS AÇÕES

As Ações de ambas as partes inicialmente previstas neste Acordo, no que couber, são:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

- a. Realizar as ações necessárias para a implementação e desenvolvimento do Projeto Barcos do Brasil;
- b. Aplicação de metodologias de inventário do patrimônio material e imaterial nas comunidades tradicionais atendidas em Unidades de Conservação federais e seu entorno.
- c. Disponibilização de matérias-primas para construção e reparo de patrimônio cultural e naval.
- d. Colaboração, disponibilizando informações e conhecimentos acumulados, nos processos de capacitação e cooperação na formação do corpo técnico, envolvendo procedimentos de fiscalização e metodologia de inventários.
- e. Fiscalização de Patrimônio Cultural, autuações e aplicações de multa para atentados contra o patrimônio histórico e cultural brasileiro nas Unidades de conservação federais, conforme previsto na Lei de Crimes Ambientais no. 9.605, de 1998, Seção IV, a partir da definição de diretrizes de ação estabelecidas em comum acordo.
- f. Aprofundar conceitos e desenvolver entendimentos comuns sobre as áreas coincidentes entre patrimônio cultural e meio ambiente.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO

Para a execução de ações e/ou atividade que exijam condições específicas, as partes, em comum acordo, analisarão e, se for o caso, aprovarão projetos que, devidamente formalizados em Planos de Trabalho específicos, passarão a fazer parte integrante deste Instrumento.

Parágrafo primeiro – Os Planos de Trabalhos específicos deverão ter suas ações e/ou atividades concluídas dentro do prazo de vigência deste.

Parágrafo segundo - É facultado às partes, no caso de paralização parcial ou total das ações e/ou atividades inerentes ao objeto deste instrumento e de seus desdobramentos, assumir de imediato e extrajudicialmente a execução destas para evitar a descontinuidade da implementação do presente Acordo, permanecendo cada parte responsável por suas respectivas obrigações institucionais assumidas.

CLÁUSULA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

As partes designarão dentre seu quadro efetivo de pessoal, dois responsáveis técnicos, um suplente e um titular, para acompanhar as ações necessárias à consecução do objeto deste Acordo e de seus desdobramentos.

Parágrafo primeiro – Na hipótese de substituição do responsável técnico, o nome do novo representante deverá ser comunicado formalmente à outra parte, com antecedência de 15 dias à substituição.

Parágrafo segundo – É facultada a indicação de um responsável técnico, de seu quadro ou não, para cada Plano de Trabalho específico que venha a ser elaborado, que atuará como co-gestor.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RELATÓRIOS

As partes deverão elaborar relatórios semestrais das atividades e ações que lhes competem, previstas neste Acordo e em seus desdobramentos, nas condições e termos seguintes:

- I. Relatórios parciais, a serem entregues ao final de cada semestre, reportando o ocorrido no período;
- II. Relatório final, a ser entregue no prazo máximo de sessenta dias a contar do término da vigência deste documento.

Parágrafo único – os relatórios deverão ser entregues formalmente e aprovados pelo **ICMBio** e **IPHAN**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE

Os vínculos jurídicos de qualquer natureza assumidos singularmente por uma das partes são de sua exclusiva responsabilidade, não se comunicando a título de solidariedade ou subsidiariamente à outra parte, sobre qualquer pretexto ou fundamento.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS HUMANOS

Parágrafo único – A utilização temporária de órgão ou empresa de pessoal que se tornar necessária para a execução do objeto deste Acordo de Cooperação não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza nem gerará qualquer tipo de obrigação trabalhista ou previdenciária, bem como quaisquer outros ônus para as partes.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Este instrumento não envolve repasse de recursos financeiros entre as partes, devendo cada uma



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**



delas arcar com as despesas necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas, Não será devido qualquer pagamento, seja a que título for, de uma a outra parte, em razão das atividades desenvolvidas em decorrência do presente instrumento.

Parágrafo Primeiro – As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como serviços de terceiros, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta de dotações específicas nos orçamentos dos partícipes.

Parágrafo Segundo – Quando as ações resultantes deste instrumento implicarem na transferência de recursos financeiros entre os Partícipes, estas serão oficializadas por meio de convênio ou outro instrumento adequado, os quais deverão estar em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Instrução Normativa nº 01, da Secretaria do Tesouro Nacional, de 15.01.97, e demais atos pertinentes.”

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS BENS

Não haverá transferência da propriedade dos bens que vierem a ser disponibilizados pelas partes para o cumprimento deste Acordo, devendo os mesmos ser restituídos de imediato à parte proprietária no caso de rescisão, denúncia ou ao fim da vigência deste, salvo expressa disposição escrita em contrário, firmada em termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO DOS TRABALHOS

Os resultados e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica e metodológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente Acordo, serão atribuídos conjuntamente às partes, sendo vedada a sua divulgação total ou parcial sem informar previa e formalmente as outra parte envolvida.

Parágrafo único – As informações produzidas no âmbito e durante a vigência desse Acordo serão partilhadas entre os partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DIVULGAÇÃO, PROMOÇÃO E PUBLICIDADE

Em qualquer divulgação, promoção ou publicidade relacionada com atos, ações e atividades objeto do presente Acordo será obrigatoriamente destacada, de igual forma, a participação do ICMBio e do IPHAN, e essas ações deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, delas não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

Este Acordo e seus Planos de Trabalho – geral e específicos, por decisão comum entre as partes e mediante termo aditivo, poderão ser alterados em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, desde que tal interesse seja, por escrito, manifestado por uma das partes, com antecedência compatível com o tempo necessário para a análise do proposto, levando em conta o término da vigência deste.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

O **ICMBio** providenciará à sua conta a publicação deste instrumento, em extrato no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura, devendo ocorrer no prazo máximo de vinte dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

Este instrumento terá vigência por 2 (dois) anos, a partir da data de sua publicação no Diário Oficial, o mesmo podendo ser prorrogado por igual período, mediante prévia e expressa manifestação de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, antes do seu término e sempre através de Termo Aditivo.

Parágrafo Único – Os partícipes, desde que por motivos justificados, e preservado o objeto do termo de cooperação, poderão celebrar termos aditivos, que serão, previamente, submetidos às suas áreas jurídicas para análise e aprovação.”

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO E DENÚNCIA

O presente Acordo poderá ser denunciado a qualquer tempo, por mútuo consentimento dos partícipes ou por iniciativa de qualquer deles, mediante notificação por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou reincidindo a qualquer tempo em face da superveniência de impedimento legal que o torne formal ou materialmente inexecutável, sem que seja devida qualquer compensação financeira ou indenização a qualquer título.

Parágrafo primeiro - Quando do interesse pela rescisão deste Acordo por uma das partes, a instituição signatária interessada deverá notificar formalmente, com antecedência de mínima de 90 (noventa) dias, respeitadas as obrigações assumidas.

Parágrafo segundo - Nos casos de rescisão ou de denúncia, os projetos em andamento não poderão sofrer interrupção, concluindo-se em seu tempo previsto.

Parágrafo Terceiro – Em caso de denúncia ou rescisão será firmado instrumento de “Encerramento de Termo” que estabeleça as responsabilidades relativas à conclusão ou extinção de cada um dos



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**



trabalhos em fase de execução e das pendências, inclusive naquilo que se refere ao destino de bens eventualmente cedidos por empréstimos ou cessão de uso, bem como a divulgação de informações colocadas à disposição dos partícipes.”

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

Para dirimir toda e qualquer dúvida que venha a ser suscitada no cumprimento do presente termo, fica eleito o Foro da Justiça Federal do Distrito Federal, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser, ressaltando a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa com a participação da Advocacia Geral da União.

E assim, por se encontrarem de acordo com as cláusulas e condições acima especificadas, as partes firmam o presente termo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para o mesmo efeito, juntamente com as testemunhas infra-assinadas.

Brasília -DF, de dezembro de 2008.

PARECER TÉCNICO

Processo nº 1.615-T-2010 - Tombamento do Saveiro de Vela de Içar, de nome Sombra da Lua, no Recôncavo Baiano, estado da Bahia



*Água de Meninos chorou
Caranguejo correu pra lama
Saveiro ficou na costa
A moringa rebentou
Dos olhos do barraqueiro
Muita água derramou*

*Água de Meninos acabou
Quem ficou foi a saudade
Da noiva dentro da moça
Vinda de Itaperóá
Vestida de rendas, ô
Abre a roda pra sambar*

(Gilberto Gil, Água de Meninos)

O saveiro certamente é a embarcação mais conhecida no contexto do patrimônio naval. Embarcação típica baiana, cantado e declamado, na poesia de Jorge Amado, na música de Dorival Caymmi, retratado nas fotografias de Pierre Verger, nas pinturas de Carybé, é comum encontrar quem mencione, genericamente, como "saveiro" qualquer embarcação tradicional de madeira, mesmo não estando na Bahia.

Sobre este fato, já fazia menção Antônio Alves Câmara, em 1888¹:

"Quanto à popularidade destas embarcações se evidencia dos seguintes trechos de antigas trovas baianas:

*Aqui se cria o peixe copioso,
E os vastos pescadores em saveiros
Não receando o elemento undoso
Neste exercício estão dias inteiros;
E quando Aquilo e Bóreas proceloso
Com fúria os acomete eles ligeiros
Colhendo as velas brancas ou vermelhas
Se acomodam com os remos em pares.*

(Descrição de Itaparica por um Anônimo – Florilegio, Tomo I pag. 159)

*Sobre a borda do saveiro
Canta o terno pescador
Os grilhões do cativo,*

¹ CÂMARA, A.A., 1888. 1ª reedição, 2010. Pg. 104.

Bem dizendo o deus do amor
 Por se ver prisioneiro.
 (Professor Ribeiro – Florilegio, Tomo II pag. 549)”

Dentre o escasso rol de pesquisadores que se dedicaram a estudar o patrimônio naval brasileiro, ao menos três deles se detiveram sobre os saveiros:

- Theodor Selling Júnior, baiano, autor de *A Bahia e seus Veleiros*, escrito entre 1968 e 1969 a partir de vasto material iconográfico e livros colecionados pelo autor. Seu acervo encontra-se hoje sobre a guarda do Serviço de Documentação Geral da Marinha, reunindo “notável acervo bibliográfico e magnífica coleção iconográfica – hoje no SDGM – integrada por cerca de oitocentos volumes e vinte mil fotos e negativos obtidos, principalmente, em suas viagens pelo litoral e rios do País.”²

- Pedro Agostinho, que em 1973 publicou o livro “Embarcações do Recôncavo – Um estudo de origens”, atribuindo à tradição mediterrânea de construção naval e navegação as origens da embarcação baiana.

- Lev Smarcevski, arquiteto, nascido na Ucrânia e radicado na Bahia, empreendeu, a partir do início da década de 1970, estudo minucioso sobre os saveiros. O interesse que já tinha pelos saveiros teria sido, a partir desta época, incentivado pelo engenheiro João Miguel dos Santos Simões, que conheceu por intermédio de Antônio Simões Celestino e Jorge Amado. Após a morte de Santos Simões em 1972, Smarcevski encampou solitário a empreitada e, em 1996 é publicado, com o apoio da Odebrecht, o livro “Graminho – A alma do saveiro”, documento ainda não superado em esmero e detalhes. Smarcevski, juntamente com Santos Simões, sustenta a hipótese – mais aceita atualmente – de que a origem do saveiro está diretamente associada à tradição indiana de construção naval, trazida pelos portugueses ao Brasil.

“A morfologia dos saveiros induz aos mares do Oriente: meio termo entre a embarcação de alto mar e o barco de pesca que habitavam no Oceano Índico, no Golfo Pérsico e no Mar Vermelho. No século XVI, recorreram os portugueses aos estaleiros de Gôa e de Cochim e aos seus construtores navais, oriundos de Malaca, da Índia e da China, complementando a sua frota com os mestres da Ribeira das Naus.”³

Em 1997 foi lançado documentário de 49 minutos chamado “Os últimos saveiros da Bahia”, produzido pelo Instituto de Rádio Difusão Educativa da Bahia (IRDEB), que retrata o processo de desaparecimento dos saveiros em virtude das mudanças estruturais e econômicas do Recôncavo, especialmente a partir da ampliação da malha rodoviária, que substituiu o saveiro pelo caminhão para o escoamento de boa parte da produção do Recôncavo para Salvador.

Sobre a questão econômica dos saveiros, vale ainda mencionar o estudo desenvolvido pelo Centro Náutico da Bahia (CENAB), sob coordenação do então diretor José Raimundo Zacarias.

² Da “notícia bibliográfica” de Ito Mariano da Silva, parte da apresentação do livro *A Bahia e seus veleiros – uma tradição que desapareceu*, publicado em 1976, após a morte do pesquisador em 1969.

³ SMARCEVSKI, L., 1996. Pg. 17.

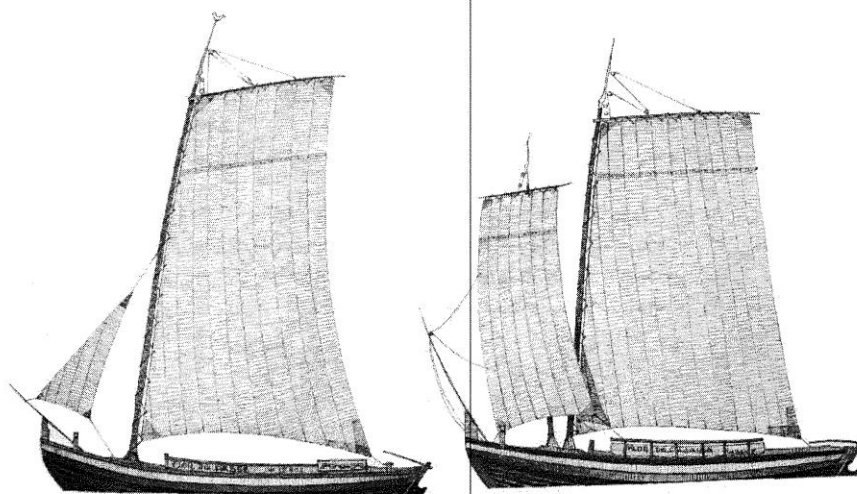


Breve história dos saveiros

A história do saveiro está intimamente ligada à história do Recôncavo Baiano e à história de Salvador. Fizeram, durante séculos, a travessia e o transporte de mercadorias entre o interior e a capital. Fazem parte da memória sentimental e afetiva da população, da paisagem, do imaginário.

Também conhecido como "barco do recôncavo" ou "lança do recôncavo", sua principal singularidade está na curvatura da roda de proa, complementada pela presença dos *frades* nas duas laterais da proa.

Podem ser de carga ou de pesca, com variações tipológicas entre eles. Atualmente, só existe o de pesca, de menores dimensões (e ainda em maior quantidade), com uma ou, já raramente, duas velas latinas e o de carga, de dimensões que variam na atualidade entre 11 e 17 metros, com um mastro e utilizando-se de vela quadrangular com *bujarrona* à proa.



Croqui de Lev Smarcevski, extraído da página 47A do seu livro "Graminho", mostrando duas variações tipológicas do saveiro. O segundo, com dois mastros, o menor à proa, já não é mais avistado no Recôncavo.

Conforme Dalmo Vieira Filho, "os *saveiros de vela de içar* apresentam diferentes tamanhos, mas a maioria mede entre 12 a 14 metros de comprimento, por aproximadamente 4 metros de boca. No Rio Paraguaçu ainda existem duas unidades dos saveiros de *dupla proa* ou *rabo de peixe* - como são localmente conhecidos - que o estudioso Kelvin Duarte considerava extintos".⁴

Podem ser com ou sem tijupá, sendo que nos últimos anos vários saveiros tiveram seu tijupá retirado para que possam adaptar-se à nova função econômica: carregadores de areia.

⁴ Do texto, ainda em fase de revisão, "O patrimônio naval Brasileiro", escrito por Dalmo Vieira Filho a partir de seu estudo e aprofundado sobre o assunto, o que inclui, além de pesquisas bibliográficas, a realização entre 2005 e 2010 de inúmeras viagens pelo litoral e Amazônia para realização do inventário de varredura sobre o patrimônio naval do Brasil.

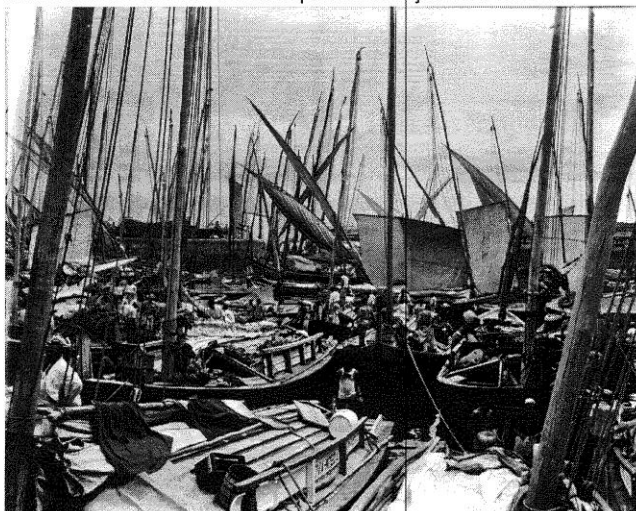
“A tijupá dos saveiros da Bahia teria sido assim apelidada por semelhança com as cabanas diédricas locais: não será porém criação local antes tal tipo de tolda é comum em várias embarcações, tanto do Oriente como do Mediterrâneo islâmico. Em Portugal, tal abrigo é desconhecido, pelo menos na forma que tem no Brasil.” J.M. dos Santos Simões.

Sobre o saveiro baiano, Santos Simões e nós pesquisamos de forma fiel e encantadora. Em todos os momentos, discutimos, trocamos idéias e chegamos às mesmas conclusões: tudo nos levou a crer que seja uma simbiose morfológica de velhas embarcações médias conservando traços das sumacas, das barcas e, principalmente, das lanxas com proa dobrada (rabo de peixe para evitar o impacto das ondas na popa em barra com mar grosso.)

É evidente sua herança oriental, principalmente no *dhow* árabe, o que é atestado pela genealogia do graminho.”⁵

Até a década de 1970 era possível observar saveiros de dois e até de três mastros navegando pelas águas do Paraguaçu e mares do Recôncavo, conforme se constata na leitura dos estudos de Theodor Selling, Pedro Agostinho e Lev Samarcevski, praticamente contemporâneos entre si.

As fotografias tiradas por Pierre Verger entre 1946 e 1948 retratam o cotidiano dos saveiros no Mercado Modelo, navegando pelo Recôncavo, desembarcando e carregando mercadorias. Eram centenas, de todos os tipos. Hoje, resumem-se a cerca de vinte, conforme levantamento realizado em 2008 pela Associação Viva Saveiro.



Os saveiros na rampa do Mercado, foto de Pierre Verger, provavelmente no final da década de 1940.

⁵ SMARCEVSKI, L., 1996. Pg. 18



No.	Saveiro	Fecham.	Popa	Compr.	Boca	Mestre	Domicílio	Fabr.
1	15 de Agosto	Aberto	Torada	11,40	3,90	Joquinha	Ilha de Maré	1950
2	Cruzeiro da Vitória	Aberto	Torada	13,75		Xagaxá	Coqueiros	1920
3	É da Vida	Tijupá	Torada			Carlinhos	Maragogipinho	
4	Feliz Ano Novo I	Aberto	Torada	13,00	4,00	Dorival	Coqueiros	1955
5	Fenix	Aberto	Torada	14,00	4,00	Chiquinho	Coqueiros	
6	Flor do São Francisco	Aberto	Torada	11,50	3,50	Bode	Coqueiros	1954
7	Garboso	Aberto	Torada	11,80	3,50	Buru	Coqueiros	1910
8	Ideal	Aberto	Lancha	15,25	4,90	Memeu	Coqueiros	1930
9	Itapira	Aberto	Rabo de peixe	16,50	4,50	Memeu	Coqueiros	
10	Joia Rara (pequeno)	Tijupá	Torada			Aristides	Ribeira	
11	Mearim	Aberto	Torada	13,50	4,00	Peu	Nagê	
12	Mi-Nai	Aberto	Torada	13,00	4,00	Memeu	Coqueiros	
13	Namorado (pequeno)	Aberto	Torada			Orlando	Enseada	
14	Novo Cruzeiro	Aberto	Torada	13,00	4,00	João Merico	Nagê	
15	Rei do Oriente	Aberto	Torada			Gabinete	Coqueiros	
16	Rompe Nuve	Aberto	Rabo de peixe	17,00	4,30	Neto	Coqueiros	
17	Sempre Feliz	Aberto	Torada	11,20	3,50	Bateco	Coqueiros	1971
18	Sonho Meu	Aberto	Torada	10,50	3,50		Coqueiros	
19	Sombra da Lua	Tijupá	Torada	12,50	4,00	Jorge	Porto da Pedra	1923
20	Tupy*	Aberto	Torada	14,80	4,50	Bemo	Bom Jesus Passos	1900
21	Vencedor das Lutas*	Aberto	Torada	13,00	4,00	Lindú	Enseada	
22	Vendaval II	Tijupá	Torada	14,00	4,60	Toninho	Maragogipe	1947

* Fora de atividade, em "reformas" há bastante tempo.

Listagem elaborada pela Associação Viva Saveiro com os últimos saveiros de vela de içar do Recôncavo.

Como pode-se observar, os últimos saveiros de vela de içar, quatro apenas conservam o tijupá; a maioria é de popa torada, apenas dois são do tipo "rabo de peixe". O maior deles é o Rompe Nuve, de 17 metros de comprimento, tipo "rabo de peixe", atualmente sobrevive a partir da retirada de areia do fundo do Rio Paraguaçu.

O carregamento e comércio de areia é uma das últimas alternativas econômicas que restou aos saveiros. Apenas um saveiro continua aportando, como há cinquenta anos, na Rampa do Mercado Modelo levando produtos do Recôncavo para a Capital: o Sombra da Lua.

Na Feira de São Joaquim (também conhecida como Água de Meninos) outro porto importante dos saveiros, apenas o 3 saveiros atracam atualmente.

Todos os demais trabalham na retirada de areia do fundo do Paraguaçu, de bancos formados a partir do assoreamento do rio, provocado ou ao menos agravado pelo desmatamento das matas ciliares e a partir da construção da represa de Pedra do Cavalo, à jusante da cidade de Cachoeira, no fundo do Recôncavo.



Imagem aérea do Rio Paraguaçu quando, durante a maré baixa, os saveiros encalham no fundo do rio para a retirada de areia, derivada do processo de assoreamento provocado pelo desmatamento e agravado pela construção de represa em Cachoeira. Foto cedida por Alexandre Cordeiro, ICMBio.

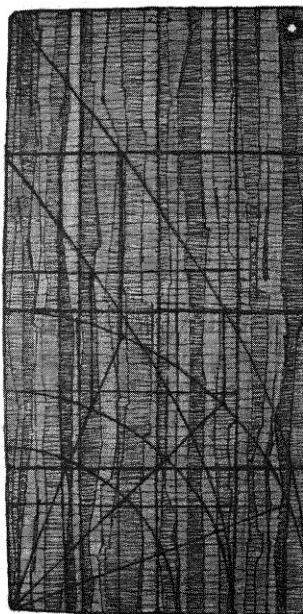
O graminho e a construção do saveiro

Peça fundamental da construção dos saveiros, Lev Smarcevski assim o definiu no seu livro:

"Sobre o *graminho*: "um ábaco detentor dos parâmetros utilizados pelos mestres construtores indianos trazidos de Goa, Cochim e, principalmente, da Ilha de Bitão para o Brasil no século XVI."⁶

Até hoje, os estaleiros tradicionais utilizam o *graminho* para construção de saveiros. Quanto à sua utilização, Smarcevski dividia os mestres – raros – que possuíam conhecimento total sobre as medidas do *graminho* e aqueles que o sabiam em parte.

Sobre os estaleiros, "onde nascem os saveiros da Bahia", Smarcevski escreveu:

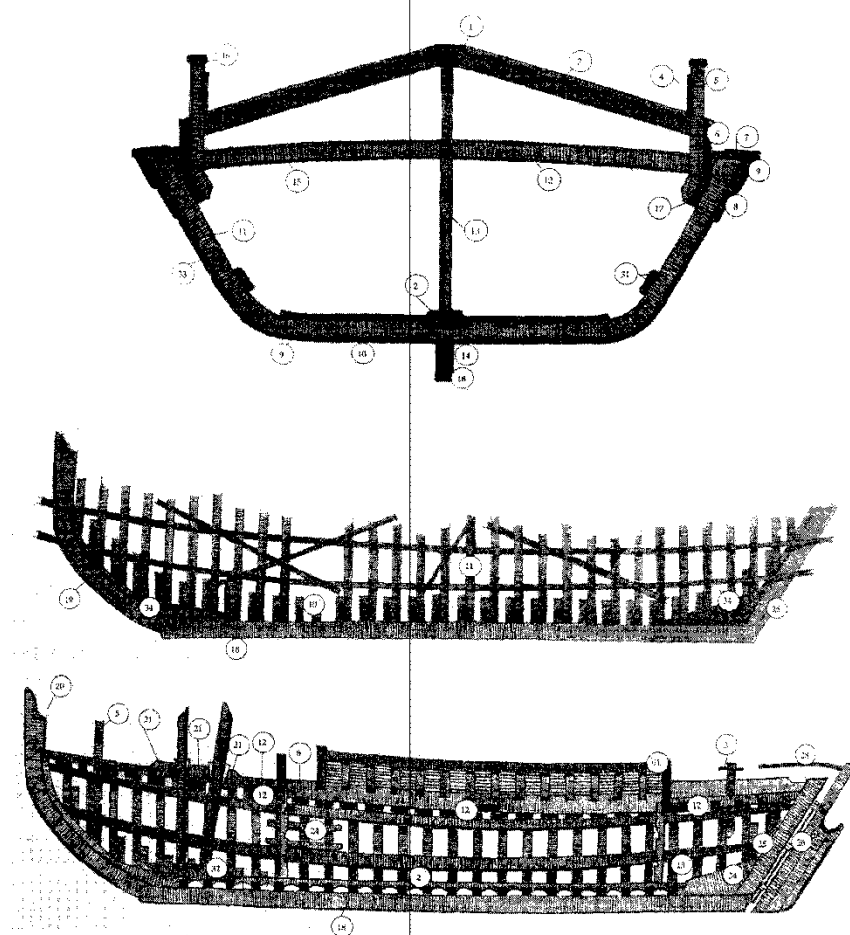


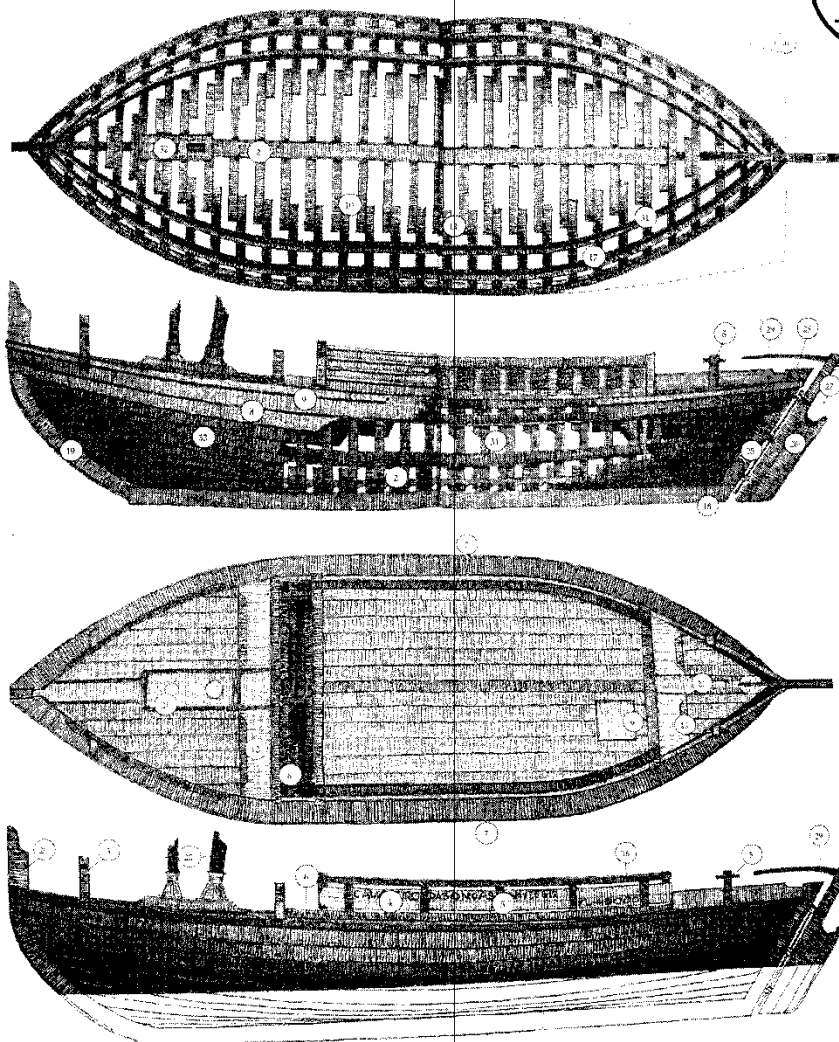
Desenho do Graminho, de Smarcevski.

"No recôncavo baiano, por séculos, foram gestados e paridos nos estaleiros de diversas localidades: Massaranduba e Cabrito em Itapagipe, Santo Amaro, São

⁶ SMARCEVSKI, L., 1996. Pg. 22.

ventos, forma de navegar, comportamento do saveiro e do mastro durante a navegação), as ferramentas, as velas e armações, a pesca e a vida no mar (peixes, redes, histórias, anedotas), enfim, tudo o que, em síntese, gira em torno do saveiro.

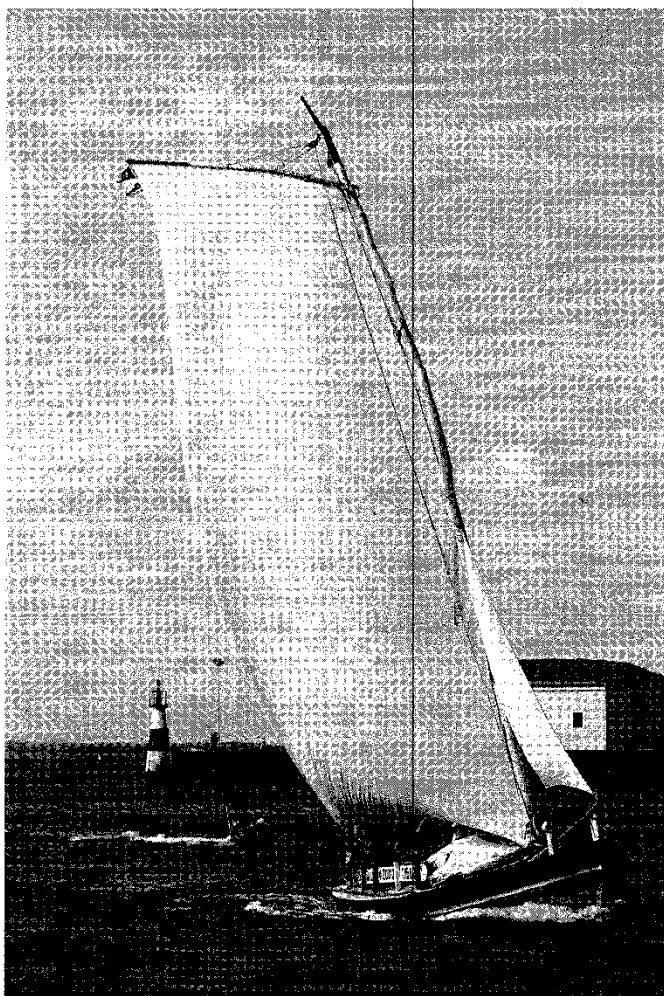




- | | | | |
|-------------------------|-------------------------------|------------------------|---|
| 01. Cumeeira | 10. Caverna | 19. Roda de proa | 28. Cachola |
| 02. Sobre-quilha | 11. Braço de caverna | 20. Capelo | 29. Cana do leme |
| 03. Cobertura do tijupá | 12. Banco (vau reforçado) | 21. Tamborete | 30. Projeção da popa aberta europeia (12cm) |
| 04. Farca | 13. Pé-de-carneiro | 22. Mastros | 31. Serrela |
| 05. Cabeço | 14. Boeira (passagem de água) | 23. Cunha do mastro | 32. Boçarda (berço ou caringa) |
| 06. Boca de escotilha | 15. Vau (lata) | 24. Cunha de amarração | 33. Taboado |
| 07. Tabica | 16. Corrimão | 25. Cadaste | 34. Chapus |
| 08. Contra-cinta | 17. Dormente | 26. Porta do leme | |
| 09. Cinta | 18. Quilha | 27. Marea | |

Desenhos de SMARCEVSKI, L., 1996. Pg. 72 a 74A.

O tombamento do Sombra da Lua



O Sombra da Lua navegando. Foto Associação Viva Saveiro.

O pedido de tombamento do saveiro Sombra da Lua foi feito em 20 de outubro de 2010 (mesmo dia em que o Iphan concedeu à Associação Viva Saveiro o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, por sua notável atuação em prol da preservação dos últimos saveiros da Bahia)



pelo presidente da Associação Viva Saveiro, Pedro C. Bocca, ao presidente do Iphan, Luiz Fernando de Almeida, através de carta que lhe foi entregue em mãos.

O Sombra de Lua é um dos últimos saveiros que preservam, na íntegra, as características originais de um saveiro de vela de içar de um mastro. Com tijupá e popa torada, possui 12,5 metros de comprimento por 4 de boca (largura). A partir de breve pesquisa realizada pela Associação Viva Saveiro, chegou-se a 1923 como sua provável data de construção e seu mestre construtor foi o carpinteiro naval José Simão. Assim, possuiria hoje 87 anos de existência. Teria nascido com o nome de Flor de Capanema⁸. Em 2006, um grupo de amigos – que mais tarde constituiria a Associação Viva Saveiro – tomou conhecimento das condições precárias do Mestre Bartô, então proprietário do barco. Com problemas de saúde e sem condições para manter o saveiro, o Mestre pretendia vendê-lo. Foi assim que o grupo comprou o barco, o restaurou completamente e devolveu, em regime de comodato, ao Mestre, para que continuasse sua faina com a embarcação.

Atualmente, o barco encontra-se navegando, sob a responsabilidade de Mestre Jorge, discípulo de Mestre Bartô.

O Sombra da Lua tem como abrigo principal o Porto da Pedra, em Maragogipe, e é o único saveiro que ainda atraca na rampa do Mercado Modelo, levando produtos do Recôncavo para Salvador. Atraca também na Feira de São Joaquim, junto com o É da Vida, toda sexta-feira, quando trazem carregamento de cerâmica e caxixi de Maragogipinho para Salvador. Na feira de São Joaquim atraca também um terceiro saveiro, o 15 de Agosto, do Mestre Joquinha, trazendo frutas e verduras do Recôncavo para a capital.

Aos proprietários do Sombra da Lua, cabe a responsabilidade de manter o barco, dando-lhe condições de uso e navegabilidade. Ao Mestre, cabe a utilização diária, a partir da qual tira seu sustento, da sua família e dos auxiliares. O barco participa ainda das regatas promovidas pela Associação Viva Saveiro como forma de valorizar e estimular o retorno dos saveiros à vida e à paisagem do Recôncavo.

O tombamento do Sombra da Lua deverá representar mais um passo na jornada de preservação dos saveiros. Enquadra-se nas ações propostas pelo Projeto Barcos do Brasil e pretende ser um exemplo local. Imagina-se que, na sequência, outros saveiros possam ser protegidos pelo tombamento (especialmente os últimos exemplares com tijupá e rabo de peixe e, se bem preservados, os exemplares mais antigos, que segundo a Associação Viva Saveiro teriam sido construídos entre 1900 e 1920).

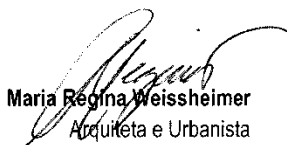
O trabalho desenvolvido atualmente pela associação é de estímulo, aproximação e confiança com todos os mestres saveiristas e carpinteiros navais. Antes de ser uma forma impositiva de proteção legal, busca-se que o tombamento possa ser um estímulo e configurar um verdadeiro benefício para quem vive o saveiro. Por isso, o tombamento do primeiro saveiro – o Sombra da Lua – deverá despertar ainda mais a vontade de preservar e de, principalmente, reconhecer e valorizar o saveiro, os mestres saveiristas, carpinteiros navais, calafates, veleiros, ajudantes, seu trabalho e sua

⁸ Informações extraídas do "História resgatada do saveiro Sombra da Lua", de Pedro C. Bocca, presidente da Associação Viva Saveiro.

dedicação. Juntamente com o tombamento, o Iphan inicia também o diálogo e o estudo sobre a Chancela da Paisagem Cultural dos Saveiros no Recôncavo Baiano, com vistas à complementar a ação de proteção.

Por seus inequívocos **valores históricos, artísticos e etnográficos**, declara-se o Iphan favorável ao tombamento do Saveiro Sombra da Lua, que enquanto primeiro e único exemplar protegido de embarcação desta tipologia passa a representar todos os últimos saveiros da Bahia, e recomenda sua inscrição nos **Livros do Tombo Histórico, das Belas Artes e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico**.

Brasília, 16 de novembro de 2010.



Maria Regina Weissheimer
Arquiteta e Urbanista

Coordenadora de Paisagem Cultural
Depam/IPHAN

Nº 119, quinta-feira, 21 de junho de 2012

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

5



Ministério da Cultura

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 73, DE 19 DE JUNHO DE 2012

Homologa o tombamento da Casa Costeira, de nome Dinamar, na Baía de São Marcos, no Estado do Maranhão.

O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, INTERINO, em conformidade com o inciso I do art. 1º do Decreto nº 6.532, de 5 de agosto de 2008, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e a Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975, e tendo em vista a manifestação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural na sua 66ª reunião, realizada em 9 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Homologar, para os efeitos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de dezembro de 1937, o tombamento da Casa Costeira, de nome Dinamar, na Baía de São Marcos, no Estado do Maranhão, a que se refere o Processo nº 1.616-T-10 (01450.015059/2010-47).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VITOR PAULO ORTIZ BITTENCOURT

PORTARIA Nº 74, DE 19 DE JUNHO DE 2012

Homologa o tombamento do Centro Histórico de São Luís do Paraitinga, no Município de São Luís do Paraitinga, no Estado de São Paulo.

O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, INTERINO, em conformidade com o inciso I do art. 1º do Decreto nº 6.532, de 5 de agosto de 2008, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e a Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975, e tendo em vista a manifestação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural na sua 66ª reunião, realizada em 9 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Homologar, para os efeitos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de dezembro de 1937, o tombamento do Centro Histórico de São Luís do Paraitinga, no Município de São Luís do Paraitinga, no Estado de São Paulo, a que se refere o processo 1.590-T-10 (01506.000169/2010-11).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VITOR PAULO ORTIZ BITTENCOURT

PORTARIA Nº 75, DE 19 DE JUNHO DE 2012

Homologa o tombamento do Sítio de São João, de nome Sombra da Lua, no Recôncavo Baiano, no Estado da Bahia.

O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, INTERINO, em conformidade com o inciso I do art. 1º do Decreto nº 6.532, de 5 de agosto de 2008, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e a Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975, e tendo em vista a manifestação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural na sua 66ª reunião, realizada em 9 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Homologar, para os efeitos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de dezembro de 1937, o tombamento do Sítio de São João, de nome Sombra da Lua, no Recôncavo Baiano, no Estado da Bahia, a que se refere o processo 1.615-T-10 (01450.015058/2010-01).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA DOURADO SANTANA

ANEXO I

Projetos Selecionados para Recebimento do Apoio

INSCRIÇÃO	PROJETO	LOCAL	REGIÃO
1102.1890	A CASA	RICARDO GEORGE DE FIDESTI MARTIN	GO - CENTRO OESTE
1102.1302	ÁGUA VIVA	ANA BARBARA RAMOS DA SILVA	PR - NORDESTE
1102.2029	AMIGO ANÔNIMO	SABO BATISTA SOUZA	CE - NORDESTE
1102.0295	BRILHO DOS ADOCIDOS	CAMILLO CAVALCANTE	PE - NORDESTE
1102.9029	BLAXPLOITATION: A RAINHA NEGRA	EDMILSON TEIXEIRA DA SILVA JÚNIOR	GO - CENTRO OESTE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012012062100005

Art. 1º Homologar, para os efeitos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de dezembro de 1937, o tombamento do Sítio de São João, de nome Sombra da Lua, no Recôncavo Baiano, no Estado da Bahia, a que se refere o processo 1.615-T-10 (01450.015058/2010-01).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VITOR PAULO ORTIZ BITTENCOURT

PORTARIA Nº 76, DE 19 DE JUNHO DE 2012

Homologa o tombamento da Igreja Positivista do Brasil e do seu acervo móvel, no Município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro.

O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, INTERINO, em conformidade com o inciso I do art. 1º do Decreto nº 6.532, de 5 de agosto de 2008, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e a Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975, e tendo em vista a manifestação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural na sua 66ª reunião, realizada em 9 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Homologar, para os efeitos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de dezembro de 1937, o tombamento da Igreja Positivista do Brasil e do seu acervo móvel, situada na Rua Benjamin Constant, nº 74, Bairro Glória, no Município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, a que se refere o Processo nº 0949-T-76 (01450.000246/2007-21).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VITOR PAULO ORTIZ BITTENCOURT

PORTARIA Nº 77, DE 19 DE JUNHO DE 2012

Homologa o tombamento da Casa da Toldá Luzitina, no Estado de Sergipe.

O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, INTERINO, em conformidade com o inciso I do art. 1º do Decreto nº 6.532, de 5 de agosto de 2008, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e a Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975, e tendo em vista a manifestação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural na sua 66ª reunião, realizada em 9 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Homologar, para os efeitos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de dezembro de 1937, o tombamento da Casa da Toldá Luzitina, no Estado de Sergipe, a que se refere o Processo nº 1.473-T-01 (01450.000894/2008-14).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VITOR PAULO ORTIZ BITTENCOURT

PORTARIA Nº 78, DE 19 DE JUNHO DE 2012

Homologa o tombamento do Conjunto Histórico do Município de Paracatu, no Estado de Minas Gerais.

O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, INTERINO, em conformidade com o inciso I do art. 1º do Decreto nº 6.532, de 5 de agosto de 2008, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e a Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975, e tendo em vista a manifestação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural na sua 66ª reunião, realizada em 9 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Homologar, para os efeitos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de dezembro de 1937, o tombamento do Conjunto Histórico do Município de Paracatu, no Estado de Minas Gerais, a que se refere o Processo nº 1.592-T-10 (01450.000937/2010-81).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 1º Homologar, para os efeitos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de dezembro de 1937, o tombamento do Conjunto Histórico do Município de Paracatu, no Estado de Minas Gerais, a que se refere o Processo nº 1.592-T-10 (01450.000937/2010-81).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VITOR PAULO ORTIZ BITTENCOURT

PORTARIA Nº 79, DE 19 DE JUNHO DE 2012

Homologa o tombamento da Casa de Pranchão, no Estado do Rio Grande do Sul.

O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, INTERINO, em conformidade com o inciso I do art. 1º do Decreto nº 6.532, de 5 de agosto de 2008, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e a Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975, e tendo em vista a manifestação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural na sua 66ª reunião, realizada em 9 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Homologar, para os efeitos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de dezembro de 1937, o tombamento da Casa de Pranchão, no Estado do Rio Grande do Sul, a que se refere o Processo nº 1.617-T-10 (01450.015069/2010-71).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VITOR PAULO ORTIZ BITTENCOURT

PORTARIA Nº 80, DE 19 DE JUNHO DE 2012

Homologa o tombamento do Acervo do Museu Nacional do Mar, no Município de São Francisco do Sul, no Estado de Santa Catarina.

O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, INTERINO, em conformidade com o inciso I do art. 1º do Decreto nº 6.532, de 5 de agosto de 2008, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e a Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975, e tendo em vista a manifestação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural na sua 66ª reunião, realizada em 9 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Homologar, para os efeitos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de dezembro de 1937, o tombamento do Acervo do Museu Nacional do Mar, no Município de São Francisco do Sul, no Estado de Santa Catarina, a que se refere o Processo nº 1.618-T-10 (01450.015061/2010-16).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VITOR PAULO ORTIZ BITTENCOURT

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

PORTARIA Nº 202, DE 19 DE JUNHO DE 2012

O Presidente do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, inciso IV, Capítulo V, do Anexo I, do Decreto nº 6.845, de 07 de maio de 2010, em decorrência de decisão da Diretoria do IBRAM, em sua reunião de 7 de maio de 2012, no uso das atribuições, resolve:

Art. 1º Aceitar a doação do imóvel localizado à Rua Hermógenes Coelho, número 2, na área tombada do Centro Histórico do município de Goiás, estado de Goiás.

Art. 2º Alocar recursos orçamentários da ordem de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para a reparação e medidas de conservação, tendo em vista a atual situação do imóvel.

Art. 3º Determinar ao Departamento de Planejamento e Gestão Interna do IBRAM a elaboração de contrato de doação e demais providências cabíveis, inclusive de contato com o doador, no prazo de 30 (trinta) dias da data de publicação desta portaria.

Art. 4º A aceitação da doação tem efeito a partir da publicação desta portaria.

JOSÉ DO NASCIMENTO JÚNIOR

1102.3487	BORGES - FRAGMENTOS DE UMA MEMÓRIA VAGA	JULIA BAHIA BOCK	SP	SUDESTE
1102.3679	CASTILLO Y EL ARMADO	OTTO GUERRA NETTO	RS	SUL
1102.1963	CAVEIRÃO	GUILHERME DE MATTOS MAR. LUNDIN	SP	SUDESTE
1102.3092	DESENHANO	FERNANDO ABREU HART	RS	SUL
1102.2878	DIA DOS PAIS	ROBERTO DUARTE DE ARAUJO	RJ	SUDESTE
1102.4109	DOMINGO DE MARTA STRIN	GABRIELA BERVIAN	RS	SUL
1102.9235	EMULANTO AINDA É TEMPO	LEANDRO RICARDO WENCISLAU	MG	SUDESTE
1102.3205	EST	CEAR LUIZ CARVAL	SP	SUDESTE
1102.1817	MILHAGEM	MARCELO BATISTA CAETANO	SP	SUDESTE
1102.2458	MILHOS E ERVILHAS	DANIELA SABA	SP	SUDESTE
1102.4037	NEKATURU	ANNA MARIA DE AZEVEDO	RJ	SUDESTE
1102.1995	O DESEJO DO MORTO	RAMON PERCELO MEIA	PR	NORDESTE
1102.0942	O EXTRAORDINÁRIO CASO DO SR. S.	JACKSON FARIAS TEIXEIRA	MG	SUDESTE
1102.2469	O FILME DE FERNANDO DINIZ	MARCUS AMARANTE DE ALMEIDA MACIEL	RJ	SUDESTE
1102.2845	PEDALOS DE PASSARIS	MARCELO BENEDITO CALDAS COSTA	PA	NORTE
1102.2201	PERRE, CLAS E VINHOS	LUIZAS BARAO FREIRE VIEIRA	SP	SUDESTE
1102.0498	TEODORO MAJESTADE AS ÚLTIMAS HORAS DE UM PREFEITO	ELSON LUIS CUNHA ROSARIO	BA	NORDESTE
1102.3031	VENTANIA	RODRIGO JOHIN	RS	SUL
1102.7302	VIAGEM NA CHUVA	WESLEY RODRIGUES DE OLIVEIRA	RS	SUL
1102.2915	WALTER DO APT	BERNO SOARES FERREIRA	MA	NORDESTE

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.